

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 117

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE SETEMBRO DE 2001**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PPB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kiesel, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Fernando da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou encaminhando à Mesa, por escrito, uma questão de ordem relativa à última Sessão, que deixou de ser aberta pelo 1º vice-presidente desta Casa, deputado Elio Rusch, haja vista que, com

base no artigo 88, ele proferiu as seguintes palavras - “que deixava de abrir a Sessão por falta de quórum, amparado no artigo 88”. Não obstante esta decisão, logo na sequência o ilustre 2º secretário desta Casa, a quem devo o maior respeito, apreço e admiração, deputado Antonio Anibelli, abriu a Sessão. Tendo em vista que a Sessão Ordinária deixou de ser aberta pelo presidente, pelo 1º vice-presidente, e como a convocação de Sessão Extraordinária é prerrogativa exclusiva do presidente da Casa, solicito a V. Exa. e levanto esta questão de ordem, para que seja declarada nula a Sessão e todos os atos nela gerados, tendo em vista a flagrante nulidade que existe neste caso.

Era a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito que V. Exa. encaminhe à Mesa o seu requerimento.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

É natural que V. Exa. vai receber a questão de ordem e vai analisar para decidir. Todavia, senhor presidente, é preciso que seja levado em consideração que a sua ausência naquela manhã que aconteceu o episódio, o vice-presidente da Assembléia abriu a Sessão quando ainda não eram duas e meia, horário regimental. O deputado Antonio Anibelli tomou posse exatamente às duas horas e trinta minutos daquele dia.

Então, eu gostaria que V. Exa. tivesse esse dado em mãos, para que a decisão fosse a mais justa possível.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa. que, até o final da Sessão, nós responderemos à questão de ordem do deputado Durval Amaral e vamos nos basear exclusivamente nas notas taquigráficas.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Apenas para dizer que eu deixei de abrir a Sessão às 14h35min.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Volto a informar aos nobres colegas que esta Presidência se baseará pelas notas taquigráficas que merecem o maior respeito e consideração aos senhores parlamentares.

Deixamos de votar a Ata que está sendo questionada e colocamos em votação...

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, a Ata que foi questionada foi aprovada!

A que está sendo votada é a Ata de quinta-feira!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não foi aprovada ainda. Por uma falha desta Presidência, tínhamos passado a palavra ao 1º secretário para

leitura do Expediente, sem colocar em discussão ou em votação a Ata.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o deputado Antonio Anibelli acabou de ler a Ata da reunião de quinta-feira, e o deputado Durval Amaral está levantando a questão de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na quinta-feira, nobre deputado, nós não tivemos Sessão. Foi questionada na hora da votação da Ata a presença dos senhores deputados. Foi feita a chamada nominal, conforme relata a Ata e não tinha número suficiente para votarmos.

O SR. NEREU MOURA

Só que o deputado Anibelli acabou de ler a Ata de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Leu quarta e quinta.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na semana passada, se não me falha a memória, mas em uma das Sessões anteriores, quando discutíamos a Ata, em especial do dia 14, do dia 15, V. Exa. disse que não tinha como deixar a votação da Ata para o final da Sessão.

No entanto, hoje, V. Exa. está deixando de apreciar...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos atender à vossa solicitação e suspender a Sessão por cinco minutos para discutir a questão de ordem levantada pelo deputado Durval Amaral.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado.

(**Suspensa a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão.

Não houve a necessidade de usarmos os cinco minutos solicitados, porque recebemos as notas taquigráficas da Sessão do dia 29, que consta o seguinte: "29/08/2001; taquígrafa Sandra; 14h30min.; presidente: Elio Rusch; 1º secretário: Marcos Isfer; 2º secretário: Antonio Anibelli. O senhor presidente Elio Rusch, com base no artigo 88, deixa de abrir a Sessão, por falta de quórum."

Automaticamente, esta Presidência tem que se balizar pelas notas taquigráficas.

Está decidida a questão de ordem. Não houve Sessão no dia 29.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, a palavra de vinte deputados está sendo questionada, e eu, inclusive, me sinto prejudi-

cado. A palavra da taquígrafa está valendo por vinte deputados. Todos nós estávamos aqui. Tem que se saber qual foi o relógio que ela se baseou: se era o relógio dela, ou o relógio do plenário. Eram 14h25min., e as palavras nas notas taquigráficas constaram, o presidente nem usou o que é tradicional, "Sob a proteção de Deus". Ele falou: "não há quórum, está encerrada a Sessão", e saiu correndo do plenário. Inclusive, senhor presidente, o deputado Elio Rusch tem agido e já é consenso, inclusive alguns meios de comunicação tem noticiado que o líder do Governo está com ciúme dele, que ele age muito mais como vice-líder do Governo, como líder do Governo, do que como vice-presidente da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É uma questão de ordem, nobre deputado, esta Presidência já decidiu e tenho que informar a V. Exa. que o artigo 88; quando não há quórum não há necessidade de dizer "Sob a proteção de Deus", iniciando os nossos trabalhos.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Com todo o respeito, porque o horário fixo de Sessão é 14h30min., então é muito natural que a funcionária tenha colocado o horário regimental que é 14h30min., Também é muito natural, senhor presidente, que na Ata, em todas as Atas da Assembléia, está relacionado o nome de 54 parlamentares, portanto, como se todos estivessem participando todos os dias das Sessões da Assembléia o que também não é bem assim!

Senhor presidente, quero deixar esse registro, porque nós também estávamos aqui na Sessão, chegamos antes das 14h30min. e verificamos que ainda não eram, 14h30min. quando o deputado Elio Rusch abriu a Sessão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós vamos respeitar a sua decisão contrariados, V. Exa. poderá observar que aquele relógio lá é diferente deste aqui 3 minutos; aquele está 2 minutos e meio na frente deste, e estavam aqui no plenário mais de 20 deputados. Não foi legítima a postura de quem abriu a Sessão, porque nós estávamos aqui no plenário, senhor presidente; queríamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência entende que outro dia, quando questionada, esta Presidência decidiu pelas notas taquigráficas, inclusive incluiu na Ata as notas taquigráficas, então nós temos que nos basear nelas. Eu não estava presente realmente, estava no interior, cheguei logo após, e não tenho como decidir se não for pelas notas taquigráficas.

O SR. NEREU MOURA

Nessa altura do campeonato a Sessão de terça-feira também está invalida, aliás, a Ata da Sessão não foi aprovada, porque sendo anulada aquela Sessão tem que aprovar a de terça-feira.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu fui envolvido, estava na 2ª vice-presidência na ocasião, e fico pasmo quando vejo o 1º vice-presidente da Casa vir aqui, pegar o microfone da Liderança do Governo e dizer que ele abriu a Sessão às 14h35min., e, se V. Exa. não aceitar o que estou dizendo, peço que consulte as notas taquigráficas neste instante, pois ele disse, há questão de 5 minutos, que às 14h35min. ele deixou de abrir a Sessão, daí vendo as notas taquigráficas diz pela funcionária Sandra, às 14h30min o presidente Elio Rusch deixou de abrir a Sessão, a mesma taquígrafa diz que às 14h32min sob a presidência do deputado Antonio Anibelli, foi aberta a Sessão, lida e aprova a Ata, e o 1º vice diz que às 14h35min.

Então, não sei se é do relógio da Liderança do Governo ou da Liderança da Oposição, fico eu na posição, que quando tinha quórum...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou determinar ao Departamento Legislativo que faça a correção dos relógios, e agora tenho que informar a todos os deputados que, por coação dos senhores, não! Por voto dos senhores fui escolhido presidente, e quem pode convocar Sessões fora do horário, é só o presidente da Casa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Mas não foi, senhor presidente, Sessão Extraordinária...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero que V. Exa. entenda que eu tenho que me basear pelas notas taquigráficas.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Se. V. Exa. se basear pelas notas taquigráficas estará desconsiderando a palavra do 1º vice-presidente, que às 14h35min abriu a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência não está desconsiderando a palavra de qualquer parlamentar, porque tenho um respeito por todos os senhores deputados.

Mas foi decidido, já decidi pelas notas taquigráficas e isso é assunto vencido, inclusive.

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Vou dar uma sugestão aqui, não sei se é permitido isso ou não. Mas veja bem, nós temos aqui dois relógios e dificilmente nós vamos ter dois relógios trabalhando concomitantemente, rigorosamente da mesma forma. Acho que V. Exa. deveria pautar aqui o horário das Sessão por um relógio que fosse lá no meio então, se não é daqui ou de lá.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou acatar a sugestão de V. Exa.

Solicito ao deputado Valdir Rossoni, a leitura do Expediente.

Está em votação a Ata do dia 27...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Desculpe, senhor presidente, acho que há necessidade de nós fazermos a leitura então dessa Ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ata do dia 30, desculpe.

Nós vamos solicitar a leitura da Ata novamente. E a leitura da Ata do dia 28, também.

Ata do dia 28, por gentileza, solicito à assessoria que encaminhe ao 2º secretário a Ata do dia 28.

Leitura da Ata do dia 28. Em razão de não ter tido Sessão nem na quarta-feira e nem na quinta-feira, não foi discutido e nem votado.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Faz a leitura da Ata do dia 28.08.2001).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em Discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, em relação à Ata, eu quero discutir. Em primeiro lugar, a nossa solidariedade ao time do Coritiba Futebol Clube, que foi vítima, lamentavelmente, da Sanepar. pelo menos 23 atletas, entre profissionais e amadores do Clube, diretores, tiveram desarranjo intestinal em consequência da água tomada, cujos exames estão sendo feitos agora.

Em segundo lugar, senhor presidente, lembro-me perfeitamente que, na audiência, com a presença do Dr. Teixeira, nós talvez tivéssemos dezoito, vinte ou vinte e dois deputados. E a Ata fala à exceção do deputado Litro.

Senhor presidente, a Sessão foi na terça-feira e já tínhamos deputados viajando para a Europa e que constam como presentes, na Ata!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à Questão de Ordem de V. Exa. vamos determinar que sejam excluídos as presenças, dos parlamentares que não estavam.

Em relação ao seu questionamento, V. Exa. deve encaminhar diretamente à Sanepar, mas a informação que tenho é que o Coritiba Futebol Clube usa de água do poço artesiano, em sua sede.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas por questão de justiça e para lembrar bem, a questão da água do Coritiba, e o deputado Algaci Tulio sabe disso, é de um poço artesiano próprio do Coritiba Futebol Clube.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, no dia em que a Sanepar esteve aqui, nós vimos um quadro bastante propício para a diretoria da Sanepar. Prova é que o presidente teve meia hora para falar. E depois...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. que só discuta a Ata da Sessão que acaba de ser lida. Depois, V. Exa. terá o prazo necessário e suficiente para colocar mais alguma coisa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas a ata não retrata, senhor presidente, os fatos ocorridos na Sessão.

A Ata...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou determinar, para resolver o questionamento de V. Exa., juntada das notas taquigráficas à Ata, como usei a semana passada.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, me desculpe, mas tudo bem, vamos anexar as notas taquigráficas à Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As notas taquigráficas farão parte integrante da Ata.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Mas, por que é que tudo que o presidente da Sanepar falou está na ata, e o que nós falamos não está?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou respondendo para V. Exa.: se nós vamos incluir as notas taquigráficas à Ata, vai fazer parte integrante da Ata, está suprido o questionamento de V. Exa. A Ata é um resumo da Sessão!

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Evidente que os senhores deputados não poderão votar uma Ata em que sua íntegra não foi lida!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. terá todas as notas taquigráficas na Ata, nobre deputado!

Em discussão. Em votação.

Aprovada.

Solicito a leitura da Ata do dia 30.08.2001.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Lê a Ata**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão.

Em votação.

Aprovada.

Determino ao Sr. 1º Secretário a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 030/2001

Curitiba, 15 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transferir o município de Saudade do Iguaçu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco.

O plano de lei proposto atende aos superiores interesses da Administração, particularmente aos dos municípios de Saudade do Iguaçu, eis que, tal medida legal, virá atender reivindicações da comunidade e de seu prefeito municipal, calcadas na argumentação de que a ligação daquele município faz-se mais adequadamente a Pato Branco do que a Laranjeiras do Sul.

Por outro lado, estudos feitos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral demonstram a plena viabilidade de adição da medida em questão.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O município de Saudade do Iguaçu fica transferido da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 035/2001

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre a aprovação de um crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinquenta

e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, para atender despesas com o alongamento das pontes na Rodovia BR-277, sobre Canal Paralelo, visando o funcionamento do Sistema de Controle de Cheias do Alto Iguaçu, através de execução de obras identificadas no Programa Prosam/Suderhsa.

Esclareço também que os nossos recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do orçamento do mesmo Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual

nº 13.030, de 28 de dezembro de 2.000, no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinqüenta e nove mil e quinhentos reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, ficando alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 2001, de acordo com os Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I						FL. 01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.	
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos							
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa							
1156	Programa de Saneamento Ambiental - Pro-sam/Bird - Suderhsa	3390.35	00	01	L	86.625	0906	
			34	15	L	490.875	0906	
		4490.51	00	01	L	271.000	0906	
			34	15	L	1.211.000	0906	
					TOTAL	2.059.500		

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II						FL 01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.	
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos							
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa							
1158	Disposição de Resíduos Sólidos e Agrotóxicos - Paranasan/JBIC - Suderhsa	4490.51	00 34	01 15	L L	357.625 1.701.875	0906 0906	
					TOTAL	2.059.500		

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO III			FL. 02 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos				
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa				
1712.34.00	Transferência de Operação de Crédito Externa Vinculada Prosam/Bird	34	15	490.875	0906
1712.49.00	Tranferências de Recurso Ordinário - Não Vinculado	00	01	86.625	0906
			TOTAL	577.500	

REDUÇÃO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO IV			FL. 02 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos				
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa				
2412.34.00	Transferência de Operação de Crédito Externa Vinculada Prosam/Bird	34	15	490.875	0906
2412.49.00	Tranferências de Recurso Ordinário - Não Vinculado	00	01	86.625	0906
			TOTAL	577.500	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO V				FL. 03 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa					
1156	Programa de Saneamento Ambiental - Pro-sam/Bird - Suderhsa					
910	Macrorregião I					
0001	Construir Obras Hidráulicas para o Controle de Cheias do Alto Iguaçu - Fases I e II	00 34	01 15	L L	271.000 1.211.000	0906 0906
	TOTAL	TES.		L	1.482.000	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI				FL. 03 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa					
1158	Disposição de Resíduos Sólidos de Agrotóxicos - Paranasan/JBIC - Suderhsa					
950	Estado					
0001	Construir Unidades de Coleta, Triagem, Tratamento, Destinação Final de Embalagens de Agrotóxicos	00 34	01 15	L L	357.625 1.701.875	0906 0906
TOTAL		TES.		L	2.059.500	

MENSAGEM Nº 036/2001

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de obras no valor de R\$1.312.780,00 (hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, através da redução de recursos em obras de aterros sanitários para possibilitar o acréscimo em obras de drenagem e controle da erosão, atendendo programação prevista para o Pró-Saneamento/Cef/Suderhsa.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes da Caixa Econômica Federal - CEF, ajustando o programa de Obras do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste no Programa de Obras ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$1.312.780,00 (hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e e oitenta reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ACRÉSCIMO DE OBRAS		ANEXO I				FL.01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa					
1152	Programa de Saneamento Ambiental - Prosam/Bird - Suderhsa					
950	Estado					

ACRÉSCIMO DE OBRAS		ANEXO I				FL.01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
0001	Realizar Obras de Micro e Macro Drenagem para controle da erosão	20	15	L	1.312.780	0901
TOTAL		TES		L	1.312.780	

REDUÇÃO DE OBRAS		ANEXO II				FL.01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6930	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa					
1152	Pro - Saneamento - Suderhsa					
950	Estado					
0001	Realizar Obras de Micro e Macro Drenagem para controle da erosão	20	15	L	1.312.780	0901
TOTAL		TES		L	1.312.780	

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CT/SEEG/305, 322 e 323/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

214/2001 - De autoria do deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social, com sede e foro no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.258. **Anote-se - Arquite-se.**

179/2000 - De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a realização, conforme especifica, de exame de Emissões Acústicas Evocadas, (teste da orelhinha) em recém-nascidos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.272. **Anote-se - Arquite-se.**

643/1999 - De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre construção e instalação de entidades de atendimento à criança e ao adolescente, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.273. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/319/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente, o Projeto de Lei nº 013/2000, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão De Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/320/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei nº 024/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem por intermédio do presente, solicitar informações por parte desta Presidência, com base no Regimento Interno desta Casa de Leis, no que se refere aos prazos estabelecidos para que sejam analisadas em plenário, as emendas vetadas pelo Chefe do Poder Executivo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Nº 13.235, de 26 de julho de 2001.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 28 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Venho através do presente instrumento, comunicar a V. Exa. que irei reassumir a Secretaria de Estado dos Transportes, atendendo convite formulado pelo Excelen-

tíssimo Governador do Estado do Paraná, e para tanto, solicito licença do meu mandato de deputado estadual.

Informo também, que irei optar na forma do art. 64, do Regimento Interno do Poder Legislativo e do art. 60 da Constituição Estadual, pela remuneração de deputado estadual.

Na oportunidade apresento os meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NELSON JUSTUS

OFÍCIO Nº 013/2001/GVG

Curitiba, 24 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Venho, conforme autorização concedida através do Decreto Legislativo, comunicar a V. Exa. e aos demais pares do Poder Legislativo nº 004/2001, que estarei viajando à França, no período compreendido entre 29 de agosto a 06 de setembro do corrente ano, para participar de exposição organizada pelo Governo do Estado em conjunto com a Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - sobre as Vilas Rurais no Paraná.

Informo, ainda, que a cerimônia de abertura será realizada na Maison de l'Unesco, na cidade de Paris.

Com cordialidade e apreço.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) EMILIA BELINATI

Vice-governadora do Estado

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, objetiva a inserção de um novo artigo ao Capítulo V, da Constituição do Estado, que trata do Meio Ambiente.

É deveras preocupante a situação em que se encontra o Estado do Paraná no aspecto atinente à destruição desvairada do meio ambiente, pelos mais variados tipos de agressão, que vão desde o desmatamento indiscriminado ao lançamento de agentes poluentes nos mananciais hidrográficos e na própria atmosfera.

A emenda em apreço objetiva fornecer ao Estado os meios necessários, através de disposição constitucional expressa, com vistas a coibir a prática de qualquer tipo de agressão que cause impacto ambiental significativo.

Como é notório conhecimento, muitas empresas são as grandes responsáveis por esse estado de coisas e, como bem disse a ilustre autora da presente emenda em sua justificativa, depois de instaladas incorretamente, o mal que venham a causar é de difícil reparação.

Por se tratar de medida preventiva, objetivando a melhoria das condições de vida da população e até da sobrevivência das gerações futuras, a proposta em exame é de grande oportunidade.

Quanto à constitucionalidade, não há vício algum que possa obstar sua tramitação.

Isto posto, o parecer é favorável, opinando esta relatoria pela aprovação da matéria, porém, para melhor adequação ao texto constitucional, não como novo artigo, mas como § 3º, do artigo 207, devendo ser o atual § 3º remanejado para § 4º.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

As propostas de Emendas à Constituição em epígrafe, ambas de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Zuk, objetivam dar nova redação ao artigo 43 e sumprimir o artigo 44, da Constituição Estadual.

Ditas emendas não podem ser analisadas separadamente, por tratarem de matéria inter-relacionadas, valendo dizer que se uma das emendas for aprovada e a outra rejeitada, fatalmente criará uma anomalia de impossível reparação, inviabilizando a aplicação das disposições contidas nos referidos artigos, ora em vigor, se não vejamos:

No que se refere à alteração do artigo 43, a proposta restringe-se à vedação da cessão de funcionários públicos da administração direta ou indireta do Estado, somente a empresas ou entidades privadas, excluindo da vedação a cedência para empresas ou órgãos públicos, ficando, portanto, livre a cessão de servidores entre órgãos da Administração Pública, inclusive de um Poder para outro.

Se esta emenda for aprovada, e também a que propõe a supressão do artigo 44, não ocorrerá nenhum problema, a cessão poderá ser feita livremente, como dito acima, o que corresponde a intenção do Autor.

Cabe aqui ficar que não existe nenhum impedimento de ordem constitucional para a efetivação das medidas propostas. As barreiras existentes restringem-se tão somente a razões de ordem técnica/legislativa, as quais sanadas, encontra-se a proposição em condições de ser submetida à apreciação plenária.

Considerando as razões expostas, julgamos ser de bom alvitre a fusão das Emendas, manifestando-nos favoravelmente à sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, objeto da Proposição nº 35/2001, de autoria do nobre

deputado Nereu Moura e outros, tem por escopo dar nova redação ao *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais.

Preliminarmente, é necessário elucidar que a Constituição Estadual vigente, a exemplo das de outros estados da federação, adotam os mesmos períodos legislativos fixados para o Congresso Nacional, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 57 parágrafos.

Não obstante a existência de disposições federais que disciplinam o funcionamento do Congresso, não há impedimento para que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, venha adotar normas próprias a respeito da matéria.

Isto posto a Proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

A emenda em análise, altera somente o *caput* do artigo 61, não adaptando às modificações propostas as normas contidas no seu § 3º, o que a torna inadmissível, em razão de não considerar as sessões preparatórias, previstas para o primeiro ano de cada legislatura e que são disciplinadas no § 3º, do referido artigo 61, o que inviabilizaria tais sessões, se aprovada a emenda da forma como está colocada, pela coincidência da data, com o início do período legislativo.

Pelas razões apresentadas, o parecer é contrário à aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL SOBRE PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Ilustre deputado Irineu Colombo, objetiva acrescentar ao *caput* do artigo 27 da Carta Estadual o princípio da economicidade.

Muito embora não integre explicitamente o texto do artigo 27, o princípio da economicidade encontra-se implícito em seu conteúdo, subjacente aos princípios da legalidade e da razoabilidade. Resta deixar claro que a observação em comento não gera nenhum empecilho à louvável pretensão do autor.

A Constituição Federal preceitua, em seu artigo 37, *caput*, os cinco princípios básicos norteadores da Administração Pública, e que foram recepcionados pela Constituição do Estado, em seu artigo 27, o que não impede que este venha a ser ampliado, com a adição do princípio que ora se propõe, tendo como único e salutar objetivo, o de zelar de forma inquestionável, pela probidade administrativa.

Neste aspecto, cabe ressaltar que a medida em apreço não restringe o texto constitucional maior, pelo contrário, o amplia no sentido de torná-lo mais enérgico e

eficaz contra a malversação de recursos públicos, o que espelha sua constitucionalidade e oportunidade.

Considerando o exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação da Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 11/99

P A R E C E R :

A proposição em exame, de autoria do nobre deputado Péricles Holleben de Mello, objetiva acrescentar ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, parágrafos que dispõem sobre a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológicas do Estado do Paraná.

A presente proposta já foi contemplada “ipsis literis” pela Emenda Constitucional nº 07, de 24 de abril de 2000, razão pela qual opinamos pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A Emenda Constitucional em análise, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, visa incluir um parágrafo único ao artigo 92 da Constituição Estadual, no sentido de determinar que Secretários de Estado, para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze, necessitem de licença da Assembléia Legislativa.

Ainda que pese a boa intenção do autor, a medida proposta reveste-se de flagrante inconstitucionalidade, conforme as razões a seguir alinhadas:

Em primeiro lugar, a norma que se pretende implantar, através da presente emenda, não encontra correspondência na Constituição Federal, que prevê, em seu artigo 83, autorização legislativa somente o afastamento do presidente e do vice-presidente da República, inexistindo qualquer imposição neste sentido aos Ministros de Estado.

Por questão de simetria, as Constituições Estaduais, assim como a nossa, adotam o mesmo critério em relação ao governador e vice-governador.

Cabe salientar que o governador é a autoridade máxima do Estado, investido no cargo por mandato eletivo, o que não permite afastar-se do Estado ou do País, pelo tempo estabelecido, sem autorização legislativa. Isto se deve ao fato de permitir que o substituto natural, seja o

vice-governador ou, na ausência deste, o presidente da Assembléia Legislativa assuma o comando do Estado.

Tal situação não ocorre com os secretários de Estado, que nada mais são do que servidores, nomeados em cargos em comissão, demissíveis “*ad nutum*”, e que têm como superior hierárquico o governador. Portanto, somente a ele cabe autorizar o afastamento, seja por quanto tempo for, de seus subordinados.

Assim sendo, a proposta em exame colide com as disposições do artigo 7º da Constituição Estadual, que estabelece a independência entre os Poderes do Estado. Impor a obrigatoriedade de licença da Assembléia para que secretários de Estado possam se ausentar do País, caracterizaria flagrante invasão de competência, ou seja, interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.

Considerando o exposto, o parecer é contrário à aprovação da Emenda, opinando pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A proposta de Emenda Constitucional em exame, de autoria do nobre deputado Fernando Ribas Carli, tem por objeto a autonomia da Polícia Científica - Criminalística e Instituto Médico Legal - atualmente subordinada à Polícia Civil.

Para a consecução de tais objetivos propõe o autor a adição de um inciso III ao artigo 46, através do qual dá tratamento próprio à Polícia Científica, tornando-a igualmente responsável pela segurança pública, juntamente com as Polícias Civil e Militar, elencadas nos incisos I e II do mesmo artigo.

O parágrafo único ao artigo 46, ora proposto, tem por escopo definir, com maior clareza, a alocação do Corpo de Bombeiros na Polícia Militar. Não obstante a vinculação desta Corporação já que se encontra implícita nas disposições do artigo 48, que trata das funções da Polícia Militar, nada impede que passe a constar do corpo constitucional com dispositivo específico.

Ao artigo 50, propõe a inserção de três parágrafos, cujos conteúdos são idênticos aos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 47, que dispõem sobre a Polícia Civil, valendo dizer que aos integrantes da Polícia Científica será dispensado o mesmo tratamento de carreira daquela.

Concluída a abordagem das disposições constitucionais a serem alteradas, cabe frisar que a emenda em questão não apresenta qualquer vício material que possa eviá-la de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, deve-se afirmar que a proposta atende aos superiores interesses públicos, ao desvincular a Polícia Científica da Polícia Civil, medida que a tornará mais independente, logo mais ágil, dinâmica e eficiente

no exercício de suas funções, o que, certamente, reverterá em significativos benefícios para a sociedade.

Considerando as razões expostas, o parecer é favorável à aprovação da presente emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, objeto da Proposição nº 34/2001, de autoria do nobre deputado Algaci Tulio, tem por escopo dar nova redação ao artigo 61 e seu § 3º, da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais.

Preliminarmente, é necessário elucidar que a Constituição Estadual vigente, a exemplo das de outros Estados da Federação, adotam os mesmos períodos legislativos fixados para o Congresso Nacional, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 57 e parágrafos.

Não obstante a existência de disposições constitucionais federais que disciplinam o funcionamento do Congresso, não há impedimento para que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, venha adotar normas próprias a respeito da matéria.

Isto posto a proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

P A R E C E R :

A presente emenda, proposta pelo nobre deputado Cesar Seleme, objetiva criar mecanismos constitucionais que obriguem o Estado a indenizar terceiros de boa-fé, que tenham sofrido prejuízos materiais decorrentes de atos de exceção, durante o período revolucionário, na forma que especifica.

É de notório conhecimento os desmandos praticados pelo regime ditatorial que se instalou no País a partir de 1964. A ordem jurídica, desde então, foi totalmente afrontada, dentre outras formas, pelos chamados atos de exceção, que iam das portarias ministeriais aos atos institucionais. Em muitos casos, referidos atos atingiam o cidadão comum, de maneira drástica, causando-lhe, via de regra, prejuízos morais e materiais de difícil reparação à época, por não lhe ser dada a oportunidade de despesa.

Portanto, nada mais justo e oportuno que o Estado venha agora, com a consolidação do regime democrático, corrigir ditas injustiças, através de processo indenizatório.

rio, nos casos em que, de qualquer forma, tenha auferido benefícios.

Além deste aspecto, a medida, por simetria, encontra respaldo no artigo 8º e seus parágrafos e artigo 9º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que concedem anistia aos que foram atingidos, por atos de excessão em face de motivos políticos e, também, o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que eivados de vícios graves.

Nesta esteira, nada mais justo e oportuno que inserir na Carta Estadual disposição que obrigue o Estado a indenizar aqueles que sofreram prejuízos materiais, motivados por tais atos, nos casos em que deles obteve benefícios diretos ou indiretos.

Isto posto, o parecer é favorável à aprovação da emenda em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Emenda Aditiva: Acrescenta-se um novo artigo ao Capítulo ..., da Constituição Estadual, que trata das indenizações.

Art. ... - Aos terceiros de boa-fé serão indenizados todos os prejuízos materiais, inclusive perda ou cessação de renda, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário, desde que também haja resultado e benefício, direto ou indireto, ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A verificação do direito e do valor dos prejuízos deverão ser realizados em pleito administrativo, mediante requerimento do interessado, podendo o Poder Executivo pagar o débito através de compensação com seus créditos fiscais, inscritos ou não em Dívida Ativa.

JUSTIFICATIVA:

Gradativamente a União e o Estado tem buscado restaurar o patrimônio moral e material de pessoas atingidas por atos de exceção ocorridas em períodos de dificuldades democráticas. O dispositivo limita a indenização a hipótese em que haja ocorrido também o enriquecimento indevido do próprio Estado do Paraná, incumbindo ao interessado provar tanto a perda como o benefício, direto ou indireto, do Estado.

Questão de Ordem:

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 104, do Regimento Interno, encaminha, para resolução definitiva de V. Exa., a seguinte Questão de Ordem:

Tendo em vista fatos corroborados por notas taquigráficas do competente setor desta Casa, deverá se declarada a nulidade da Sessão Plenária do dia 29 de agosto último, aberta pelo 2º secretário, deputado Antonio Anibelli, bem como de todos os atos nela praticados com a conseqüente exclusão dos correspondentes registro oficiais, por flagrante conflito com o disposto no artigo 88 do Regimento Interno desta Casa, posto que a Sessão não fora aberta por falta de quórum, sendo que o 1º vice-presidente, deputado Elio Lino Rusch, solenemente assim se pronunciou:

“Com base no artigo 88, deixo de abrir a Sessão, por falta de quórum”. (transcrição das notas taquigráficas de 29.08.2001)

Lembramos que em situação recente similar (documentada em anexo), quando o 2º vice-presidente, deputado Irineu Colombo, tendo deixado de abrir a sessão por falta de quórum, V. Exa. adentrando ao Plenário poucos minutos após, sem desrespeitar o ato precedente, não abriu sessão ordinária e sim, sessão extraordinária, exercendo prerrogativa exclusiva da Presidência.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, regime de urgência para os Projetos de Lei nºs 102, 332, 440/2000, 231/2001, de autoria de diversos senhores parlamentares.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2651

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 374/2001, que: altera o artigo 3º da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação das ações da Copel, e dá outras providências.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000, de autoria dos nobres deputados abaixo assinados, que revoga o inciso II do parágrafo único da Lei

Complementar 76/95, retirado de pauta no dia 12.06.2001.

Nestes termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(aa) TONY GARCIA
AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 205/2001, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão, dos lotes de terras nºs 41-B e 45-E, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de conjuntos de moradias populares.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente:

O deputado estadual supra firmado, REQUER, na forma regimental, a data do próximo dia 27 de setembro, às 17 horas, neste plenário, para realização de sessão especial para a entrega do título de cidadania ao senhor Arlindo Alberto Lamb, conforme aprovado pela Lei Estadual nº 10938.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ELIO LINO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam consignados, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Altair Ferrais da Silva, ocorrido em 26.08.2001 na cidade de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade faleceu, em Foz do Iguaçu, o empresário Altair Ferrais da Silva, que deixou viúva a Sra. Salute Sorato da Silva. Deixou ainda 05 filhos e 09 netos.

O passamento de Altair Ferrais da Silva veio abrir lacuna, difícil de ser preenchida, entre seus familiares, parentes e amigos.

Altair foi a primeira pessoa a assinar a ficha de filiação do MDB de Foz do Iguaçu.

Foi também ex-presidente do PMDB de Foz do Iguaçu e ex-Secretário de Governo da Prefeitura Municipal da referida cidade.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que vivem uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ferrais da Silva, endereçando a ela, votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2635

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de pesar à família enlutada do radialista João José de Arruda Neto, falecido no dia 28 de agosto, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa capital, o radialista João José de Arruda Neto, atual diretor-superintendente da TV Paranaense.

Nascido em Cornélio Procopio, norte do Paraná em 1942, veio para Curitiba aos dez anos e, já aos 14 anos, iniciou-se na profissão de locutor em emissora de rádio local.

Formado em Direito pela Universidade Católica do Paraná, J.J. como era mais conhecido profissionalmente teve marcante participação na história da televisão do Paraná.

Foi um dos pioneiros da nossa televisão; esteve nessa importante história desde os seus primeiros passos. Ao lado de outros grandes nomes (como Jamur Júnior) iniciou com todas as dificuldades da época nos caminhos do que hoje é a televisão do Paraná. Foi garoto-propaganda e atuou também como apresentador nas TV's Paraná, Iguaçu (onde se notabilizou pela criação do telejornal "Show de Jornal") e, nos últimos 30 anos, na TV Paranaense, onde ingressou como Diretor Artístico.

Descendente de ilustre e tradicional família paranaense, era filho do juiz Oscar Virmond de Arruda e de dona Elze Martins de Arruda. Casado com Lúcia de Mello e Silva Arruda, deixou os filhos João José e Joana.

O Paraná, especialmente a nossa mídia televisiva está de luto. Perdemos um dos pais da nossa televisão, uma das raízes da nossa imprensa. A sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2636

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de João José de Arruda Neto, ocorrido em 28 de agosto, em Curitiba - PR.

Requer ainda, que deste requerimento se dê ciência à Sra. Lúcia de Mello e Silva Arruda, viúva do extinto, à Rua Richard Strauss, 91 - Bairro Vista Alegre - 80820-110, nesta Capital, bem como à direção da Rede Paranaense de Comunicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Descendente de ilustre e tradicional família do Paraná, João José de Arruda Neto, era filho do juiz Oscar Virmond de Arruda e de dona Elze Martins de Arruda. Nascido em Cornélio Procopio, em 1942, aos dez anos veio para Curitiba e já aos quatorze iniciou-se como locutor de rádio. Formado em Direito pela PUC/PR, J.J. - como ficou profissionalmente conhecido - teve participação marcante na história da televisão do Paraná notabilizando-se pela criação do telejornal "Show de Jornal", na TV Iguaçu.

Nos últimos trinta anos atuava na TV Paranaense.

Casado com dona Lúcia de Mello e Silva Arruda, deixa os filhos João José e Joana. Seu prematuro falecimento deixa consternado seus familiares e amigos, abrindo uma lacuna na imprensa do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2637

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Altair Ferraz da Silva, ocorrido domingo, 27 de agosto, em Foz do Iguaçu - PR.

Requer ainda, que deste requerimento se dê ciência ao Sr. Dobrandino Gustavo da Silva, irmão do extinto, à Av. Paraná, 2304, em Foz do Iguaçu - PR, e ao Sr. Sâmis da Silva, DD. Prefeito Municipal, Praça Getúlio Vargas, 280, em Foz do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Altair Ferraz da Silva (Zizo), nascido em 22 de julho de 1936, faleceu domingo último, em Foz do Iguaçu - PR, vítima de insuficiência respiratória e falência múltipla de órgãos, em consequência de câncer de fígado e diabetes, causando consternação a familiares e elevado número de amigos e políticos do Paraná.

Procedente de Tubarão, Santa Catarina, Zizo residia em Foz do Iguaçu desde 1960, onde participou ativamente da vida política, na qualidade de articulador.

Nunca disputou eleições como candidato, pois segundo amigos e parentes, temia as urnas e preferia não aparecer, entretanto sua atuação foi determinante para a eleição de seu irmão Dobrandino, primeiro prefeito eleito pelo voto popular, após 24 anos de intervenção militar. Foi um dos fundadores do MDB e mais tarde PMDB, tendo a ficha número 01 do partido.

O falecimento de Zizo, constitui uma perda irreparável para seus companheiros e para todos aqueles que acreditam na democracia. Seu enterro foi acompanhado por familiares, amigos militantes do PMDB, políticos, líderes comunitários e empresários, aglutinando centenas de pessoas, numa comovente demonstração de apreço.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres pares para esta última homenagem a essa figura que tanto ofereceu de seu esforço em prol da comunidade a que pertencia.

REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Altair Ferraz da Silva (Zizo), bem como seja encaminhada cópia desta proposição a seus familiares, com votos de condolências.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu no último dia 26 do corrente perdeu um dos seus filhos mais ilustres, com o passamento do Sr. Altair Ferraz da Silva, de 65 anos de idade.

O Sr. Altair era conhecido como Zizo, nasceu em Tubarão, Santa Catarina, em 22 de julho de 1936, e chegou com sua família em Foz do Iguaçu em 07 de setembro de 1960, no distrito de Santa Terezinha de Criciúma, hoje município de Santa Terezinha de Itaipu. Homem corajoso, desafiou e venceu os obstáculos impostos pelo regime da ditadura, lutando com outros valorosos militantes, como o seu irmão Dobrandino Gustavo da Silva, contra perseguições das mais diversas, para manter vivos seus ideais e do MDB - Movimento Democrático Brasileiro, partido que ajudou a fundar, transformando-se posteriormente no PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e do qual foi o primeiro tesoureiro.

Teve papel relevante no pleito municipal de 1985, auxiliando na eleição do primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, eleito pelo voto popular após 24 anos de intervenção militar. Ajudou na reeleição à prefeitura local do seu irmão Dobrandino em 1993, elegendo no mesmo pleito o seu filho Vânio da Silva como vereador, e na eleição municipal de 2000 emprestou o seu conhecimento e liderança para somar esforços e mais uma vez alcançar a vitória que levou ao comando da prefeitura de Foz o seu sobrinho Sâmis da Silva.

Como homem público, sua participação na administração municipal foi de suma importância, ocupando cargos de relevância, como de secretário municipal de Governo, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento econômico social daquela cidade.

Pelo seu passado de luta, pelo seu esforço em busca da plena democracia, e pela sua dignidade e honradez, conduta que manteve durante toda a sua vida, é que formulamos esta justa e última homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de pesar às famílias Arruda e Requião, representadas pela Sra. Lúcia de Mello e Silva Arruda, pelo falecimento do advogado e radialista João José de Arruda Neto, conhecido por toda a imprensa do Paraná como J.J., ocorrida nesta madrugada na cidade de Curitiba.

Nestes termos pede deferimento, solicitando que se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Richard Strauss, 91 - Vista Alegre, Curitiba - PR, CEP 80820-110.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Tiago Amorim Novaes, Renato Gaúcho, Tony Garcia, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk, Caíto Quintana, Ademir Bier, Edson Strapasson, Neivo Beraldin e Eli Ghellere.

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Nancy Santos Pacheco de Carvalho, que ocorreu na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos filhos Luiz Eduardo Santos Pacheco de Carvalho, Yara Pacheco de Carvalho e João Roberto Pacheco de Carvalho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua dos Herval, 412, apto. 205, Cristo Rei, CEP 80050-200 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Altair

Ferraz da Silva, ocorrido na data do dia 26 de agosto de 2001, na cidade de Foz do Iguaçu.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Dobrandino Gustavo da Silva, Av. Paraná, 2304, Foz do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 05.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2685

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Thomaz Walter Iwersen, falecido nesta Capital, no dia 29.08.2001.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, com 80 anos, em data de 29 de agosto, o Sr. Thomaz Walter Iwersen. Era filho de Augusto Frederico Iwersen e Adelaide Maria Iwersen.

Homem de grande valor, o Sr. Thomaz Iwersen era militar da reserva e atualmente era o presidente da Casa do Expedicionário, nesta Capital.

Tendo servido à sua Pátria em importantes batalhas, Thomaz Iwersen tinha dedicado amor ao seu País e às causas de patriotismo - conduzia com brilhantismo a Casa do Expedicionário, onde o Paraná guarda as mais importantes lembranças das heróicas batalhas onde atuaram os nossos então pracinhas. Orgulhosos de ter defendido o Brasil e o Paraná, faziam sempre questão de comemorar com grandiosidade as datas que marcavam as vitórias alcançadas pelo nosso Exército e as datas que lembram as questões patrióticas do nosso País.

O Paraná perdeu uma grande personalidade - mais um herói que já fazia parte da nossa história, nos deixou. À sua família enlutada (Casa do Expedicionário - Praça do Expedicionário, s/n - Centro - Curitiba/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2672

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Clóris Graciano Pereira, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Milek, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2707

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvestre Domakóski, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2711

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Araújo Valença, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Vieira Ribas, aos 90 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em

todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gema Constantino Toaldo, aos 76 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2708

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nagibe Eleodoro Martins, aos 46 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2709

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Kshaiaia, aos 69 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala da Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2710

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amazor Pereira de Paula, aos 64 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Vieira, pelo falecimento ontem, dia 02.09.2001 de um dos mais destacados procuradores do Paraná, Dr. Agnaldo Vieira, deixando esposa e filhos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da Sra. Lurdes Alves da Costa, falecida no último dia 19 de agosto, município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2695

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve-se, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pesar à família Galvão, pelo falecimento de Carlos Rubens Galvão, dia 29 de agosto de 2001.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Ponta Grossa, nº 175, Bloco B, apto. 402, Jardim Dom Bosco, Londrina - PR, CEP 86060-450.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Cândido Kaulho Arakawa, ocorrido ontem dia 02 de setembro do corrente, em Londrina-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares, através da esposa, Sra. Érica Satiko Arakawa, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Palleta, 103 - Bairro Café - CEP 86038-080 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares do Procurador Dr. Aguinaldo de Santa Thereza Borges Vieira, falecido aos 02 de setembro do corrente ano.

Outrossim, requer seja dado ciência desta, aos familiares do extinto, no seguinte endereço: Mal. Hermes, 240, apto. 302 - Centro Cívico- Curitiba-PR. CEP 80530-000.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Aguinaldo de Santa Thereza Borges Vieira, procurador da Justiça, faleceu aos 64 anos de idade e deixa esposa, Sra. Saline Abdalla Neme Vieira e duas filhas: Ana Lúcia e Ana Rocio Sidonuk Vieira.

Foi corregedor da Justiça do Ministério Público por duas vezes e deixa uma profunda lacuna com o seu falecimento, não somente nos meios judiciais, mas em todos os seus amigos e parentes.

REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família enlutada do Dr. Aguinaldo de Santa Thereza Borges Vieira, falecido em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu ontem aos 64 anos em nossa capital, o Dr. Aguinaldo de Santa Thereza Borges Vieira.

O Dr. Aguinaldo era conhecido Procurador da Justiça do Estado do Paraná e o quarto membro mais antigo do Ministério Público do Estado em atividade.

Muito competente, exerceu por duas vezes a função de Corregedor Geral e deu enorme contribuição ao Poder Judiciário do Paraná. Deixa uma grande lacuna nos meios jurídicos do nosso Estado, pois sua opinião era por demais respeitada em todas as áreas.

À sua viúva Sra. Saline e seus três filhos (A/C Procuradoria Geral da Justiça do Paraná), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Santa Mônica, pela passagem de seus 09 anos de emancipação política, dia 10 de setembro próximo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Otacílio dos Santos, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Valdenir Antonio Palmieri, assim como a todos os vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Santa Mônica irá comemorar o transcurso de seus 09 anos de emancipação política, no próximo dia 10/09.

Nesta oportunidade queremos destacar o trabalho desenvolvido pelo prefeito municipal, Sr. José Otacílio dos Santos, pelo vice-prefeito, Valdenir Antonio Palmieri e demais membros da administração, que irmanados nos mesmos propósitos vêm procurando cumprir as metas programadas em benefício de toda a população e para grandeza do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens ora prestadas ao município de Santa Mônica quando da comemoração de mais um aniversário e à população que no decorrer de todos esses anos sempre prestou seu incondicional apoio, o nosso fraternal abraço.

REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Mallet, pela passagem de seus 89 anos de emancipação política, dia 21 de setembro próximo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Lauro Baran, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Gilberto Korwoski, bem como a todos os vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Mallet irá comemorar a passagem de seus 89 anos de emancipação política, no próximo dia 21/09.

Em 1884, quando o Governo Imperial elaborava planos visando a colonização do Estado do Paraná, algumas famílias deixaram a cidade de Campo Largo e parti-

ram para o Sul, com o propósito de povoar as terras ricas e férteis daquela região. Ao passar pela cidade de Palmeira, a caravana recebeu a adesão de outras famílias, procedentes da localidade de Itaiacoca, município de Ponta Grossa, e constituídas também por lavradores, gente brava e intrépida, acostumada ao trabalho e à conquista da terra.

Após dois meses de caminhada pelo sertão hostil, os pioneiros fundaram, à margem de um rio, um povoado a que deram o nome de Rio Claro. Ali se entregaram à cultura da terra, desenvolvendo sozinhos, durante seis anos, a agropecuária.

Em 1890 chegava à região a primeira leva de imigrantes europeus, de nacionalidade polonesa. Cinco anos depois, novos colonos, provenientes da Ucrânia, então sob o domínio da Áustria.

Processado o povoamento, o progresso não se fez esperar no sul paranaense. De formação católica, os povoadores construíram em Rio Claro uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Junto desta, um cemitério. Alguns anos mais tarde, a pequena capela foi substituída por uma igreja. Por essa época já existia no povoado um clube recreativo polonês, um brasileiro e um ucraniano, quatro escolas e mais três capelas destinadas ao culto do catolicismo.

À margem do Rio Xarqueada, foi construída a Capela de São Pedro, em torno da qual se formou, então, um pequeno povoado. Em 1903 os trilhos da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (atual Rede de Viação Paraná-Santa Catarina) atingiram a povoação, onde foi construída a Estação Marechal Mallet, homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno de Medeiros Mallet. O nome da Estação juntou-se ao antigo povoado, que passou, assim, a denominar-se São Pedro de Mallet.

Em 1909, chegou ao local novo contingente de imigrantes. Fundou-se então, em terras próximas à Colônia Rio Claro, a Colônia de Vera Guarani, com 825 famílias de nacionalidade polonesa, russa e brasileira. Da disseminação desses colonos resultaram outros núcleos coloniais.

Em 15 de abril de 1912, pela Lei Estadual 1189, foi criado o município de Mallet, desmembrando-se de São Mateus do Sul.

Em 21 de setembro de 1912 houve a instalação oficial do município, com a posse do primeiro prefeito, José Pompeu.

Na significativa data em que o município de Mallet comemora seus 89 anos de emancipação política, toda a população é digna do nosso respeito e nossa admiração pela eficiente colaboração em prol do desenvolvimento cada vez maior daquela região.

REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao município de Rebouças, pela passagem de seus 71 anos de emancipação política, dia 21.09.2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Luiz Everaldo Zack, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Vanderlei Cabral, assim como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Rebouças estará, no próximo dia 21 de setembro, comemorando festivamente o transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política.

O importante trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto: administração e povo, está trazendo benefícios para toda aquela região, e com isso, as soluções para os problemas vão aparecendo.

Àqueles que durante esses 71 anos têm contribuído para o desenvolvimento cada vez mais acentuado do município de Rebouças, o nosso respeito e admiração, na certeza de que continuarão com o trabalho diuturno para o bem-estar de todos os municípios.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, associa-se às homenagens prestadas nesta significativa data, ao município e região.

REQUERIMENTO Nº 2703

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao município de São Mateus do Sul, pelo transcurso de seus 93 anos de emancipação política, dia 21.09.2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Luiz Adyr Gonçalves Pereira, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. José Marciniak Stuski, assim como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição, queremos uma vez mais homenagear toda a população de São Mateus do Sul nesta significativa data da comemoração dos 93 anos de emancipação politicamente organizada.

Congratulamo-nos, portanto, pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos os municípios, através da união de forças em benefício do progresso de São Mateus do Sul, para alegria e galardão de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de São Mateus do Sul, efusivos cumprimentos pela eficiente colaboração que tem prestado ao longo desses anos em prol do crescente progresso do município.

REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Sr. Sérgio Junqueira, através do endereço Rua Rockfeller, nº 1311, Bairro Rebouças, CEP 85819-550, nesta Capital, DD diretor-presidente da Fundação Nossa Senhora do Rocio, pela excelente cobertura jornalística feita pela Rádio Clube Paranaense, por ocasião da histórica votação do Projeto de Iniciativa Popular que objetivava obstar a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com imparcialidade e brilhantismo a Rádio Clube Paranaense transmitiu a polêmica sessão plenária da Assembléia Legislativa do Estado, que rejeitou o histórico Projeto de Iniciativa Popular que objetivava obstar a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel. A população pôde acompanhar através das ondas amigas da Rádio Clube, passo a passo, o desenrolar dos principais acontecimentos decorrentes da exaustiva votação ocorrida na Capital paranaense.

Empresa de credibilidade indiscutível, a Rádio Clube Paranaense narrou com maestria a passagem deste momento inesquecível da democracia, cumprindo assim, mais uma vez, com a sua grande missão de divulgar os principais fatos econômicos, políticos, sociais, culturais, etc.

O aludido veículo de comunicação promoveu um grande debate ao abrir os seus microfones para que a sociedade pudesse, através deles, manifestar opiniões a respeito do delicado assunto.

Assim sendo, através deste parlamentar, esta Casa de Leis rende justa homenagem à Rádio Clube Paranaense, orgulhosamente sediada na capital paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Sr. Pedro Mufatto, através do endereço Rua Tarobá, nº 6, caixa postal 9 - CEP 85819-550, na cidade de Cascavel - PR, DD diretor-presidente da TV Tarobá; pela excelente cobertura jornalística feita pelo aludido veículo de comunicação, por ocasião da histórica votação do Projeto de

Iniciativa Popular que objetivava obstar a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com imparcialidade e brilhantismo a TV Tarobá de Cascavel transmitiu a polêmica sessão plenária da Assembléia Legislativa do Estado, que rejeitou o histórico Projeto de Iniciativa Popular que objetivava obstar a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel. Os telespectadores puderam, mesmo à distância, acompanhar, através do mencionado veículo de comunicação, passo a passo, o desenrolar dos principais acontecimentos decorrentes da exaustiva votação ocorrida na Capital paranaense.

Empresa de credibilidade indiscutível, a TV Tarobá narrou com maestria a passagem deste momento inesquecível da democracia, cumprindo assim, mais uma vez, com a sua grande missão de divulgar os principais fatos econômicos, políticos, sociais, culturais, etc.

Assim sendo, através deste parlamentar, esta Casa de Leis rende justa homenagem à TV Tarobá, orgulhosamente sediada em solo oestino do território paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Sr. Carlos Almeida, diretor-presidente do jornal Diário do Povo, de Pato Branco, através do endereço Rua Caramuru, 1267 - CEP 85501-060, pelas suas novas instalações, fruto da sua expansão criteriosamente planejada.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário do Povo do município de Pato Branco, trocou de sede recentemente, estando agora em modernas instalações. Este avanço é fruto de árduo trabalho criteriosamente planejado pela sua diretoria, o que possibilitou ao jornal avançar limites, expandindo graças à sua linha editorial séria que narra com maestria e imparcialidade os principais acontecimentos ocorridos em nosso País e fora dele.

Ser leitor do Diário do Povo é sinônimo de informação com credibilidade.

A proposta deste parlamentar visa fazer com que esta Casa, renda justa homenagem que servirá como estímulo para que o veículo de comunicação em epígrafe continue percorrendo os trilhos do sucesso.

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Sr. Pedro Grando, pelos relevantes trabalhos prestados à

frente da Casa Familiar Rural, do município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Casa Familiar Rural, sediada no município de Capitão Leônidas Marques, desde o dia 24 de março de 1998, vem desenvolvendo vários projetos no setor agrícola. Atualmente a entidade vem promovendo cursos de capacitação em agricultura orgânica. A linha de atuação da Casa Familiar Rural deve ser destacada pois tem o propósito de facilitar a vida do homem do campo, ou seja, contribuir com este setor que ao longo dos tempos tem plantado esperanças e colhido frustrações.

A escola do campo de Capitão Leônidas Marques tem trabalhado com afinco sob o comando do Sr. Pedro Grando, pessoa que tem comandado com eficiência os brilhantes trabalhos lá desenvolvidos.

REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Sr. Crespim Azevedo da Silva, pelos relevantes trabalhos de cunho social, prestados junto ao município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Crespim Azevedo da Silva é atualmente o presidente da Casa da Sopa - Sociedade Espírita Caminho da Luz, entidade que promove destacado trabalho filantrópico do município de Capitão Leônidas Marques, onde atende crianças e mães carentes, proporcionando-lhes cursos de orientação moral e cívica.

O Sr. Crespim é daquelas pessoas que não medem esforços para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária para todos, razão pela qual rendemos a ele esta justa homenagem com o intuito de estimulá-lo nesta importante empreitada.

REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao padre João de Almeida Verling, pelos relevantes serviços prestados no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tem sido brilhante a atuação do padre João de Almeida Verling no município de Laranjeiras do Sul. O missionário tem se dedicado às causas sociais sem se descuidar da evangelização da comunidade, levando con-

forto e paz interior àqueles que necessitam de amparo social e espiritual.

Deste modo, através deste parlamentar, lhe é conferida a presente proposta que visa incentivá-lo nesta importante e ininterrupta jornada.

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Therezinha Maria Moretto Andreetta, através do endereço Rua Manoel Ribas, nº 280 - CEP 85301-020, Laranjeiras do Sul - PR, pelos relevantes trabalhos prestados junto àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

As causas sociais têm sido a razão de existência da Sra. Therezinha Maria Moretto Andreetta, cujo nome é sinônimo de voluntariado e exemplo de dedicação ao próximo.

A palavra caridade é velha conhecida da dona Therezinha, que aprendeu desde cedo a colocar em prática esta virtude propagada por muitos, mas exercitada por poucos.

Pelas razões expostas, através deste parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado cumpre com a prazerosa missão de felicitar aquelas pessoas que têm trabalhado com afincamento pela felicidade do gênero humano.

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Maria Baldoína Zortea, através do endereço Rua Manoel Ribas, nº 280 - CEP 85301-020, Laranjeiras do Sul - PR, pelos relevantes trabalhos prestados junto àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Maria Baldoína Zortea desenvolve excelente trabalho de cunho social junto à Associação das Senhoras de Caridade do município de Laranjeiras do Sul, entidade que tem por objetivo tornar feliz a humanidade pelo amor ao próximo, através do amparo social e espiritual.

Na realidade, trata-se de alguém que, ao longo dos tempos, tem sacrificado as suas tarefas para dedicar-se à causa alheia, atitude esta que merece ser enaltecida por esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o

envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Geni da Rosa Pietrobom, através do endereço Rua Manoel Ribas, nº 280 - CEP 85301-020, Laranjeiras do Sul - PR, pelos relevantes trabalhos prestados junto àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Geni da Rosa Pietrobom desenvolve excelente trabalho de cunho social junto à Associação das Senhoras de Caridade do município de Laranjeiras do Sul, entidade que tem por objetivo tornar feliz a humanidade pelo amor ao próximo, através do amparo social e espiritual.

Na realidade, trata-se de alguém que, ao longo dos tempos, tem sacrificado as suas tarefas para dedicar-se à causa alheia, atitude esta que merece ser enaltecida por esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Maria Southier, através do endereço Rua Manoel Ribas, nº 280 - CEP 85301-020, Laranjeiras do Sul - PR, pelos relevantes trabalhos prestados junto àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Maria Southier desenvolve excelente trabalho de cunho social junto à Associação das Senhoras de Caridade do município de Laranjeiras do Sul, entidade que tem por objetivo tornar feliz a humanidade pelo amor ao próximo, através do amparo social e espiritual.

Na realidade, trata-se de alguém que, ao longo dos tempos, tem sacrificado as suas tarefas para dedicar-se à causa alheia, atitude esta que merece ser enaltecida por esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Aparecida Sibaldeli Guimarães Costa, pelos relevantes trabalhos prestados à frente do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Aparecida Sibaldeli Guimarães Costa, brilhantemente vem conduzindo o Conselho Tutelar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Capitão Leônidas Marques, cuja administração tornou-se, de forma visível a olho nu, um instru-

mento de extrema importância para a proteção e amparo às crianças e aos adolescentes, resultado incontestável da dedicação desta ilustre cidadã marquesiense que tanto orgulha a região oestina do nosso imenso território paranaense.

Deste modo, proponho esta homenagem em reconhecimento ao belo trabalho desenvolvido.

REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Zenaide Ferrazo, pelos relevantes trabalhos prestados à frente da Associação dos Idosos de Alto Alegre do Iguaçu do município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Zenaide Ferrazo, brilhantemente vem conduzindo a Associação dos Idosos de Alto Alegre do município de Capitão Leônidas Marques, cuja administração tornou-se, de forma visível a olho nu, um instrumento de extrema importância para a proteção e amparo aos idosos, resultado incontestável da dedicação desta ilustre cidadã marquesiense que tanto orgulha a região oestina do nosso imenso território paranaense.

Deste modo, proponho esta homenagem em reconhecimento ao belo trabalho desenvolvido.

REQUERIMENTO Nº 2682

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Sra. Carmem Zeniewicz, pelos relevantes trabalhos prestados à frente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Carmem Zeniewicz, brilhantemente vem conduzindo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Capitão Leônidas Marques, cuja administração tornou-se, de forma visível a olho nu, um instrumento de extrema importância para a proteção e amparo às crianças portadoras de deficiências físicas, resultado incontestável da dedicação desta ilustre cidadã marquesiense que tanto orgulha a região oestina do nosso imenso território paranaense.

Deste modo, proponho esta homenagem em reconhecimento ao belo trabalho desenvolvido.

REQUERIMENTO Nº 2683

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o

envio de expediente com votos de congratulações ao Sr. Eluir Gemeli, pelos relevantes trabalhos prestados à frente da Sociedade de Amparo ao Menor Marquesiense do município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Eluir Gemeli, brilhantemente vem conduzindo a Sociedade de Amparo ao Menor Marquesiense do município de Capitão Leônidas Marques, cuja administração tornou-se, de forma visível a olho nu, um instrumento de extrema importância para a proteção e amparo ao menor, resultado incontestável da dedicação deste ilustre cidadão marquesiense que tanto orgulha a região oestina do nosso imenso território paranaense.

Deste modo, proponho esta homenagem em reconhecimento ao belo trabalho desenvolvido.

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Manoel Seraphin Fernandes Júnior e Arlete Monteiro Fernandes, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2670

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aroldo Luiz e Tereza Walter Luiz, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo

de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2671

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nilson Luiz dos Santos e Silmara do Rocio dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2592

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Psicologia do Paraná, pela passagem do Dia do Psicólogo, comemorado neste dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Vinícios Oscar Kirchner, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida São José, 699 - CEP: 80050-350 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2593

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná, pela passagem do Dia do Corretor de Imóveis, comemorado neste dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Daniel Fuzetto, presidente do Sindicato, através de correspon-

dência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 497 - cj. 08 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, à Associação Paranaense de Avicultura, pela passagem do Dia da Avicultura, a ser comemorado no dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Laércio Faustino Cardoso, presidente da Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 252 - cj. 601 - CEP: 80010-010 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Bancários, pela passagem do Dia dos Bancários, a ser comemorado no dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. José Daniel Farias, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Vicente Machado, 18 - CEP: 80420-010 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2571

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao produtor Aparecido José da Silva, morador da Vila Rural Euclides Ugo Ossaki, em Roncador - PR, pelo aumento de produção e da renda familiar, em consequência da adesão ao Programa Fábrica do Agricultor, com a instalação de uma fábrica de polpa de maracujá e de morango.

Que da aprovação deste, seja enviada correspondência ao agraciado, Sr. Aparecido José da Silva (Vila Rural Alto São João, Quadra 01, lote 14 - CEP: 87320-000 - Roncador-PR).

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2587

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, votos e louvor, congratulações e muito aplauso à Central de Abastecimento de Curitiba S/A - CEASA, que no dia 06 de agosto próximo passado, comemorou 25 anos de atividades

Sua inauguração ocorreu oficialmente no dia 06 de agosto de 1.976, pelo presidente da República, Erasto Geisel, tendo como governador do Estado, Jaime Canet Júnior e prefeito, Saul Raiz. Desde sua criação, tem desenvolvido um trabalho sério, visando benefícios para os agricultores, para os comerciantes e ao consumidor final.

Os produtores encontram na Casa um local apropriado para escoar suas produções, os comerciantes têm a certeza de encontrar produtos de qualidade afim de abastecer as cidades e o consumidor final que ajuda a manter os preços estabilizados.

Ocupa hoje a quarta colocação no País entre as empresas do gênero.

Trata-se de um órgão de suma importância para o ramo da agricultura, que atua como gerenciador e procura desenvolver projetos visando sempre o aprimoramento dessa atividade.

Atualmente, vem desenvolvendo, juntamente com a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, Emater, Sebrae, Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Federação da Agricultura do Paraná (Faep), produtores e usuários do Ceasa, o Projeto "Hortiquilidade Paraná" de capacitação do produtor e qualificação do comerciante.

Com certeza, nosso município, através desse projeto, enfrentará com grande sucesso os desafios do mercado competitivo com outros centros e mercados. Além do espaço físico apropriado para a comercialização, os produtores também dispõem de outros benefícios, como a "Casa do Produtor", onde estão ao alcance dos usuários informações via internet de preços, cotações de hortigranjeiros de outras regiões do Estado, do País e do mundo.

A Ceasa de Curitiba, ao longo desses 25 anos, soube defender e coordenar, com muita luta, dignidade, seriedade, responsabilidade e competência, as suas atividades.

Pela persistência dos seus dirigentes, produtores, funcionários, associados e contribuidores, sentimo-nos também orgulhosos por essa comemoração e através desta manifestação de júbilo, cumprimentamos ao presidente, o Sr. José Lupion Neto, bem como a todos acima nominados.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a comunidade paranaense, auguramos votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

que seja consignado em Ata da Sessão de hoje votos de congratulações a Tânia Martins Costa - DD. prefeita municipal e Osvaldo Bronze - DD. presidente da Câmara Municipal, pelos 45 anos de emancipação política do município de Lobato.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da Sessão de hoje votos de congratulações a Associação Médica Homeopática Brasileira, pela iniciativa do "Projeto Homeopatia Solidária".

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Associação Médica Homeopática Brasileira, através do "Projeto Homeopatia Solidária", os médicos homeopatas brasileiros atendem voluntariamente crianças encaminhadas pela Pastoral da Criança, incluindo o fornecimento gratuito de medicamentos homeopatas.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja expedida correspondência ao Dr. Francis Mourão - representante da Associação Médica Homeopática Brasileira, sito na Rua General Carneiro, nº 638 - Centro - CEP: 80.060-150 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações e louvor à Dra. Márcia Pugliesi Yocomyzo, filha do deputado Waldyr Pugliesi e da ex-deputada Irondi Mantovani Pugliesi, pela investidura no cargo de Juíza de Direito, cuja posse ocorreu no dia de hoje nas dependências do Tribunal e Justiça do Estado do Paraná.

Nosso anseio é de que a Dra. Márcia tenha êxito no desempenho das funções de sua nova jornada, alcançando assim sua realização profissional, na aplicação correta da lei, enriquecendo os quadros do Poder Judiciário do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o encaminhamento de cópia do presente à homenageada.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Tiago Amorim Novaes, Renato Gaúcho, Tony Garcia, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Luiz Carlos Zuk, Antonio Anibelli, Serafina Carrilho, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Ademir Bier, Edson Strapasson, Eli Ghellere e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2656

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, integrantes da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao paranaense Antonio Carlos de Oliveira, eleito presidente nacional da Juventude Socialista do PDT no 10º Congresso Nacional realizado pela organização, entre 24 e 26 agosto, em Brasília/DF.

Com mais de 700 participantes, sendo 500 delegados representando 21 Estados da Federação, o encontro reforçou as pregações do presidente nacional do partido, Leonel Brizola, debatendo questões polêmicas como inserção do Brasil na ALCA, a globalização, o neoliberalismo, o aperfeiçoamento das urnas eletrônicas e a construção de uma alternativa popular e nacionalista para a sucessão presidencial de 2002.

“Brizola é nossa grande referência, que simboliza a resistência dos brasileiros frente a espoliação e a esperança que temos em construir um Brasil verdadeiramente livre, soberano e socialmente justo”, afirmou Antonio Carlos de Oliveira, eleito presidente nacional da Juventude Socialista do PDT, em chapa única (o antecessor era o advogado Sandro Alencar, do PDT da Paraíba).

Paranaense de São José dos Pinhais, Antonio Carlos e Oliveira é formado em Ciências Sociais pela UFPR e atua como membro titular do Diretório Nacional do partido. No encontro, os jovens socialistas prestaram homenagem ao presidente Getúlio Vargas, que suicidou-se em 24 de agosto de 1954, deixando a Carta-Testamento, e a Leonel Brizola por ter comandado, há 40 anos, na condição de governador do Rio Grande do Sul, a “Campanha da Legalidade”, movimento cívico e patriótico que garantiu a posse do presidente João Goulart, vetado pelos militares depois da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(aa) ELI GHELLERE

LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, integrantes da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações à nova diretoria da AERP - Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, eleita para o biênio 2001-2003.

Considerada de Utilidade Pública pela Lei nº 6869, de 26/04/1977, a AERP tem como novos dirigentes: presidente, Valdir Luiz Pagnoncelli (Dois Vizinhos); vice-presidente, Antônio dos Santos Cirilo (Foz do Iguaçu); suplente, Frei Lindolfo Schmitz (Pato Branco); vice-presidente Capital/Litoral, Erwin Bonkoski (Curitiba); suplente, Sérgio Vieira Bianco (Paranaguá); vice-presidente Centro/Sul, Iraci Travisani Rosa (Ponta Grossa);

suplente, Márcio Martins (Ponta Grossa); vice-presidente Norte Ricardo Spinoso (Londrina); suplente, José Leite (Cornélio Procopio); vice-presidente Noroeste, Ephraim Marques Machado (Paranavaí); suplente, Elói Bonkoski (Campo Mourão); vice-presidente Sudoeste, Augustinho Seleski (Francisco Beltrão); suplente, Laudi Vedana (Pato Branco); vice-presidente Oeste, Naudé Prates (Santa Helena); suplente, Renato Silva (Cascavel); tesoureiro geral, Euclides Alves de Paula Filho (Palmeira); vice-tesoureiro geral, Ilídio Coelho Sobrinho (Umuarama); secretário-geral, Sérgio Frederico Baggio (Lapa); vice-secretário-geral, Cinira Woiski (Apucarana).

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(aa) ELI GHELLERE

LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos trabalhos de votos de louvor à empresa IGASA S/A, pelo agraciamento que teve com o recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná, pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Ambiental 2000 pelo trabalho realizado por esta Empresa na categoria “Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais” (Ano 1999) pelo técnico Jocelito Gonçalves de Lima, através do Programa “Produção Limpa” e “Efluente Zero”.

Sendo assim, a empresa IGASA S/A merece nosso reconhecimento pela importância que dá à questão ambiental.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Silva Jardim, 107, Rebouças. CEP: 80230-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos trabalhos de votos de louvor ao Instituto Ecoplan, pelo agraciamento que teve com o recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo

Instituto Ambiental do Paraná, pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Ambiental 2000 pelo trabalho realizado por este Instituto na categoria "Biodiversidade Flora e Fauna" (Ano 1999) pelos técnicos Fabiano Brusamolin, Romano Dallalana, Frederico Brandini e Ariel Scheffer da Silva, através do Programa RAM - recifes Artificiais Marinhos.

Sendo assim, o Instituto Ecoplan merece nosso reconhecimento pela importância que dá à questão ambiental.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Padre Agostinho, 1114. Mercês. CEP: 80430-050, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2652

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos trabalhos de votos de aplausos ao município de Quatro Barras, pelo recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná, pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Ambiental 2000 ao trabalho realizado por esta prefeitura, a qual, já foi agraciada em anos anteriores por demonstrar a continuidade e expansão do Programa Sólido para Resíduo Sólido na categoria Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Ano 1999), através dos técnicos Celso Egídio Lopes e Luiz Bezerra de Lima. Portanto, a Prefeitura de Quatro Barras através de sua Secretaria de Indústria e Comércio, Turismo e Meio Ambiente merece nosso reconhecimento pela importância que dá à questão Ambiental.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida D. Pedro II, 110. CEP: 83420-000, Quatro Barras-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos trabalhos de votos de aplausos à Companhia de Desenvolvimento Agrope-

cuário do Paraná - Codapar, em comemoração aos seus 45 anos de atividades.

A Codapar, realiza importante trabalho de desenvolvimento na área agropecuária, pois trata-se de uma das principais atividades do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua André de Barros, 671, Centro - CEP 80010-080 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, integrante da bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário envio de congratulações ao senhor Ricardo Lupges, pela organização do Campeonato Estadual de Judô, ocorrido dia 25 de agosto, o município de São Miguel do Iguaçu.

Trata-se de importante evento, que movimentou toda a região Oeste e serviu para motivar a prática deste esporte entre as pessoas, notadamente os estudantes e a juventude em geral.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação das Emisoras de Radiofusão do Paraná, alusivo à posse da nova diretoria para o biênio 2001-2003, ocorrida em 10 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Valdir Luiz Pagnoncelli, através de correspondência a ser encaminhada, à Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 13º andar, Conj. 1302 - Caixa Postal 7750, CEP 80410-180 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2719

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Biologia, alusivo ao dia do Biólogo, comemorado hoje dia 3 de setembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Rogério Duílio Genari, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Luiz Xavier, 68 - Conjunto 911 - Centro - CEP 80020-020 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2665

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Economia, pela comemoração do Dia do Economista.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dia de 13 de agosto comemora-se o Dia do Economista. Este é um profissional que a partir de um bom domínio da Ciência Econômica está capacitado para intervir no processo social, oferecendo a melhor contribuição específica sobre aspectos que são privativos de sua profissão. Segundo José Pedro Mansur, "Economista não é aquele que faz orçamentos, planejamentos, análise de investimentos, etc. mas é aquele profissional que, além de exercer todas estas funções, é capaz de pensá-las dentro de um contexto geral de todo o processo de distribuição e produção da sociedade.

Por isso o economista é um profissional especial que se distingue dos outros que utilizam técnicas similares. Ele encaixa a reflexão (e conseqüente prática) de cada problema ligado a estes já especificados, distribuição e produção, a um quadro mais amplo quer dizer, dentro do sistema econômico".

No Estado do Paraná existem 23 estabelecimentos de ensino superior com curso de economia e os níveis de formação profissional vão de graduação a pós-graduação. I mercado de trabalho do economista, tendo em vista sua formação generalista, apresenta oportunidades nos setor público e no setor privado.

Para que o bacharel em Ciências Econômicas exerça sua profissão, deve estar devidamente registrado no Corecon (Conselho Regional de Contabilidade), que expedirá a Carteira de Identidade Profissional. Esta habilitação legal pode ser conferida a todos aqueles que são bacharéis diplomados no Brasil.

O economista é o profissional mais necessário nos dias de hoje, quando a economia mundial, em avançado estado de globalização enfrenta as diferenças de mercado. pela comemoração do Dia do Economistas receba o Conselho Regional de Economia (Rua Nicolau Maeder, 89 - Alto da Glória - CEP 80030-300, Curitiba/PR), através de seu presidente - José Moraes Neto, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2666

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Museu Botânico Municipal, pela comemoração de seus 36 anos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Museu Botânico Municipal de Curitiba comemorou recentemente 36 anos de existência. Fundado no ano de 1965 a partir do acervo pessoal doado pelo botânico curitibano Gerdt Hatschbach, o Museu Municipal está localizado dentro do Jardim Botânico de Curitiba.

O local é uma referência nacional e muito visitado, especialmente por turistas que se encantam com sua grande variedade. Além das plantas o Museu possui também muitas fotos sobre o trabalho de campo de pesquisadores, além de pertences de seu fundador, como um facão de coleta da década de 40 e livros raros sobre Botânica. Ali também estão expostas muitas árvores e plantas em extinção (cactos, orquídeas, bromélias, etc.).

Uma visita ao Museu é muito instrutiva e o local é agradável. A riqueza do acervo é sem dúvida um grande atrativo não só para turistas, mas para muitos estudiosos que vêm a Curitiba para visitá-lo.

Pela comemoração de seus gloriosos 36 anos de fundação, receba o Museu Municipal de Curitiba (Rua Ostoja Roguski, s/nº - Bairro Jardim Botânico - CEP 80210-390 - Curitiba/PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2667

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Acadêmico Hugo Simas, pela comemoração de seus 70 anos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) comemorou na última semana seus 70 anos de existência. São 70 anos de tradição de lutas e formação de lideranças políticas e judiciárias.

Fundado em 1931, sua história confunde-se com a própria história dos partidos políticos fortes no período político pós-guerra e simboliza uma das principais resistências estudantis à ditadura militar, no final dos anos 60.

Desde a sua fundação até hoje, uma galeria de notáveis defendeu os principais idéias que sempre marcaram a trajetória do CAHS. Entre seus presidentes nestas sete décadas, figuram nomes como de ex-governadores, desembargadores, juristas famosos, políticos e outras personalidades conhecidas a construir o que hoje é o CAHS, que foi um dos dois únicos Centros Acadêmicos que não foram fechados pelo Exército (o outro foi o curso de direito da Universidade de São Paulo - USP).

Pela comemoração dos gloriosos 70 anos de existência, receba o Centro Acadêmico Hugo Simas (Praça Santos Andrade, 50 - Sub-solo- CEP 80020-200- Curitiba-PR), através de seu presidente Ivens Henrique

Hubert, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor com o Conselho Estadual de Direitos Humanos - CODEP, que, sensibilizado com a série de homicídios que vêm ocorrendo no distrito de Tranqueira, município de Almirante Tamandaré, promoveu no último dia 25, uma audiência pública que contou com a participação da comunidade local, representantes do Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Polícias Civil e Militar e entidades representativas da sociedade.

O ato público, realizado com grande sucesso e que foi presidido pelo Sr. secretário de Estado da Justiça e Cidadania, mostrou claramente o quadro de total insegurança que hoje vive, não apenas aquele município como de resto todo o Estado do Paraná pela falta de condições às Polícias Civil e Militar. Ao longo de um ano e pouco mais de uma dezena de homicídios se verificaram dentro do município de Almirante Tamandaré - a maioria deles no distrito de Tranqueira - tendo como vítimas mulheres: Elizabeth Therezinha Keppel, Maria Helena Azevedo, Terezinha Rosa Barbosa, Natalina Kapp, Lenita Machado, Edivane do Rocio Polli, Gilmara Rodrigues de Oliveira, Santina Soares, Rosa Aparecida dos Santos entre outras.

Ressaltando-se que quase todas as vítimas são jovens, que algumas não foram ainda identificadas e outras estão desaparecidas, somando-se cerca de duas dezenas. E ainda, praticamente os crimes continuam sem elucidação, embora as famílias estejam realizando por conta própria, investigações, a ausência do trabalho da Polícia Civil é o mais sentido e solicitado. Como o clima de insegurança reinante naquele município está a exigir providências imediatas, como a já proposta pelo delegado geral, Dr. Leonil Ribeiro, com a designação de um delegado especial para levantar os casos. Bem assim a agilização dos processos prometida pelo senhor secretário da Justiça e Cidadania, presidente do CODEP.

Requer ainda uma vez aprovada o presente, que do mesmo se dê conhecimento ao senhor secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Dr. Pretextato Taborda Ribas - também presidente do CODEP, ao Sr. delegado geral da Polícia Civil, Dr. Leonil Ribeiro, à Sra. Juíza e ao promotor da comarca de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2669

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Juiz Ivan Campos Bortoleto, pela sua promoção como desembargador ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O desembargador Ivan Campos Bortoleto, nasceu na cidade da Lapa. formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, exerceu a advocacia e trabalhou no Departamento Jurídico da então Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social.

O novo desembargador ingressou na magistratura em 1969, judiciando nas comarcas de Coronel Vivida, Morretes, Cruzeiro do Oeste, Rolândia, Paranaguá e Curitiba. Na Capital atuou como titular da 7ª Vara Cível e da 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas.

Foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada em 1990. Também foi professor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Rolândia e da Faculdade de Direito de Curitiba (Direito Processual Civil).

É para nós paranaenses um dia de gala, este momento em que festejamos a nomeação do Dr. Ivan Campos Bortoleto, como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Saudar o eminente desembargador é qualquer coisa de tão sublime que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa.

É, pois, uma demonstração desse nosso sentir que almejamos, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao eminente desembargador Ivan Campos Bortoleto, toda a sorte de felicidades.

REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à Srta. Alessandra Clemente, pela conquista do prêmio- campeã brasileira de prova de rédeas, desafio Prenda Juvenil, com idade de até 12 anos, na Granja do Torto em Brasília, nos dias 26 a 29 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O 10º Rodeio Nacional dos Campeões, realizado em Brasília no mês de julho, onde reuniram vários CTG's representando seus respectivos Estados, com a apresentação de várias provas, nas diversas modalidades, como laço, rédeas, gineteadas e ainda nas invernadas artísticas, onde se apresentaram vários grupos folclóricos regionais.

Na soma dos pontos nas várias modalidades, o Estado do Paraná sagrou-se campeão, na contagem dos pontos.

REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Adão Noé Fortes Camelo, mui digno patrão do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado do Paraná - MTG, extensivos aos demais membros da diretoria, pela organização e realização do 10º Congresso Paranaense de Tradição Gaúcha, acontecido nos dias 24, 25 e 26 de agosto do corrente ano, na cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado-MTG, sob a sábia presidência do Sr. Adão Noé Fortes Camelo, congrega 17 Regiões Tradicionalistas em todo o Estado, com aproximadamente 600 CTG's todos dedicados ao tradicionalismo gaúcho, como o ocorrido nos dias 24, 25 e 26 de agosto, na cidade de Irati, onde se apresentaram os mais diversos eventos tradicionais de todas as regiões tradicionalistas do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2714

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado votos de congratulações à Central Única dos Trabalhadores- CUT, pela ocorrência de seu 18º aniversário de fundações.

Requer ainda, seja dado ciência à direção da referida entidade na Alameda Cabral, 423 3º andar. CEP 80.410.210, Curitiba PR.

O referido pedido se justifica em face do papel fundamental que a Central Única dos Trabalhadores tem desempenhado junto aos trabalhadores deste País. Sua participação tem sido fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores, na ampliação da cidadania e sobretudo, na construção da democracia deste País, destacando-se especialmente a conscientização das massas populares em lutar por seus direitos e exercer a cidadania.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoio:

Irineu Mario Colombo, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni.

REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, votos de congratulações à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon, alusivos à posse da nova diretoria para gestão 2001/2002, que ocorrerá no próximo dia 14 de setembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao atual presidente Jorge Moacir e a futura presidente Sra. Úrsula Kayser, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sergipe, 625- CEP 85.960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2723

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao piloto Ricardo Sperafico, alusivos à sua vitória no Grande Prêmio de Spafrancorchamps (Bélgica), pela 11ª Etapa do Campeonato de Fórmula 3000 Internacional, que ocorreu no último dia 02 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu pai, Sr. Dilso Sperafico, através de correspondência a ser encaminhada a Rodovia PR 317, Km 01, CEP 85960-310 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ADEMIR BIER]

REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, líder da Bancada de Oposições na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de moção de apoio ao vereador Sérgio Onofre da Silva, líder da Bancada do PMDB, na Câmara Municipal de Arapongas, pelas agressões físicas de que foi vítima, durante a manifestação popular contra a visita do governador do Estado àquela cidade, ocorrida na última sexta-feira, dia 24 de agosto, por integrantes da Polícia Militar.

Requer ainda, que da decisão da Assembléia seja dado ciência ao nominado vereador no seguinte endereço: Câmara Municipal de Arapongas, à Praça Júlio Junqueira, nº 88, Arapongas/PR. Caixa Postal 200 - CEP 86701-160.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização ao jornal Indústria e Comércio, pela comemoração de 25 anos de atuação.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Comendador Araújo, 126 - Curitiba - PR - 80420-000-fone: (041)322-1012.

REQUERIMENTO Nº 2660

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, os cumprimentos enviados pela Câmara Municipal de Londrina, pelo voto favorável ao projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel.

A moção foi assinada pelos vereadores Elza Correia, Márcia Lopes, Carlos Alberto Bordin, Jamil Janene, Paulo Arildo, Beto Scaff, Leonilso Jaqueta, Hélio Cardoso, André Vargas, Roberto Kanashiro, Flávio Anselmo Vedoato, Félix Ribeiro, Tercílio Turini e Lourival Germano, na sessão do último dia 22.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos Anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, os cumprimentos enviados pela Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná, ACAMOP, pelo voto favorável ao projeto de iniciativa popular, contra a venda da Copel.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos signatários daquela entidade.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2661

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, os cumprimentos enviados pela TV Tarobá, ao apoio deste parlamentar e da Assembléia Legislativa, na cobertura da discussão e votação do projeto de iniciativa popular, contra a venda da Copel.

A emissora transmitiu a sessão ao vivo para Foz de Iguaçu, Cascavel e Londrina, além de boletins ao vivo nos telejornais e programas da TV Tarobá, que cobre 192 cidades paranaenses. Notícias sobre a sessão histórica também foram enviadas para a programação nacional da Band.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos Anais da Casa a manifestação de agradecimento desta emissora.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de ofício ao secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. José Antônio Andreghetto, solicitando as seguintes informações:

1. Quantos poços artesianos já foram perfurados desde janeiro de 1995?
2. Quantos poços artesianos já foram concluídos, inclusive com o sistema de distribuição?
3. Qual a modalidade utilizada para escolher as firmas que realizaram os serviços? Licitação, Carta convite, concorrência pública ou outra?
4. Qual o valor que custou aos cofres públicos do Estado, cada poço artesiano?
5. Quais os municípios beneficiados com a lei de perfuração e funcionamento de poços artesianos?
6. Quantos poços estão programados, que ainda não foram iniciados?
7. Existe algum tipo de financiamento que custeia a realização das obras dos poços artesianos?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Nelson Justus, solicitando providência no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica da estrada que liga Palmas, no Sudoeste do Paraná ao município de Coronel Passos Maia-SC, conhecida como "Rodovia do Alto Chapecó".

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento aos Srs. Vereadores Wilmo Rodrigues Correia da Silva, Moacir Scopel, César Pacheco Baptista, Moacir França Pinto e Júlio Cesar Beviláqua, na Câmara Municipal de Palmas.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada de vital importância no desenvolvimento sócio econômico do município, bem como na sua integração regional, em vista de interligar o Estado do Paraná com Santa Catarina.

REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Nelson Justus, solicitando se dê continuidade à pavimentação asfáltica da estrada que liga Palmas, no Sudoeste do Paraná ao município de Palmas e Coronel Domingos Soares, cuja primeira etapa já foi concluída.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento aos Srs. Vereadores Wilmo Rodrigues Correia da Silva, Moacir Scopel, César Pacheco Baptista, Moacir França Pinto e Júlio Cesar Beviláqua, na Câmara Municipal de Palmas.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de antiga reivindicação da população de ambos os municípios, já parcialmente atendida. Entretanto, para que o problema seja resolvido na sua totalidade é necessário que se urgencie a continuidade dos serviços de pavimentação asfáltica da estrada que interliga os municípios de Palmas e Coronel Domingos Soares.

REQUERIMENTO Nº 2591

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício a Exma. Sra. Alcyone Saliba, DD Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de viabilizar a ampliação das Escolas “Senhorinha Miranda Mendes” e “Nerasi Menin Calza”, ambas no município de Palmas, neste Estado.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento aos Srs. Vereadores Wilmo Rodrigues Correia da Silva, Moacir Scopel, César Pacheco Baptista, Moacir França Pinto e Júlio Cesar Beviláqua, na Câmara Municipal de Palmas.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

As escolas mencionadas neste requerimento estão tendo um elevado aumento na procura por matrícula de novos alunos, necessitando urgentemente de obras de ampliação para poder atender com dignidade os estudantes.

REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Secretário da Segurança Pública do Paraná, Sr. José Tavares, solicitando a manutenção do delegado Edson da Rosa, no município de Dois Vizinhos.

O referido pedido se justifica pelo fato de que o delegado Edson da Rosa, está desempenhando excelente serviço junto à comunidade de Dois Vizinhos, sendo que seu trabalho goza da mais ampla aprovação dos munícipes, tendo inclusive ocorrido manifestações populares pelas ruas da cidade reivindicando a permanência do delegado.

Dessa forma, clamando pelo bom senso, solicita-se ao secretário da Segurança Pública, Sr. José Tavares, que mantenha o referido delegado no município de Dois Vizinhos

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Augustinho Zucchi, Tony Garcia, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. José Tavares, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a urgente destinação de uma viatura nova para o destacamento da Polícia Militar de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) TIAGO AMORIN NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Três Barras do Paraná nos últimos anos vem experimentando grande desenvolvimento populacional e econômico, contando nos dias de hoje com aproximadamente 11 mil habitantes, concentrados principalmente na região central e localidade de Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Izidoro. O Destacamento da Polícia Militar, atualmente com um efetivo de 07 policiais, responsáveis pelo patrulhamento, mesmo diante do extraordinário trabalho desenvolvido, dispõe de apenas um veículo ano 1992 para o atendimento a ocorrência e policiamento ostensivo, razão pela qual necessita de uma viatura nova visando um melhor atendimento à comunidade, uma vez que é elevada a distância entre as localidades acima citadas. Importante se faz salientar que em Barra Bonita situa-se a prainha, local turístico que atrai a população de cidades circunvizinhas, especialmente nos finais de semanas e feriados, oportunidade em que o policiamento se faz necessário com maior atenção, justificando a necessidade de um veículo adequado para a realização de um trabalho mais eficaz.

REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia Legislativa, o encaminha-

mento de proposição ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, solicitando que proceda a regularização imediata das placas de sinalização existentes na BR-116, dentro do município de Fazenda Rio Grande, pelos motivos que especifica:

- A existência de placas de sinalização, indicadoras dos limites de velocidade, conflitantes - uma com 60 km/h (sessenta quilômetros por hora) e duas com 40 km/h e ainda com o agravante de encontrarem-se pichadas e apagadas, vem causando grandes problemas aos moradores desse município, como para aqueles que trafegam nessa rodovia.

Sem que os motoristas sejam responsáveis pela situação existente, além de enfrentarem o perigo a que estão expostos pela necessidade de diminuir-se abruptamente a velocidade, ainda arcam com o ônus financeiro das constantes multas.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER o encaminhamento de proposição ao Sr. Diretor do Departamento de Estrada de Rodagem - DER, solicitando que se proceda, com urgência, a sinalização do leito da Rodovia dos Minérios - de Curitiba a Rio Branco do Sul. E bem assim a restauração e complementação das placas de sinalização ao longo da rodovia.

O pedido se justifica em razão de tratar-se de uma rodovia de grande movimento - em especial de caminhões transportando carga pesada - e encontrar-se comprometida pela falta de sinalização, quer no leito da rodovia, quanto às placas necessárias à segurança dos motoristas em todo seu trajeto. Estas, apagadas, pichadas ou inexistentes.

A falta de sinalização vem contribuindo para que acidentes ocorram, destruindo vidas e patrimônios. Inclusive a falta de sinalização acarreta perigo aos transeuntes que residem ao longo da Rodovia dos Minérios.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, e ao Sr. Antônio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando as seguintes informações sobre o Programa das Vilas Rurais:

1. Quantos e quais são os municípios atingidos pelo referido programa?

2. Quantas e quais são as famílias diretamente beneficiadas pelo Programa das Vilas Rurais? Pede-se para discriminar por municípios.

3. Qual o valor total investido pelo Governo do Estado do Paraná no Programa das Vilas Rurais?

4. Qual o valor da contrapartida dada pelos municípios? Pede-se discriminar por município.

5. Qual a relação entre o valor investido pelo Estado e a contrapartida dada pelo município?

6. Quais os projetos de geração de renda implantados nas Vilas Rurais? Pede-se discriminar o projeto, execução e resultados, em cada Vila Rural, localizando por município.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica para que seja possível uma avaliação objetiva do Programa das Vilas Rurais, identificando-se com precisão, seus custos e benefícios, bem como a abrangência do mesmo.

Muito se tem dito sobre as Vilas Rurais, tendo por um lado o Governo do Estado afirmado aos quatro ventos se tratar do melhor Programa de Reforma Agrária do País, e por outro, a imprensa tem apontado várias deficiências. Dessa forma, se faz necessário tais informações, para uma análise objetiva da questão.

REQUERIMENTO Nº 2717

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, solicitando cópia integral do contrato de financiamento do Projeto Alívio à Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais - Paraná 12 Meses (Paraná Rural Poverty Alleviation - BR 4060), firmado entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Paraná, bem como de todos os anexos que o acompanham.

O referido pedido se justifica pela necessidade de se conhecer os exatos termos do citado contrato firmado entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, o qual financia dentre outros projetos-atividades, o das Vilas Rurais.

Sempre atento à função principal do Parlamento, que é a fiscalização sobre a correta aplicação dos recursos e demais atos do Poder Executivo, o presente requerimento objetiva que se coloque à disposição dos parlamentares desta Casa, o referido contrato para análise e apreciação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o

douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, convidando o Exmo. Prefeito José Antonio da Silva e os Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, convidando o Exmo. Prefeito Mário Manoel das Dores Roque e os Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Guarapuã, convidando o Exmo. Prefeito Antonio Felício Ramos Filho e os Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2615

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Matinhos, convidando o Exmo. Prefeito Acindino Ricardo Duarte e os

Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2616

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Morretes, convidando o Exmo. Prefeito Helder Teófilo dos Santos e os Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, convidando o Exmo. Prefeito José Ananias dos Santos e os Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Antonina, convidando a Exma. Prefeita Munira Peluso e os Ilmos. vereadores que compõem o Legislativo Municipal, para que participem de Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às

19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, solicitando a presença do Exmo. Sr. Secretário José Antonio Andreguetto, em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, solicitando a presença do Exmo. Sr. Secretário Eduardo Francisco Sciarra, em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Ministério Público, solicitando a presença do Procurador de Justiça para o Meio Ambiente, Dr. Sant'Clair, em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando a presença do Exmo. Sr. Secretário Antonio Leonel Poloni, em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, solicitando a presença do seu Ilmo. Diretor, Sr. Mário Sérgio Razera, em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a presença do Exmo. Sr. Secretário Nelson Justus, em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, a realizar-se no próximo dia 19 de setembro, às 19h30 min, no município de Paranaguá, conforme requerimento aprovado em anexo.

Na oportunidade serão tratados assuntos de maior relevância ao litoral do Paraná, bem como outros, a cargo do DD. presidente desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente convocando o Exmo. Sr. Miguel Salomão, Diretor Geral da Paranaprevidência, a comparecer a esta Casa de Leis para prestar esclarecimentos sobre os valores que formarão o lastro do fundo financeiro do Paranaprevidência, bem como os cálculos de desembolso mensal, tendo em vista a perspectiva de vida útil dentro da aposentadoria.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Sra. Alcyone Saliba, Secretária de Estado da Educação, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Ubatuba que solicita para a Escola Portos dos Santos, distrito de Yolanda um computador, pois a referida escola necessita com a máxima urgência para agilização e modernização dos serviços prestados aos alunos.

Requer, ainda, que se dê ciência ao vereador Mamede Alves Vasconcelos, presidente da Câmara, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Emílio de Menezes, s/nº - CEP - 85440-000 - Ubatuba/PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Comissão de Privatização da Copel, solicitando seja encaminhada a esta Casa de Leis, com a máxima urgência, cópia do pedido de suspensão da publicação do Edital de Venda das Ações da Copel, firmado pelo Dr. Giovanni Gionédis, Mauro Moraes e Fábio Camargo, respectivamente presidente e vice-presidente do Diretório Regional do PSC e presidente do Diretório Municipal do PSC, protocolado junto ao Palácio Iguazu, na última quinta-feira, 23.08.2001.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Ingo Hübert, DD Secretário de Estado da Fazenda, e ao Ilmo. Sr. João Manoel Delgado Lucena, mui digno diretor da Coordenadoria da Receita do Estado, solicitando a per-

manência em funcionamento da Agência de Rendas do município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) TIAGO AMORIN NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Formulamos o presente requerimento no intuito de que o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, não proceda o fechamento da Agência de Rendas do município de Céu Azul, porque temos recebido veementes apelos da sociedade em geral daquela cidade, especialmente da comunidade empresarial, que certamente será prejudicada com uma medida dessa natureza, pois terão que se deslocar por muitos quilômetros até a agência da cidade mais próxima.

Esperamos que, constando realmente dos planos do governo a desativação daquela unidade fazendária, essa decisão seja revista, e com especial atenção e cautela para que o empresariado local não seja prejudicado, continuando assim a desfrutar da comodidade e o conforto que lhe tem proporcionado o atual atendimento prestado pela agência na sede do município.

REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Edmond Fernando Santiago, diretor comercial da Telepar Brasil Telecom, através do endereço Travessa Teixeira de Freitas, 75, nesta Capital, objetivando a instalação de um orelhão no Posto e Restaurante 3 Fronteiras, situado na BR-277, Km 452, localidade de Campo Mendes, município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Posto e Restaurante 3 Fronteiras, é um local frequentadíssimo. Diversas linhas de ônibus regionais e interestaduais param naquele ponto. Pode-se dizer que é um dos lugares onde há aglomeração de pessoas, nas margens das rodovias paranaenses. É normal que se queira propiciar aos usuários as condições adequadas de atendimento, a fim de que todos possam dispor das facilidades existentes tanto para ir e vir como também para se comunicar. Além do mais é preciso ressaltar que o estabelecimento comercial em questão, está situado a aproximadamente cinco quilômetros de distância do perímetro urbano da cidade de Laranjeiras do Sul, fato que complica a situação da população que deseja se utilizar da telefonia para comunicar-se. Por isso é de fundamental importância que o pleito em análise seja prontamente acolhido e viabilizado.

REQUERIMENTO Nº 2684

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o

envio de expediente ao Sr. Aldino Dalben, Prefeito Municipal de Santa Lúcia, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município a realizar-se dia 01 de setembro do ano em curso.

Requer ainda que, da decisão desta Casa seja dado ciência também ao vice-prefeito, Sr. Renato Tonidandel e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Eduino dos Santos.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Lúcia caminha a largas passadas em direção a um futuro promissor. A população lá residente, tem contribuído significativamente para o progresso local e a Prefeitura Municipal, juntamente com a Câmara de Vereadores, têm sido fiéis aliados nesta empreitada.

O aniversário da cidade deve ser registrado com orgulho nesta Casa de Leis, pois trata-se de uma justa homenagem à gente amiga e hospitaleira daquela localidade.

REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Nelson Plácido e Silva Justus, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a execução de obras de recapeamento da Rodovia PR-469 nos trechos ligando os municípios de Itapejara d'Oeste, Verê e Dois Vizinhos.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A rodovia encontra-se em péssimo estado de conservação, apresentando buracos em toda a extensão dos trechos citados, impedindo a execução de tarefas do tipo "tapa buracos", exigindo assim a execução do recapeamento propriamente dito.

A má conservação apresentada por essa rodovia, tem gerado diversos acidentes e dificultado a vida de milhares de pessoas que diariamente necessitam circular naquela via de acesso àqueles municípios.

REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, José Tavares da Silva Netto, expediente no qual solicitamos urgente a nomeação de um delegado de carreira e o aumento de efetivo da Polícia Militar, para a segurança dos moradores do município de São João do Ivaí/PR.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a grande precariedade em que vive a população do município de São João do Ivaí, com relação à segurança do município, solicitamos soluções urgentes na nomeação de um delegado de carreira e também aumento de efetivo da Polícia Militar para proporcionar segurança aos 13 mil habitantes do referido município, visto que, os casos de roubo, arrombamentos em prédios, assaltos em empresas, furtos etc, vêm deixando a população apavorada, com sentimento de total insegurança.

REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Supremo Tribunal Federal - STF, solicitando a criação do Tribunal Regional Federal, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresentamos tem como objetivo principal, levar ao conhecimento do Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal- STF, os clamores e anseios da comunidade paranaense, que há tempos vem reivindicando a criação do Tribunal Regional Federal no Estado do Paraná, com sede em Curitiba, visando a aproximação do cidadão a esse tão importante órgão judicial, do segundo grau de jurisdição.

Como é do conhecimento público, os processos da Justiça Federal que são apreciados na instância revisora, ou segundo grau de jurisdição (mediante recurso das partes ou recurso de ofício), deslocam-se para a cidade de Porto Alegre - RS, que dista mais de 700 quilômetros desta Capital, sem contar com as demais cidades do Estado.

Dentre tais processos destacam-se aqueles envolvendo os hipossuficientes ou seja aqueles desprovidos de condições econômicas, como por exemplo ações envolvendo a previdência social, o sistema financeiro de habitação, etc.

Daí porque, tais efeitos uma vez encaminhados, não mais têm a possibilidade de acompanhamento por parte dos advogados, o mesmo ocorrendo nas sessões de julgamento, fato que na prática temensejado não apenas a demora efetiva na entrega da prestação jurisdicional, mas principalmente, pela aplicação do direito nem sempre condizente com o melhor sentido de justiça.

Face ao exposto, considerando que tal postulação irá resgatar o efetivo conceito de cidadania, ou seja, justiça próxima ao povo, solicitamos aos demais pares desta Casa, apoio irrestrito à matéria em pauta.

REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, e com base no Art. 135, do Regimento Interno, o envio de pedido de informações, ao Sr. Ramiro Warhaftig, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no sentido de prestar os seguintes esclarecimentos:

a) Qual a situação do acervo bibliográfico do Departamento de Informática da Universidade Estadual de Maringá- UEM?

b) Que equipamentos estão sendo utilizados no Laboratório de Hardware (LEDH), necessários para as disciplinas de eletrônica digital, arquitetura I e II e automação?

c) Existem projetos e recursos para a construção de novos laboratórios?

d) Os softwares utilizados são suficientes para suprir os requisitos básicos do curso?

e) Qual é a atual situação da rede em relação à velocidade de transmissão de dados?

Sala das Sessões, 03.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK
SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 2668

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo “Derrota para o Paraná”, publicado no jornal Folha do Paraná, folhas 03, do dia 21 de agosto de 2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, diretor presidente do Jornal Folha do Paraná, em Londrina.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O papel histórico desempenhado pela Copel, nos últimos 50 anos, abriu caminho para o desenvolvimento social e econômico em todo o Estado do Paraná.

A vontade popular realmente foi pisoteada na acintosa afronta da história paranaense de que se tem notícia.

O povo nunca se envolveu tanto pela defesa de um patrimônio público como foi o caso da Copel.

O brado de mais de 400 entidades representativas dos mais diversos segmentos profissionais do Paraná, inclusive os próprios bispos, que reunidos, trataram do assunto da venda da Copel, pois as alegrias, as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos que sofrem são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo.

A posição de 90% da população paranaense contrária à venda da Copel não foi suficiente para sensibilizar o Governo do Estado e os 27 deputados que votaram

pela liquidação da Copel, considerada o relicário do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Valdir Rossoni, a interrupção, por alguns segundos, da leitura, para convidarmos o deputado Custódio da Silva, em razão do pedido de afastamento da licença do deputado Nelson Justus, a assumir o cargo de deputado e está dispensado a prestar o compromisso, de acordo com o artigo 4º, parágrafo 7º, uma vez que o mesmo, na convocação anterior, já prestou o juramento.

Declaro empossado o deputado Custódio da Silva.

Solicito ao deputado Valdir Rossoni, que dê continuidade à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Continua a leitura do expediente.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO S/Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu PROMULGO, nos termos do artigo 54, inciso II, da Constituição Estadual, combinado com o inciso XXVI, do artigo 20, do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar em conformidade com o texto anexo.

Art. 2º - Dentro de cento e oitenta dias, a contar da data da promulgação da presente Resolução, a Comissão Executiva submeterá à apreciação do Plenário, projeto de regulamento de pessoal para ajustá-lo às diretrizes estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 159/90, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

REGIMENTO INTERNO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Capítulo I

Da Sede

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território estadual.

Capítulo II

Das Sessões Legislativas

Art. 2º - A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º - As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º - O período legislativo não será interrompido em 30 de junho enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

§ 4º - Quando convocada extraordinariamente, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

Capítulo III

Das Sessões Preparatórias

Seção I

Da Posse

Art. 3º - O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar-se à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, munido com o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º - O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º - Caberá à 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º - A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º - Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados Deputados Estaduais reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente, se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Depu-

tado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º - Aberta a Sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º - No dia 1º de fevereiro, a Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes o Presidente proferirá a seguinte declaração: **“PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL, DESEMPENHAR LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DO NOSSO ESTADO”**. Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado, em pé, ratificará a declaração acima dizendo: **“ASSIM O PROMETO”**; permanecendo os demais sentados e em silêncio.

§ 4º - O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados e o compromisso não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita, nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º - O Deputado empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão e junto à Mesa, exceto durante o período de recesso da Assembléia Legislativa, quando será perante o Presidente.

§ 6º - Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I - da primeira Sessão Preparatória para instalação da primeira Sessão

Legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º - Tendo prestado o compromisso uma vez, é o suplente de deputado dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes, bem como o deputado ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicada à Casa pelo Presidente.

§ 8º - Não se considera investido no mandato de deputado estadual quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

§ 9º - O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia do dia seguinte a relação dos Deputados investidos no mandato, organizada com os critérios fixados no § 3º, do art. 3º, a qual, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da sessão,

bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

Seção II

Da Eleição Da Mesa

Art. 5º - Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição simultânea do presidente, dos três vice-presidentes e dos cinco secretários.¹

§ 1º - A eleição do presidente importará as dos vice-presidentes e dos secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 2º - Depois de proclamar os eleitos, o presidente das primeiras Sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo Único - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.²

Art. 7º - Proceder-se-á a eleição da Mesa Executiva para a terceira e quarta Sessões Legislativas da mesma legislatura, no período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada legislatura, sob a Presidência da Mesa Executiva, em dia e hora determinados pelo presidente.

§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º - A eleição do presidente importará as dos vice-presidentes e dos secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 3º - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura.³

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio e maioria simples, em segundo escrutínio, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I - chamada nominal para a votação;

II - cédulas impressas ou datilografadas contendo, cada uma, somente os nomes dos candidatos e os cargos aos quais concorrem, respectivamente;⁴

III - colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - acompanhamento dos trabalhos de apuração junto à Mesa por dois ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;

VI - o secretário designado pelo presidente retirará as sobrecartas da urna, as contará e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, as abrirá e separará pelos cargos a serem preenchidos;

VII - leitura, pelo presidente, dos nomes dos votados;

VIII - proclamação dos votos, por um secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com as duas composições de candidatos à Mesa Executiva, mais votadas, quando no primeiro não se alcançar maioria absoluta;⁵

XII - eleição da composição de candidatos à Mesa Executiva à qual pertencer o candidato a Presidente mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.⁶

XIII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final.

Art. 9º - Se até a última sessão do primeiro ano de mandato da Mesa ocorrer qualquer vaga a mesma será preenchida mediante eleição, dentro de 05 (cinco) dias, observada as disposições do artigo precedente. Ocorrida a vacância após esta data, somente haverá eleição para os cargos que não tenham substituto eleito.

CAPITULO IV

Dos Líderes

Art. 10 - Os deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a três deputados, verificado quando do início de cada sessão legislativa.

§ 1º - Cada líder poderá indicar dois vice-líderes.

§ 2º - A escolha de líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

1. Redação alterada pela Resolução n.º 011/2000

2. Idem.

3. Idem.

4. Alterado pela Resolução n.º 011/2000.

5. Idem.

6. Idem.

§ 3º - Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º - Partido com bancada inferior a três deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para usar da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º - Os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 11 - O líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de um membro da bancada, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

II - participar, pessoalmente ou por intermédio de seus vice-líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 12 - O Governador do Estado e os deputados pertencentes à Oposição com assento no Poder Legislativo poderão indicar deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, composta de líder e dois vice-líderes, com prerrogativas constantes dos incisos, I, II e III do art. 11 deste Regimento.¹

Capítulo V

Dos Blocos Parlamentares

Art. 13 - As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 1º - O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 2º - As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 3º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto por menos de três deputados.

§ 4º - Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º - O Bloco Parlamentar tem existência circumscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alte-

rações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 6º - Dissolvido o Bloco Parlamentar, ou modificado o quantitativo da representação que o integrava em virtude da desvinculação de Partidos, será revista a composição das Comissões, mediante provocação de Partido ou de Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 7º - Ocorrendo a hipótese prevista na parte final do parágrafo anterior, consideram-se vagos, para efeito de nova indicação ou eleição, os lugares e cargos exclusivamente em decorrência da participação do Bloco Parlamentar na composição da Comissão.

Art. 14 - A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro comitadamente.

TÍTULO II

Dos Órgãos da Assembléia

Capítulo I

Da Mesa

Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de presidente, três vice-presidentes e cinco secretários, compete a direção de todos os trabalhos.²

§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo 1º vice-presidente e, na sua ausência ou impedimento deste, pelo 2º vice-presidente e 3º vice-presidente respectivamente; o 1º e 2º secretários serão substituídos, respectivamente, pelo 3º e 4º e 5º secretários.

§ 2º - Se, durante a sessão, não estiverem presentes os vice-presidentes, o presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º - A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º - Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art. 16 - A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único - As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I - ao findar a Legislatura, no início das Sessões Preparatórias da Legislatura seguinte;

II - nos demais anos de legislatura, com a eleição da Mesa.

1. Alteração conforme a Resolução n.º 010/99

2. Alteração conforme Resolução n.º 008/96

Art. 17 - Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial, a não ser da Executiva, da qual são membros natos.

Art. 18 - À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - dirigir os serviços da Assembléia, durante as sessões Legislativas e nos seus interregnos;

III - prover a polícia da Assembléia;

IV - encaminhar ao Poder Executivo os requerimentos de informações;

V - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento da sessão legislativa, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre sua atuação;

VI - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VII - declarar perda de mandato de Deputado, nos termos previstos na Constituição do Estado;

VIII - promulgar Emendas à Constituição;

IX - propor ao Plenário a sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Estadual;

X - Sustar os atos normativos do Poder Executivo e Judiciário que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Seção I

Do Presidente

Art. 19 - O Presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se pronunciar coletivamente, o regulador de seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, além daquelas expressas neste Regimento ou que decorram da natureza de suas prerrogativas:

I - presidir às sessões plenárias da Assembléia;

II - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III - fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo Secretário, inclusive as mensagens e correspondências dos Poderes Executivo e Judiciário;

IV - conceder a palavra aos Deputados, nos termos deste Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter à discussão e votação a matéria a isso destinada;

XI - estabelecer o ponto da questão sobre **o qual deva ser feita a votação;**

XII - anunciar o resultado da votação;

XIII - nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, **no caso de vacância ou impedimento;**

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII - informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII - assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII - convocar sessões extraordinárias e solenes, diurnas ou noturnas, nos termos deste Regimento;

XXIV - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI - promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII - resolver todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII - resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX - zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado.

XXX - Encaminhar em 72 horas os requerimentos e outros expedientes aprovados em plenário às autoridades competentes bem como encaminhar após recebida, no mesmo prazo a resposta ao autor.

XXXI - Além das atribuições regimentais caberá ao presidente a delegação de atribuições aos vice-presi-

dentes e secretários para a co-gestão dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Art. 21 - O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a presidência ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – À hora do início dos trabalhos da sessão, não se achando o Presidente no recinto, será ele substituído, sucessivamente e na série ordinal, pelos Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, procedendo-se da mesma forma quando tiver necessidade de deixar a sua cadeira.

§ 1º - O mesmo fará o 2º Vice-Presidente em relação ao 1º Vice-Presidente e o 3º Vice-Presidente em relação ao 2º Vice-Presidente.

§ 2º - Quando o Presidente tiver de deixar a Presidência durante a sessão, as substituições processar-se-ão segundo as mesmas normas.

Seção II

Dos Secretários

Art. 23 - São atribuições do 1º Secretário:

I - fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III - despachar toda a matéria do Expediente;

IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do art. 20 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as resoluções da Assembléia;

VIII - contar os Deputados em verificação de votação;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avisos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII - sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas;

XIV - dar posse ao diretor geral da Secretaria.

Art. 24 - São atribuições do 2º Secretário:

I - fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III - escrever as Atas das sessões secretas;

IV - auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Capítulo II

Da Procuradoria Parlamentar

Art. 25 - A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º - A Procuradoria Parlamentar será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

§ 2º - A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º - A Procuradoria Parlamentar promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

Capítulo III

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26 - As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I - PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da

Legislatura, ou antes dele, **quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração;**

Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa.

Art. 28 - Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:

- a) de cidadão honorário e benemérito
- b) de utilidade pública;
- c) convênios;

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - convocar Secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre o assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretarias.

V - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou

fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência em dilação de prazos.

§ 1º - Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º - As atribuições contidas no inciso V do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

Seção II

Das Comissões Permanentes e sua Competência

Art. 29 - A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça;

III - Comissão de Finanças;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;

VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VIII - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Tomada de Contas;

XIII - Comissão de Turismo;

XIV - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XV - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa;

XVI - Comissão de Assuntos do Mercosul;

XVII - Comissão de Direitos Humanos e Cidadania;

XVIII - Comissão de Defesa do Consumidor;

XIX - Comissão de Revisão Constitucional.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Secretários e a de Constituição e Justiça, que se compõe de quinze membros e a de Revisão Constitucional composta de cinco membros.

Art. 31 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o

número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

Art. 32 - Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I - dar parecer sobre proposição referente aos assuntos de sua especialização;

II - promover estudos sobre problemas de interesse público relativos à sua competência;

III - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com a sua especialização;

IV - tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar.

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto

de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas as seguintes matérias:

I - criação de municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de município;

III - perda de mandato de Deputado;

IV - transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI - Ministério Público;

VII - intervenção nos municípios;

VIII - alterações de códigos;

IX - organização e divisas judiciárias;

X - autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do País e do Estado;

XI - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro, do Auditor e dos Controladores do Tribunal de Contas;

XII - declaração de utilidade pública de associações civis.

§ 3º - À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei n.º 8358, de 5 de setembro de 1.986.

§ 4º - À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalização e execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º - À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos; sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades;

§ 6º - À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral;

§ 7º - À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 8º - À Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 9º - À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 - À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 - À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas: tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 13 - À Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior.

§ 14 - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 15 - A Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, prevista no art.76 da Constituição do Estado, terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado.

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos três poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos arts. 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei n.º 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu art. 1º, § 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório.

§ 16 - À Comissão para Assuntos do Mercosul compete manifestar-se sobre as proposições que se referam ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL;¹

§ 17 - À Comissão de Direitos Humanos e Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

§ 18 - À Comissão de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.²

§ 19 - À Comissão de Revisão Constitucional compete manifestar-se sobre emendas e atualizar sempre que necessário a Constituição do Estado do Paraná.

Seção I

Das Comissões Temporárias

Art. 34- As Comissões Temporárias são:

I - Especiais;

II - de Inquérito;

III - Externas.

§ 1º - As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição.

§ 2º - Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º - Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º - A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 - As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Seção IV

1. Conforme a Resolução n.º 002/96
2. Alteração conforme a resolução n.º 011/99.

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º - Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º - Quando estiver em andamento cinco Comissões Parlamentares de Inquérito e outra for protocolada, estando revestida dos requisitos regimentais está aguardará pela ordem de protocolo até que uma das em andamento seja concluída.

§ 6º - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 7º - Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a Legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimento de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados de serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa.

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único - As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal **e na legislação específica.**

Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução ou de decreto legislativo, ou indicação, que será incluída na Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I, II e V, a remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 - As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 - As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a reque-

rimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

Seção V

Da Presidência das Comissões

Art. 41 - Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo Único - Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42- Ao Presidente compete:

a) convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b) presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem;

c) solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d) usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa:

e) usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único - Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

Seção VI

Dos Pareceres

Art. 43 - Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º - As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º - Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou

da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º - Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

Seção VII

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda de lugar.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º - Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º - O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º - O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º - Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no art. 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á por eleição, de conformidade com o art. 9º deste Regimento;

Art. 45 - O membro da Comissão que não puder comparecer as reuniões deverá disso dar conhecimento ao seu Presidente.

§ 1º - O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º - Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

Seção VIII

Das Reuniões

Art. 46 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas pré-fixados, de terça à quinta-feira, a partir das nove

horas, ressalvadas as convocações voluntárias de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º - Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º - O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 - As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus Membros.

Art. 48 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º - Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º - Só os Deputados ou Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

Seção IX **Dos Trabalhos**

Art. 50 - Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - leitura sumária do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV - leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º - Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente ou a requerimento de preferência, de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º - Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º - Havendo pedido de vistas na apresentação do parecer de matéria em regime de urgência o mesmo

será concedido pelo prazo de quarenta e oito horas independente da quantidade de requerente.

§ 4º - As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º - A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 - O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deverá ser entregue imediatamente.

§ 2º - Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer, o qual, se for aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, logo a seguir, assinado pelos membros presentes.

§ 4º - Se o parecer tiver alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este prazo até a reunião seguinte, para redigí-lo de conformidade com o vencido, ou apenas de quarenta e oito horas, em casos de urgência.

§ 5º - Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem.

§ 6º - Para a apresentação do novo parecer, será concedido ao segundo relator o prazo de três dias.

§ 7º - Na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do primeiro relator, o deste passará a constituir voto em separado.

§ 8º - Para o efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I - favoráveis, os "pelas conclusões", os "com restrição" e os "separados", não divergentes da conclusão;

II - contrários, os "vencidos".

§ 9º - Às Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 10 - Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividí-las para constituírem projetos separados.

§ 11 - Ao Membro da Comissão que pedir vista será concedido o prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo.

Art. 52 - Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 - Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 - Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 - As Comissões terão como Secretários funcionários da Secretaria da Assembléia, obrigatoriamente.

Seção X

Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 - As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

Capítulo IV

Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 - A remuneração dos Deputados, constituída de subsídio e representação, e a ajuda de custo e os auxílios complementares serão estabelecidos no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 - A remuneração será devida:

I - a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II - a partir da expedição do diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III - a partir da posse, ao suplente em exercício.

Art. 59 - O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber 1/30 (um trinta avos) do subsídio e da representação, desde que a votação seja interrompida ou por falta de número.

Parágrafo Único - A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 - A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 - O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de missão oficial.

Parágrafo Único - As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 - Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de convocação extraordinária.

Art. 63 - Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 - Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 - O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e à remuneração.

Art. 66 - Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 - O suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no art. 58.

§ 1º - A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º - O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

Capítulo V

Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 - As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - perda de mandato.

Art. 69 - A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente da aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 - Considera-se haver renunciado:

I - o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II - o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 - O comparecimento efetivo do Deputado à sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 - A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único - Na sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 - Perde o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das disposições constantes do art. 58 da Constituição Estadual;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1 - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2 - Nos casos dos incisos I, II e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.

§ 3º - A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que proferirá seu parecer em quinze sessões, concluindo:

a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;

b) nos casos do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.

§ 4º - O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no expediente e publicado no Diário da Assembléia e em avulsos, será:

a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia;

b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

Art. 74 - Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará comissão composta de sete membros para instrução da matéria.

§ 1º - Recebida e processada a matéria, será fornecida cópia ao acusado, que terá o prazo de quinze sessões, para apresentar, à comissão, defesa escrita.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, a comissão, após proceder às diligências que julgar necessárias, emitirá parecer, concluindo por projeto de resolução, no sentido da perda ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3º - Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez sessões.

Art. 75 - O mandato do deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

Capítulo VI

Da Convocação do Suplente

Art. 76 - A Mesa convocará imediatamente o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

§ 1º - Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa, que convocará o suplente imediato.

§ 2º - Ressalvada a hipótese de que trata o parágrafo anterior, de doença comprovada ou estiver investido nos cargos de que trata o art. 56, I, da Constituição Federal, o suplente que convocado, não assumir o mandato no período fixado no § 6º do art. 4, perde o direito à suplência sendo convocado o suplente imediato.

TÍTULO III

Dos Trabalhos da Assembléia

Capítulo I

Das Sessões da Assembléia

Art. 77 - As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - Preparatórias são as que precedem à instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão Legislativa.

§ 2º - Ordinárias são as de qualquer sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda à quinta-feira.

§ 3º - Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as sessões ordinárias.

§ 4º - A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 - As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo Único - O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal ou noturno.

Art. 79 - Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º - O Presidente pré-fixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º - A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 - Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 - O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º - O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá pré-fixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º - Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º - Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º - O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º - Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter à votação o requerimento.

Art. 82 - A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 - Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses.

V - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 - A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I - pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º - Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de urgência.

§ 3º - A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as Ordinárias.

Art. 85 - Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo Único - Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotarà os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 - A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo Único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação, sendo precedido apenas pelo horário das Lideranças.

Art. 87 - A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

Seção I

Das Sessões Públicas

Art. 88 - À hora do início da Sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, um terço dos Membros da Assembléia, o Presidente, dizendo:

"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS", declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º - A discussão da ata não deverá exceder à hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º - No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na ata imediatamente; da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 - Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I - trinta minutos para discussão e votação da ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das comissões, dos projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º - Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º - A hora final, dividida eqüitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º - Aos líderes de bancadas é facultado delegar aos seus liderados o uso da palavra.

§ 4º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º - Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 - Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º - Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 101 deste Regimento;

§ 2º - Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º - As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º - Constatado número legal para votação na chamada nominal, o Presidente considerará quórum para matéria que originou a chamada, independentemente do número de deputados em plenário numa eventual verificação, considerando os ausentes como abstenções de voto.

§ 5º - Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 6º - Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 7º - Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 8º - A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 - Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**.

Art. 93 - As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º - Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º - Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 - Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1º - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa, para conhecimento e estudo dos Deputados, durante três sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia.

§ 2º - As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à Ordem do Dia.

§ 3º - Desde que o projeto esteja em pauta, a Mesa receberá as emendas que couberem e anotará os pedidos

de inscrição dos Deputados que desejarem discutir a matéria.

§ 4º - Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos Membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente, para o respectivo parecer e, oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia.

§ 5º - Se não forem apresentadas emendas do Plenário e não houver orador inscrito para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para discussão e votação.

§ 6º - É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

Seção II

Das Sessões Secretas

Art. 95 - A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria absoluta dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 - Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º - Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tomará pública.

§ 2º - Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º - As atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com a data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

Seção III

Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 - O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:¹

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º - A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º - A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 - A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º - O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º - Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º - O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º - Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 - Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º - O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º - Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º - Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º - Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

1. Vide Artigo 55 da Constituição Estadual.

§ 5º - É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 - Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

Parágrafo Único - O disposto nesta Seção aplica-se também aos titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, conforme disposto na Constituição Estadual.

Seção IV Da Ordem do Dia

Art. 101 - A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º - Na Ordem do Dia observar-se-á a seguinte disposição das proposições:

I - Emendas à Constituição Estadual;

II - Vetos;

III - Regime de Urgência;

IV - Regime de Prioridade;

V - Projetos de tramitação ordinária;

§ 2º: As proposições obedecerão a seguinte ordem de colocação:

I - redações finais;

II - 3ª discussão quando aprovadas emendas em 2ª discussão;

III - 2ª discussão;

IV - 1ª discussão;

V - discussões únicas;

VI - proposições que independam de parecer mas dependam de apreciação do Plenário.

§ 3º - Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 4º - Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

I - redações finais;

II - projetos de lei;

III - projetos de resolução;

IV - projetos de decretos legislativos.

§ 5º - Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 102 - A ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

I - em caso de preferência;

II - em caso de adiamento;

III - em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 - O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I - a discussão a que está sujeito;

II - de quem a iniciativa;

III - a respectiva ementa;

IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, mendas ou subemendas;

V - a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

Capítulo II Das Questões de Ordem

Art. 104 - Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º - Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º - Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º - No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar "**pela ordem**" para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º - Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 - O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "**pela ordem**", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Art. 106 - Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

Capítulo III **Seção I** Da Comissão Geral

Art. 107 - A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta

de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I - debate de matéria relevante;

II - estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV - comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º - A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta de votos.

§ 2º - O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Seção II

Da Comissão Representativa da Assembléia

Art. 108 - A Mesa conduzirá o processo eleitoral para a escolha, na última sessão ordinária do período Legislativo anual, dos membros da Assembléia Legislativa que irão compor, durante o recesso, a Comissão Representativa da Assembléia, de que trata a Constituição Estadual, composta de nove membros e presidida pelo Presidente da Assembléia.

Parágrafo Único - A Mesa expedirá as instruções necessárias, com observância das exigências e formalidades previstas neste Regimento no que couber, atendendo a que, na composição da Comissão Representativa da Assembléia, deverá reproduzir-se, quanto possível, a proporcionalidade da representação dos Partidos ou Blocos Parlamentares na Casa.

Capítulo IV

Da Ordem Interna

Art. 109 - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º - Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º - É vedado a qualquer Deputado portar arma no plenário ou no recinto da Assembléia Legislativa.

Art. 110 - A Mesa designará, depois de eleita, dois de seus membros efetivos para Corregedor e Corregedor substituto.

Parágrafo Único - Incumbe ao Corregedor auxiliar o Presidente da Assembléia na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia, supervisionando inclusive a proibição do porte de arma, com poderes para revistar e desarmar.

Art. 111 - Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º - Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º - Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º - No recinto da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º - Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 112 - Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 113 - Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, o denunciará a Corregedoria Geral para as providências cabíveis.

Art. 114 - Se no edifício da Assembléia se perpetuar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob a direção do Corregedor Geral, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º - Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º - Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e os regulamentos policiais do Estado.

Capítulo V

Das Atas

Art. 115 - De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão e submetida ao voto dos Deputados.

§ 1º - Depois de aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelos 1º e 2º Secretários.

§ 2º - Esta ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 116 - O Diário da Assembléia publicará cada dia a ata dos respectivos trabalhos

Art. 117 - Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º - Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º - As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º - As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º - Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º - Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º - Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 118 - A ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será submetida à discussão antes de se levantar a Sessão, podendo ser aprovada com qualquer número.

TÍTULO IV

Da Elaboração Legislativa

Capítulo I

Das Proposições em Geral

Art. 119 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5º - As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrever os por extenso em seguida à justificação.

§ 6º - Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º - Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da vota-

ção, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 120 – Tramitação em regime de urgência:

I – solicitação de intervenção federal no Estado;

II – licença do Governador do Estado;

III – intervenção nos municípios;

IV – matéria objeto de mensagem do Poder Executivo com prazo de quarenta e cinco dias para apreciação pela Assembléia;

V – vetos opostos pelo Governador;

VI – matéria que o Plenário reconheça de caráter de urgência:

a) ante necessidade imprevista, comoção intes-
tina ou calamidade pública;

b) que vise a prorrogação de prazos legais a se
findarem;

c) que estabeleça a adoção ou alteração de lei
que deva ser aplicada em época certa dentro de prazo
não superior a trinta dias;

d) objeto de proposição que ficará inteiramente
prejudicada se não for resolvida imediatamente.

Art. 121 – Tramitação em regime de prioridade:

I – orçamento e medidas a ele complementares;

II – indicação dos Conselheiros, Auditores e Con-
troladores do Tribunal de Contas;

III – convênios e acordos;

IV – convocação de Secretários de Estado;

V – fixação do efetivo da Polícia Militar;

VI – remuneração do Governador e do Vice-
governador;

VII – julgamento das contas do Governador;

VIII – suspensão, no todo ou em parte, da execu-
ção de qualquer ato, deliberação ou regulamento decla-
rado inconstitucional pelo Poder Judiciário;

IX – autorização ao Governador para contrair
empréstimos ou fazer operações de créditos;

X – denúncia contra o Governador e Secretários
de Estado;

XI – matéria conhecida pela Mesa ante o parecer
favorável, unânime, das Comissões por onde tramita-
rem.

Art. 122 - Serão de tramitação ordinária as pro-
posições não abrangidas pelo disposto nos artigos ante-
riores, bem como os projetos de codificação, ainda que
de iniciativa do Governador

Art. 123 – As proposições, uma vez entregues à
Mesa, serão lidas no Pequeno Expediente para conheci-
mento dos Deputados e depois publicadas no Diário da
Assembléia.

§ 1º – A pauta será:

1) De 01 (uma) sessão, para as proposições em
regime de urgência;

2) De 03 (três) sessões, para as proposições em
regime de prioridade;

3) De 05 (cinco) sessões, para as proposições em regime de tramitação ordinária;

§ 2º - Findo o prazo de permanência em pauta, os projetos serão encaminhados ao exame das Comissões, por despacho do Presidente da Assembléia.

Art. 124 – Instruídos com os pareceres das Comissões ou com a decisão da Comissão de mérito competente para deliberar, os projetos serão incluídos na Ordem do Dia, observado-se os seguintes critérios:

I – obrigatoriamente, na primeira sessão ordinária a ser realizada, os em regime de urgência;

II – obrigatoriamente, dentro de 03 dias, aqueles em regime de prioridade;

III – dentro de 10 dias, os em regime de tramitação ordinária.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo serão contados a partir da data do recebimento dos projetos pela Mesa, desde que, em despacho do Presidente da Assembléia, proferido dentro de 24 horas, fique declarado achar-se completa a sua instrução.

§ 2º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º - Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e as que vierem assinadas por, no mínimo, cinco Deputados.

Art. 125 – Uma vez aprovados pelo Plenário, ou referendadas as decisões das Comissões de mérito, quando for o caso, os projetos serão encaminhados à Comissão de Redação, para redigir o vencido.

§ 1º - A redação proposta pela Comissão será publicada e o projeto incluído em Pauta, por duas Sessões, para recebimento de emendas.

§ 2º - Se forem apresentadas Emendas, voltará o projeto à Comissão para parecer, após o que será incluído na Ordem do Dia para discussão e votação.

§ 3º - Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação proposta.

Art. 126 - Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao plenário.

Art. 127 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Seção I

Dos Projetos

Art. 128 - A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de:

I – Projetos de Lei;

II – Projetos de Resolução;

III – Projetos de Decretos Legislativos.

IV – Propostas de emendas à Constituição.

§ 1º - Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º - Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;

V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e quando houver conexão contra os Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 3º - Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência exclusiva da Assembléia que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução, tais como:

I - autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;

II - fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

III - fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador;

IV - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI - aprovação da indicação dos Conselheiros, Auditores e Controladores do Tribunal de Contas;

VII - aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

VIII - sustação de processo criminal contra Deputados;

IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X - aprovação de convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados ou Municípios.

Art. 129 - A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º vice-presidente.

Art. 130 - Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º - O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º - Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º - Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º - Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º - Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 131 - A iniciativa dos projetos cabe a qualquer membro da Assembléia, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral de Justiça, ressalvados aqueles casos de iniciativa popular, observando-se o disposto no art. 67 da Constituição Estadual.

§1º - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

§2º - Todo projeto de Lei que verse sobre matéria de competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, apresentado por Parlamentar, será transformado em Indicação Legislativa, quando da apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e, após aprovada pelo Plenário, encaminhada como sugestão ao Poder competente.

Art. 132 - O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 133 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

Seção II Das Indicações

Art. 134 - Indicação é a proposição de qualquer Deputado sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

§ 1º - As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º - As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3º - As indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembléia.

§ 4º - A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 5º - A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos a discussão única.

§ 6º - Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 7º - Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 8º - Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

Seção III Dos Requerimentos

Art. 135 - Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 136 - Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I - a palavra, ou a desistência dela;

II - a posse de Deputados;

III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;

VI - a inserção de declaração de voto em ata;

VII - a observância de algum dispositivo regimental;

VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX - verificação de votação;

X - o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;
XII - chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 137 - Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como requerimentos de informações oficiais.

Parágrafo Único – Independem igualmente de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente de ofício, requerimentos de informações oficiais, que estejam assinados por um terço dos deputados.

Art. 138 – Serão escritos e independem de apoioamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, os requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da Sessão por motivo de pesar ou de regozijo público

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 1º - Serão escritos e independem de apoioamento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III - dispensa de impressão de qualquer proposição;

IV - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI - remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII - adiamento da discussão ou da votação;

IX - encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI - preferência;

XII - urgência;

XIII - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV - a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 2º - Serão escritos e sujeitos a apoioamento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I - convocação de Secretário de Estado;

II- Inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III - criação de Comissões Especiais;

IV - Sessões Extraordinárias;

V - Sessões Secretas;

VI - licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevivendo no decurso das discussões ou das votações.

Art. 139 - A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 140 - Independência de apoioamento o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 141 - Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º - Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º - Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, solicitará a aplicação das penas contidas no art. 55 da Constituição do Estado.

§ 3º - Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º - O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descortesias, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 142 - Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Seção IV

Das Emendas

Art. 143 - Emenda **é a proposição apresentada como acessório de outra.**

Art. 144 - As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra, **sendo denominado de Substitutivo quando atingir o seu conjunto.**

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º - Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º - A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas, da seguinte forma:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º - A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º - A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 145 - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 146 - As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único - Independem de apoioamento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 147 - Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia

Art. 148 - As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - quando estiverem em pauta;

II - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III - nas Comissões, pelos respectivos relatores ou pela maioria de seus Membros.

§ 1º - Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º - Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento

imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o que será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º - O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

Capítulo II

Das Discussões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 149 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 150 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Parágrafo Único - Entre uma e outra discussão, o intervalo não poderá ser menor que vinte e quatro horas.

Art. 151 - A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita **sobre o conjunto da proposição.**

Art. 152 - A segunda discussão **poderá ser** feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

Parágrafo único - Quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 153 - As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º - Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º - Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 154 - Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação Final e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 155 - Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 156 - O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I - desviar-se da questão em debate;

II - falar sobre o vencido;

III - usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 157 - Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 158 - Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se; se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 159 - Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de trinta minutos.

Parágrafo Único - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 160 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 161 - Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 162 - o encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 163 - É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I - na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 164 - O deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único - Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Seção II

Do Adiamento da Discussão

Art. 165 - Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º - Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º - Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Capítulo III

Da Votação

Seção I

Disposições Gerais

Art. 166 - A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º - Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º - Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o plenário.

§ 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa, contando-se, para efeito de quórum, como branco o seu voto.

§ 4º - Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5º - Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 167 - É lícito ao deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, tê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 168 - Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 169 - Os projetos complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Seção II

Dos Processos de Votação

Art. 170 - São três os processos de votação:

- I - simbólico;
- II - nominal;
- III - por escrutínio secreto.

Art. 171 - Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único - A votação será de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 172 - Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º - Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º - É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º - Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 173 - A votação nominal far-se-á pessoalmente por cada um dos senhores Deputados, após a respectiva chamada, observando-se:

I - os nomes serão enunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário:

II - os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III - as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

§ 1º Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

- I - data e hora em que se fez a votação;
- II - a matéria objeto da votação;
- III - o nome de quem presidiu a votação;
- IV - os nomes dos Líderes em exercício presentes à votação;

V - o resultado da votação;

VI - os nomes dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

§ 2º - A listagem de votação será publicada juntamente com a Ata da Sessão.

§ 3º - Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

Art. 174 - Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a mesa.

Art. 175 - Far-se-á votação por escrutínio secreto quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemérita.¹

Seção III

Do Método de Votação e do Destaque

Art. 176 - Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 177 - As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º - Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º - O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º - Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º - O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º - O requerimento relacionado a qualquer proposição terá preferência na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º - Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

Seção IV

Do Encaminhamento da Votação

Art. 178 - No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos.

Art. 179 - O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 180 - Para encaminhar a votação cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Parágrafo Único – Os oradores terão a palavra pela ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra, podendo o Presidente limitar o número de oradores.

Seção V

Do Interstício

Art. 181 - Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º - Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º - A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado; nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º - Não poderão ser dispensados de interstício para a discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

§ 4º - Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 5º - Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 182 - Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes.

Capítulo IV

Da Preferência

Art. 183 - Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outras.

Art. 184 - Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

I - prorrogação da Sessão Legislativa;

II - emenda constitucional;

III - vetos;

IV - regime de urgência;

V - regime de prioridade;

VI - projeto de tramitação ordinária;

VII - matéria considerada urgente

VIII - adiamento da Sessão Legislativa;

Art. 185 - Terão preferência na votação:

I - as emendas supressivas;

II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único - Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação; porém, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 186 - A ordem regimental pode ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º - Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda sobre determinado artigo deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º - Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras deverá o requerimento ser apresentado ao se renunciar esta.

§ 4º - Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados

§ 5º - Independem desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 187 - Quando os requerimentos de preferência excederem a três o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

Capítulo V

Da Urgência

Art. 188 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de **publicação**, número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

§ 1º O requerimento de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado por:

I – um terço dos membros da Assembleia, ou por grupos de Líderes Partidários que representem esse número;

II – dois terços dos membros de Comissão para opinar sobre o mérito da proposição.

§ 2º O requerimento de urgência não tem discussão, mas a sua votação pode ser encaminhada pelo autor e por um Líder, Relator ou por Deputado que lhe seja contrário, um e outro com o prazo improrrogável de dez minutos.

Art. 189 - Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito para que profiram os seus respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em apreço será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 190 - Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito será dispensada à proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 191 - Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembleia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 192 Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

Capítulo VI

Da Redação Final

Art. 193 - Ultimada a votação será o projeto, com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação Final para elaborar a redação, na conformidade com o vencedor.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e as emendas à Constituição enviados,

respectivamente, à Comissão de Orçamento, à Comissão de Tomada de Contas e Comissão Especial de Reforma à Constituição.

§ 2º - A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembleia ou em avulsos.

§ 3º - A Assembleia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º - A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos, sem emendas.

Art. 194 - Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º - A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º - Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 195 - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Capítulo VII

Do Autógrafo

Art. 196 - Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada

Art. 197 - Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembleia serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações.

Parágrafo Único - Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembleia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta ou impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º e 4º Secretários.

TÍTULO V

Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais

Capítulo I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 198 - Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 199 – A Mesa encaminhará à Comissão de Revisão Constitucional para no prazo de trinta dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 200 - Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 201 - A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 202 - Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 203 – Aplicam-se à proposta de Emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei e da Resolução nº 010/2000.

Art. 204 - Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 205 - Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Capítulo II

Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 206 - A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, consoante os §§ 1º, 2º e 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte trâmite: findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação aos demais assuntos, para que se ultime sua votação.

§ 1º - A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 2º - os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia, nem se aplicam aos projetos para elaboração de Códigos.

Capítulo III

Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 207 - Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º - A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º - Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º - Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a mesa durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º - Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será levado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º - A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º - Quando a Assembléia o resolver, por dois terços de seus Membros, a votação poderá ser feita em globo.

§ 8º - A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º - Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 - Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 208 - Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único - A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

Capítulo IV

Do Projeto Orçamentário

Art. 209 - Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 210 - Durante **quinze dias, prorrogáveis, mediante requerimento, por mais cinco dias**, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 211 - Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação das emendas, no prazo de dez dias.

Art. 212 - O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 213 - A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 214 - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado membro da Comissão.

Parágrafo Único - Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 215 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 216 - O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único - Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em plenário.

Art. 217 - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do art. 216 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 218 - Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo à Comissão do Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 219 - Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à sanção governamental.

Art. 220 - Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Capítulo V

Dos Projetos Vetados

Art. 221 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º - Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º - O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão subsequente, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

§ 6º - Proposições de veto somente poderão ser votadas em bloco, quando tratarem sobre a mesma matéria.

Capítulo VI

Da Indicação do Conselheiro, Auditor e Controlador do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da Justiça do Estado

Art. 222 - Recebida a indicação para o cargo de Conselheiro, Auditor e Controlador do Tribunal de Contas e de Procurador Geral de Justiça, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, deliberar sobre a respectiva indicação.

Parágrafo Único - A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 223 - Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 224 - A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 225 - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação respectivamente.

Art. 226 - Durante a discussão cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 227 - No encaminhamento da votação poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 228 - Os apartes permitidos pelo orador não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 229 - A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo VII

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 230 - O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em duas Sessões Plenárias, pelo menos.

§ 2º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva se pronunciará dentro do prazo de três dias.

Art. 231 - A Mesa fará, sempre que necessário, a consolidação de todas as alterações introduzidas no Regimento Interno, que neste caso, terá nova edição no recesso parlamentar.

Capítulo VIII

Da Autorização para o Governador
e o Vice-governador do Estado
Ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 232 - Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, opinará a Comissão de Constituição e Justiça a respeito do requerido, no prazo de três dias.

§ 1º - Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º - A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º - Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º - O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo IX

Das Leis Delegadas

Art. 233 - A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

Art. 234 - Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - direito individuais.

Art. 235 - A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta por Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 236 - Depois de publicada a matéria em avulsos será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 237 - A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 238 - O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º - Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º - Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 239 - O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 240 - O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em bloco, admitindo-se a votação destacada de partes em desacordo com o ato da delegação, assim consideradas pela Comissão.

Capítulo X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal Contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 241 - A solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º - Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º - Se da aprovação do parecer, por dois terços da totalidade dos membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução.

§ 3º - A decisão será comunicada pelo Presidente ao Tribunal de Justiça do Estado dentro de duas Sessões.

Capítulo XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade Do Governador, do Vice-governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 242 - O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

Capítulo XII

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 243 - A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I - efetivação por lei estadual;

II - consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - não constituição de área encravada no Município de origem.

Art. 244 - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º - O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º - A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º - Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 245 - As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º - Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 2º - Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, conforme o caso.

§ 3º - Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º - Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a

Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º - Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º - Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º - Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

TÍTULO VI

Capítulo Único

Do Decoro Parlamentar

Art. 246 - O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, não superior a trinta dias;

III - perda de mandato.

§ 1º - Considera-se atentatório do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crime contra a honra ou contenham incitamento à prática de crime.

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembléia Legislativa;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 247 - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em Sessão pelo Presidente da Assembléia ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - não observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os previstos no Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das Sessões da Assembléia ou das Comissões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Deputado que:

I - usar em discurso ou proposição de expressões atentatórias do decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Assembléia ou desacatar, por atos ou palavras, outros parlamentares, a Mesa ou Comissão e respectivas presidências.

Art. 248 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia ou Comissão haja resolvido deva ficar secreto;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, a dez Sessões Ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da Sessão Legislativa ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria dos membros da Assembléia, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

Art. 249 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos no art. 73 e seus parágrafos.

Art. 250 - Quando, no curso de uma discussão, um Deputado for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade pode pedir ao Presidente da Assembléia ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

TÍTULO VII

Da Participação da Sociedade Civil

Capítulo Único

Da Iniciativa de Leis

Art. 251 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de um centésimo dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - Será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII

Capítulo Único

Da Secretaria da Assembléia

Art. 252 - Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º - O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 253 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

TÍTULO IX

Capítulo Único

Das Disposições Finais

Art. 254 - É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo.¹

Art. 255 - Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 256 - Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 257- É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 258 - Serão arquivadas, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores, **podendo ser desarquivadas, a qualquer tempo, mediante requerimento do autor.**

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 259 - Durante as Sessões serão mantidos sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

Art. 260 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções nº 14, de 25.01.91; nº 02, de 27 de março de 1996; nº 08, de 06 de novembro de 1996; nº 16, de 14 de novembro de 1996; nº 23, de 22 de maio de 1997; nº 10, de 11 de novembro de 1999; nº 11, de 06 de outubro de 1999; nº 02, de 30 de maio de 2000 e nº 11, de 30 de novembro de 2000.

Sala das Sessões, em

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Revisor

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI S/Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido Parágrafo Único ao artigo 2º da Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, com a seguinte redação:

“Art. 2 -...

Parágrafo Único - A Copel e cada uma das sociedades resultantes de sua reestruturação societária, bem como seus sucessores, contribuirão mensalmente com 0,5% (meio por cento) do seu respectivo faturamento, em moeda corrente, sob a forma não reembolsável e sem utilização de créditos de qualquer natureza, com o Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - Lactec, o qual utilizará as contribuições para capacitação e inovação tecnológica; pesquisa e desenvolvimento; implantação e operação de empreendimentos de base tecnológica”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua história a Companhia Paranaense de Energia - Copel tem realizado significativos investimentos em prol da capacitação tecnológica do Estado do Paraná. Um dos exemplos importantes é o Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LAC, instalado no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

As operações da capacitação e aplicação dos recursos do LAC, são realizadas através do Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - Lactec, o qual, juntamente com a Copel, também é responsável pela implantação e operação do Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense - Cetis, localizado em Pato Branco.

Com quase vinte anos de experiência, com uma infra-estrutura de última geração e com seus profissionais altamente qualificados, representando a maior concentração paranaense de doutores e mestres atuantes junto ao setor produtivo, o LAC é atualmente considerado um dos melhores centros tecnológicos da América Latina. É conhecido como instituição de excelência do setor elétrico brasileiro e constitui-se num modelo de referência nacional no campo das relações universidade-empresa, sendo um verdadeiro motivo de orgulho para o Paraná.

Na privatização dos setores de telecomunicações elétricas, o Governo Federal tem exigido que as empresas concessionárias invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Porém, ainda não exige que tais investimentos sejam realizados no País ou mesmo nas instituições brasileiras já estruturadas para tal.

Dentro do contexto atual e sem os históricos investimentos da Copel, são produzidas as perspectivas de manutenção e desenvolvimento da capacitação tecnológica paranaense. Além disso, o comportamento dos futuros controladores da Copel e de suas empresas sucessoras é grande e verdadeira incógnita.

É necessário garantir que os recursos gerados pela exploração dos recursos naturais e pela atuação no mercado paranaense de energia elétrica, sejam revertidos de forma privilegiada para o Paraná.

É necessário manter o Paraná, os investimentos que a Copel ao longo de décadas tem feito em tecnologia, de forma que os recursos aqui gerados não sejam transferidos para instituições de outros Estados e até, como já se tem observado no processo de privatização brasileiro, transferidos para o exterior, gerando empregos e capacitação em outros países.

A manutenção de uma capacitação científica e tecnológica particularmente na área de energia, é estrategicamente importante para a promoção do desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Através da capacitação tecnológica é possível de forma justa e econômica, atrair e manter empresas, gerar empregos qualificados, preservar o meio ambiente e melhorar o acesso à população aos serviços de energia elétrica, indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida.

Portanto, dentro do espírito de atendimento dos legítimos e profundos interesses públicos do Estado do Paraná, visando aprimorar a referida lei, propomos algumas modificações consolidadas na forma do presente projeto.

Assim, propõe-se a destinação ao Lactec de 0,5% (meio por cento) da receita bruta da Copel e das empresas sucessoras da mesma para aplicação em capacitação e inovação tecnológica; pesquisa e desenvolvimento; implantação e operação de empreendimentos de base tecnológicas.

O Lactec, cumpre destacar uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo fornecer serviços, produtos e soluções científicas e tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento do setor produtivo, visando o progresso e bem-estar da sociedade brasileira. Além da UFPR e da Copel, o Lactec possui como associados a Associação Comercial do Paraná - ACP, o Instituto de Engenharia do Paraná - IEP e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Assim posto e justificado, pedimos o devido apoio aos nobres colegas parlamentares para conclusão do presente projeto.

PROJETO DE LEI S/Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 7º da Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, que autorizou o Poder Executivo a

implementar a reestruturação societária, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Os recursos decorrentes do disposto no artigo 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, obrigatoriamente em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 70% (setenta por cento) na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento) nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Com as alterações propostas no presente projeto de lei garante-se com absoluta certeza a aplicação de 70% dos recursos captados pelo Estado com a desestatização da Copel no fundo previdenciário sob sua responsabilidade, o que permitirá desonerar a folha de pagamento perto de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) por mês, dinheiro que permitirá ao Poder Executivo retomar sua capacidade de investimento e de intervenção social. O *caput* do artigo 7º da Lei 12.355/98 reza que “Os recursos decorrentes do disposto no artigo 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente com a seguinte diretriz:” ou seja, seu texto pode permitir interpretações que não permitam a aplicação dos 70% dos recursos, conforme desejou o Poder Executivo e os legisladores ao aprovarem o até então projeto de lei, já que em sua forma vigente determina a aplicação do citado percentual “primordialmente”. Se o espírito da lei reflete os desejos do Poder Executivo e dos legisladores de aplicar-se realmente os 70% dos recursos obtidos com a privatização da Copel, é mais que correto determinar que esta se dê “obrigatoriamente”. Daí então a substituição do termo “primordialmente” pelo termo “obrigatoriamente”.

Por estas razões, o presente projeto de lei é oportuno e precisa ser aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 377/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial, a ser comemorado, anualmente, no dia oito de maio.

Art. 2º - O Poder Executivo, com a colaboração da Assembléia Legislativa do Estado, da Associação de ex-Combatentes do Brasil, das Instituições Judaicas de

Direitos Humanos e de todas as entidades envolvidas em movimentos da mesma natureza, promoverá atividades alusivas à efeméride.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade premente e permanente de se lamentar, profundamente, os lastimosos fatos ocorridos na Segunda Guerra Mundial, com o firme propósito de se repelir, definitivamente, a possibilidade de uma repetição de atos dessa natureza.

Para tanto, precisamos reverenciar os atos heróicos de nossos patrícios nos campos de batalha e demonstrar, com firmeza, a nossa mais veemente indignação e repúdio pelo Holocausto infundado, sem qualquer explicação plausível, impingido a uma plêiade de pessoas indefesas.

Os heróis merecem destaque especial na História do Brasil.

O sacrifício de um número bastante acentuado de judeus, negros, escravos, ciganos, comunistas, homossexuais, doentes incuráveis e líderes religiosos, deve servir de um alerta natural a toda população da Terra, compelindo seus dirigentes e os membros da sociedade organizada a erguer suas vozes, com firmeza e convicção, contra a possibilidade da repetição de fatos desumanos.

Os jovens, em especial, devem ser conscientizados e convidados a desfraldar essa bandeira, numa grandiosa campanha de manutenção da ordem, paz e amor na face da Terra, em particular no território nacional brasileiro.

PROJETO DE LEI Nº 381/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso III do artigo 3º, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º -...

III - a saída dos subprodutos da sua matança, exceto couro.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de março de 2001, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de alterar o inciso III, do artigo 3º, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, estabelecendo o não encerramento da fase de diferimento do recolhimento do ICMS na saída de couro de gado bovino, bubalino e suíno, quando da saída do estabelecimento abatedor, a

fim de que o produto possa chegar diferido aos estabelecimentos industrializadores, aumentando, assim, a competitividade do setor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 382/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Sistema Único de Saúde - SUS prestará atenção integral à pessoa portadora de diabetes em todas as suas formas, assim como dos problemas de saúde a ele relacionados, tendo como diretrizes:

I - a universalidade, a integralidade, equidade, a descentralização e a participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do Código de Saúde do Estado do Paraná e suas leis reguladoras;

II - a ênfase nas ações coletivas e preventivas, na promoção da saúde e qualidade de vida, na multidisciplinaridade e no trabalho intersetorial em equipe;

III - o desenvolvimento de instrumentos de informação, análise e controle por parte dos serviços de saúde abertos à participação da sociedade;

IV - o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o enfrentamento e controle do diabetes e dos problemas a ele relacionados e seus determinantes, assim como para formação permanente dos trabalhos da rede de serviços de saúde;

V - o direito à medicação e aos instrumentos e de auto-aplicação e autocontrole, visando a maior autonomia possível, por parte do usuário.

Art. 2º - As ações programáticas referentes ao diabetes, em todas as suas formas, assim como aos demais fatores de risco ou problemas de saúde a ele relacionados, serão definidas em Norma Técnica a ser elaborada por Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde, garantida a participação de entidades de usuários, universidades públicas, representantes da sociedade civil e profissionais ligados à questão.

§ 1º - O Grupo de Trabalho previsto no *caput* deste artigo será previamente apresentado ao Conselho Estadual de Saúde.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Saúde garantirá ao Grupo de Trabalho o apoio técnico e material que se fizer necessário.

§ 3º - O Grupo de Trabalho terá como princípio o respeito às peculiaridades e especificidades regionais e locais e aos respectivos Planos Municipais e Regionais de Saúde, sendo o resultado de seu trabalho um instrumento técnico fundado nos princípios elencados neste projeto de lei.

§ 4º - O Grupo de Trabalho terá 180 (cento e oitenta) dias, após sua constituição, para apresentar pro-

posta de Norma Técnica que estabeleça diretrizes para uma política de prevenção e atenção à saúde da pessoa portadora de diabetes.

§ 5º - A proposta que trata o § 4º será apreciada em Audiência Pública, previamente convocada para este fim e aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde.

Art. 3º - A direção do SUS, estadual e municipal, garantirá o fornecimento universal de medicamentos, insumos, materiais de autocontrole e auto-aplicação de medicações, além de outros procedimentos necessários à atenção integral da pessoa portadora de diabetes.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação contidas neste projeto de lei, correrão por conta de recursos orçamentários próprios.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Direitos de cidadania que se transformam em conquistas legais, que precisamos valer.

Este projeto de lei, definirá diretrizes para uma política permanente de atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, inovando em pelo menos quatro aspectos:

- garante a todos os cidadãos diabéticos os medicamentos e instrumentos de autocontrole necessários (dos antiglicemiantes orais e insulina às fitas, instrumentos de aplicação e glicosímetros), que devem ser fornecidos gratuitamente a todos pelo Poder Público, através do SUS;

- garante o direito das entidades de usuários, técnicos e pesquisadores das universidades públicas em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde, a participarem da elaboração permanente das normas técnicas de atendimento, democratizando o saber sobre os cuidados e garantindo vez e voz aos usuários dos serviços;

- aponta, deste modo, para uma maior autonomia do "paciente", frente aos serviços de saúde, buscando transformar o usuário de simples objeto de cuidados médicos em sujeitos do processo de prevenção, controle, tratamento e cura;

- além de garantir o direito a cuidados integrais a cada pessoa, reforça as ações coletivas, visando enfrentar os determinantes sociais da doença, através da promoção da saúde e prevenção, da interdisciplinaridade (onde o cuidado médico é apenas parte) e da ação intersetorial - porque sabemos das íntimas relações entre a saúde e a qualidade de vida.

Trata-se, na nossa avaliação de um projeto de lei moderno e inovador, que pode servir de exemplo a outras categorias de usuários. Aponta firmemente para a ampliação do direito à saúde e para a autonomia dos usuários frente aos serviços de saúde. Para a promoção da saúde e

para a qualidade de vida. Para a participação direta dos usuários sobre seus próprios destinos.

O SUS, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta, é um grande conquista da sociedade brasileira, fruto de mobilizações e lutas de várias entidades. Cabe a nós construí-lo. E fazer valer nossas conquistas.

PROJETO DE LEI Nº 383/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Estanislau Delinski, o viaduto localizado entre a Avenida Visconde de Mauá e a Rodovia PR-151, que dá acesso à cidade de Palmeira, Vila Vendrami, em Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Em proposição objetiva prestar homenagem à figura de Estanislau Dilinski, o qual, sem dúvida, é merecedor de tal honraria, conforme evidencia-se pelo breve relato histórico acerca da vida do homenageado, que segue anexo, fazendo parte integrante desta proposição.

Histórico

Estanislau Delinski, mais conhecido por “Estacho”, nasceu em Ponta Grossa-PR, no dia 26/12/1910, filho do casal José e Ignez Delinski.

Além de fazendeiro, tropeiro e agente reservado da 2ª Divisão Policial de Ponta Grossa em 1963, foi também pioneiro na extração e comércio de areia.

Casou-se com Júlia Delinski com quem teve 06 filhos: Eduardo, Alceu, David, Dirce, Irene e Zeni Delinski, e 14 netos.

Faleceu aos 76 anos em 22/06/1987 antes de conhecer seus 10 bisnetos, até a atual data de 06/07/2001, aos quais serão repassadas as memórias de um homem honrado e respeitado por todos os que o conheceram.

PROJETO DE LEI Nº 384/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Obra Kolping Estadual do Paraná, com sede e foro no município de Guarapuava.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Norteados pelos princípios e ideais de seu fundador, padre Adolfo Kolping, a Obra Kolping Estadual do

Paraná, com sede no município de Guarapuava, tem como finalidade precípua fomentar a assistência social para a promoção integral da pessoa humana, dedicando-se a realizar e apoiar obras assistências, científicas, culturais e religiosas, seguindo os princípios idealizados pela Obra Kolping do Brasil.

Dentre as qualificações oferecidas pela entidade, preocupa-se em orientar a execução de trabalhos em marcenaria e tornearia, objetivando a formação e capacitação de profissionais na área.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel da entidade denominada Obra Kolping Estadual do Paraná, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 385/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Abba-Pai, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) Antonio Carlos Belinati

JUSTIFICATIVA:

A Associação Abba-Pai é sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter beneficente, cujos objetivos são a evangelização e a promoção humana na educação e cultura, na assistência do bem-estar social.

O artigo 22 do estatuto da entidade prescreve que “não serão distribuídos lucros, dividendos, benefícios ou vantagens a dirigentes, membros da diretoria, sócios, benfeitores e mantenedores sob qualquer título ou pretexto, assim como os membros da diretoria e conselho fiscal não serão remunerados e anualmente será publicado na imprensa a demonstração da receita, despesa e balanço geral da entidade.

A Associação Abba-Pai foi registrada em 11 de outubro de 1999, portanto em atividade há mais de um ano.

A Associação foi instituída pela Renovação Carismática Católica da Diocese de Cornélio Procopio e atende, mensalmente, em média, setecentas pessoas. Essas pessoas, carentes de recursos financeiros, são assistidas pelos voluntários com doação de alimentos, apoio espiritual e a formação de grupos de acompanhamento para drogados e alcoólatras.

São celebradas missas nas comunidades carentes e também há a formação de grupos para adolescentes e encontros paroquiais de formação e espiritualidade.

O trabalho que a Associação Abba-Pai desenvolve no município de Cornélio Procopio é fundamental para as comunidades carentes e merece o reconhecimento da declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 386/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, com foro e sede no município de Morretes - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, fundada em 05.07.93, com sede na cidade de Morretes, na Rua Dr. Pedro Baraúna, s/n - Bairro Vila dos Ferroviários, é uma entidade associativa, sem fins lucrativos, e com a finalidade de colaborar na assistência ao educando, aprimoramento do ensino, integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela APM, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 387/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, com sede e foro no Município de Colombo - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, criada em 2000, é pessoa jurídica de direito privado, sendo o órgão de representação dos pais e dos professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à Rua Anair Bonato Tosin, 580 - Centro Industrial Mauá, Município e Comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob o nº 537 do livro 02 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná, em 16 de maio de 2000,

sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.833.343/0001-25.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando a realidade dessa mesma comunidade;

- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na letra "F" do artigo 110 do Regimento Escolar, conforme Resolução nº 020/91;

- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais-desportivas-saúde-meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contato e/ou convênios com a Administração Pública e organizações não governamentais;

- discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade.

Atualmente a APM da Escola Estadual Zumbi dos Palmares realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Decido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 388/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os órgãos e instituições de ensino médio oficiais situados no Estado do Paraná, em articulação com as Universidades Públicas Estaduais, instituirão sistemas de acompanhamento do desempenho de seus estudantes atendidas as normas gerais de educação nacional.

Art. 2º - As vagas oferecidas para o acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais serão preenchidas observados os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento) no mínimo por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Tenham cursado o ensino médio em instituições da rede pública dos municípios e ou do Estado.

b) Tenham sido selecionados em conformidade com o estatuído no Art. 1º desta lei:

II - 50% (cinquenta por cento) por estudantes selecionados em processo definido pelas universidades segundo a legislação vigente.

Parágrafo Único - Os candidatos oriundos das escolas públicas não pagarão taxa de inscrição.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A realidade da educação em nosso Estado é de des-caso por parte do chefe do Poder Executivo e da Secretaria de Educação, buscando minimizar essas injustiças resolvemos elaborar o presente projeto, que tem como finalidade tratar das disposições e dos critérios para admissão de estudantes oriundos das rede municipal e estadual de ensino em universidades públicas do Estado do Paraná.

Partindo do princípio que estudantes com assento nos quadros discentes das redes municipal e estadual de ensino não têm, em sua maioria, condições financeiras para se manter em instituições particulares, e muito menos após o término do ensino médio, pagarem um curso pré-vestibular, torna-se difícil a competitividade entre eles, devido a diferença da qualidade de ensino que lhes é oferecida.

Sendo assim, solicito dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, que opinem favoravelmente ao assunto ora proposto.

PROJETO DE LEI Nº 389/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.909 de 23 de agosto de 2000, que autorizou o Poder Executivo Estadual a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado), a manutenção com exclusividade pelo prazo de 5 (cinco) anos das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e

movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Art. 2º - Os recursos financeiros e demais transações tratadas no artigo 1º desta lei serão transferidos a instituições financeiras que oferecem melhores condições de taxas e outros benefícios ao Poder Executivo Estadual.

Art. 3º - O funcionário público estadual terá o direito de fazer opção para o recebimento de seus proventos mensais, junto à instituição financeira que melhor lhe convir.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Banco do Estado do Paraná foi sem dúvida um dos nossos maiores patrimônios. Uma vez desestatizada a instituição que era do povo do Paraná, fica à mercê do Banco Itaú que passa a administrar seus correntistas da forma que lhe for conveniente. Esse aspecto gera sem dúvida sérios prejuízos aos clientes que passarão a pagar mais taxas que estão sendo inseridas pelo novo dono do Banestado, quando da realização do cadastramento de seus correntistas.

Pensando nisso resolvemos dar início à tramitação da presente proposição, com o intuito de beneficiar o Poder Executivo Estadual no que tange à liberdade de mudar seus investimentos, recursos e demais transações financeiras para a instituição que oferecer melhores condições de taxas e outros benefícios, gerando assim economia aos cofres públicos do Paraná. Também serão beneficiados os funcionários públicos, que terão a liberdade de escolherem a instituição financeira que lhes for mais aprazível.

Temos que encarar com seriedade o bem-estar do cidadão paranaense, que vêm sofrendo com a absurda política de privatizações.

Solicito então aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, que opinem favoravelmente ao assunto ora proposto.

PROJETO DE LEI Nº 390/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, o "União Esporte Clube" com sede e foro na comarca da Lapa, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O União Esporte Clube, entidade esportiva criada em 03 de agosto de 1.938, da fusão dos antigos clubes Lapa Futebol Clube e Operário Futebol Clube, com a finalidade de unificar o esporte naquele município, vem desenvolvendo uma série de atividades esportivas direcionadas aos aficionados da prática das várias modalidades esportivas, mais precisamente do futebol.

A atual diretoria vem desenvolvendo um excelente trabalho, digno de elogios por parte dos seus associados e suas respectivas famílias que estão sendo atendidos dignamente, com a realização de eventos esportivos programados, como partidas de futebol, torneios, com a finalidade de arrecadar fundos para atender às necessidades das pessoas pobres e carentes.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 391/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia, com sede e foro na cidade de Maringá - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia a qual foi constituída para prestar assistência e desenvolver integralmente populações carentes, reabilitando, integrando e conscientizando das terríveis consequências do uso de tóxicos e álcool. A ABF, dentro do seu contexto essencialmente educacional, assistencial, beneficente e evangélico, adota sistema de projetos para desempenhar suas finalidades, dentre outros a Capeliana Carcerária, apoio ao dependente químico e sua família através de atendimento ambulatorial e residencial, dentre outros.

A ABF, dentre outras metas, visa possibilitar a reintegração do dependente ao meio social, saindo da condição de marginalidade, oferecer ao dependente atividades lúdicas-esportivas, objetivando sua descontração e conseqüente alívio de tensões, oferecer tratamento psicológico individual, e em grupo, que auxilie o dependente na reorientação da personalidade e caráter, oferecer às famí-

lias, reuniões em grupos de apoio, objetivando a interação e ajuda mútua no processo e recuperação.

Por considerarmos a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia uma entidade de grande utilidade a toda população alvo de suas metas, solicitamos o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 392/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Rubi Mancuso, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rubi Mancuso, que tem realizado excelente trabalho para promover o ajustamento e o bem-estar de todos aqueles, mais carentes que necessitem da entidade.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 393/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, fundada em 1998, é pessoa jurídica de direito privado, órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua José Carlos Colodel, 550 - Centro - Almirante Tamandaré - PR.

Tem seu estatuto registrado sob nº 024 no Livro A-01, datado de 27 de outubro de 1.998, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Almirante Tamandaré-PR, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacio-

nal da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.109.382/0001-59.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, tem por finalidade:

- colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento de ensino e na integração família-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar;
- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à direção do estabelecimento, contribuindo para as necessárias adequações dos planos curriculares;
- contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar;
- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de desenvolvimento de atividades sócio-cultural-esportivas.

Atualmente a APM da Escola Municipal Almirante Tamandaré realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido a inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza e contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 394/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Amparo às Crianças Carentes, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amparo às Crianças Carentes, criada em 1º de setembro de 2000, é pessoa jurídica de direito privado, sendo uma sociedade de caráter educacional e filantrópico, sem fins lucrativos.

Tem sede e foro à Rua Raposo Tavares, 1297 Conjunto 22 - Pilarzinho - Curitiba-PR, sendo seu estatuto registrado sob o nº 3242 do livro A-1 no 4º Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba-PR, em 31 de outubro de 2000,

sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 04.123.848/0001-69.

A Associação de Amparo às Crianças Carentes, com sede e foro em Curitiba, desenvolve suas atividades em Almirante Tamandaré-PR, onde mantém uma creche, tendo por finalidade:

- manter postos de distribuição de gêneros alimentícios, roupas, calçados e medicamentos a pessoas necessitadas;
- cuidar de crianças para que os pais ou responsáveis possam trabalhar, educando e alfabetizando;
- manter aulas de alfabetização de adultos.

Atualmente a AACC realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício de 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas associações beneficentes na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 395/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a meia entrada para ingresso em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, para doadores regulares de sangue, conforme especifica.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outra que proporcionem lazer cultura e entretenimento.

§ 2º - São considerados doadores regulares de sangue, aqueles registrados no Hemocentro e nos bancos de sangue dos hospitais públicos, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde, especificamente para os efeitos desta lei.

§ 3º - A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Saúde, emitirá carteira de controle das doações de sangue, comprovando a regularidade das doações.

Art. 3º - Os doadores regulares de sangue, perderão os benefícios desta lei, quando comprovadamente deixarem de proceder às doações de sangue, por um período superior a 06 (seis) meses.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com a instituição da meia entrada para doadores regulares de sangue, incentivar a toda a população a se engajar na luta diária dos hospitais e bancos de sangue.

Todos nós temos conhecimento das dificuldades que são encontradas nesse campo, pois apesar de todas as campanhas de chamamento feitas pelos hospitais, governo, para doação de sangue, temos certeza de que não é suficiente.

Para tanto, buscamos e esperamos o devido apoioamento dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 396/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefone, ficam proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços, por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos e feriados e no último dia útil anterior a feriado.

Art. 2º - Ao consumidor que tiver suspenso o fornecimento nos dias específicos no artigo anterior, fica assegurado o direito de acionar juridicamente a empresa concessionária por perdas e danos, além de ficar desobrigado do pagamento do débito que originou o referido corte.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O projeto em tela tem o objetivo de impedir que o consumidor, usuário dos serviços públicos de água, luz e telefone, tenha interrompido o fornecimento residencial desses serviços durante os finais de semana e feriados, por estarem, efetiva ou supostamente, em atraso com o pagamento de suas contas.

Para alguns pode parecer que com essa medida estejamos incentivando a prática da inadimplência. Não é verdade, muito pelo contrário. Todos sabemos que as empresas que detêm as concessões desses serviços mantêm, nos finais de semana e feriados, apenas um pessoal mínimo em regime de plantão. Ademais, como o paga-

mento pode ser feito fora de rede bancária, o cotejamento das informações referentes às contas vencidas com as já quitadas pode não traduzir a verdade do momento em que está ocorrendo a decisão do corte do fornecimento.

Em vista disso, o corte, nessa circunstância, além de injusto, acaba deixando o consumidor sem o serviço durante todo o final de semana ou feriado, uma vez que as empresas, apesar de toda a tecnologia e agilidade que possuem, não dispõe, nesses dias, de pessoal em número suficiente para efetuarem a religação.

Mesmo aqueles que de fato estão em atraso e que tenham sofrido o desligamento do fornecimento de água, luz ou telefone, se optarem por liquidar suas contas nos pontos credenciados (agências lotéricas, correios, etc.), não têm como provar perante a empresa em questão, a quitação do débito pela mesma razão já exposta, ou seja, a transmissão das informações não são processadas "on line".

As conseqüências, nas duas situações, são lesivas aos consumidores, uma vez que a interrupção dos serviços abrange um período prolongado. No caso específico do corte de luz, existem prejuízos e desconforto, como a deterioração de alimentos e a falta de segurança para toda a família.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos o apoioamento dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 397/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa de Expansão de Banco de Coleta de Sangue Humano no Estado.

Parágrafo Único - A expansão de que trata o *caput* prevê a instalação de banco de coleta de sangue humano nos quartéis da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2º - As normas para operacionalização do Programa estão contidas na Portaria nº 1.376, de 19/11/1993, do Ministério da Saúde.

Art. 3º - O gerenciamento do Programa quanto à dotação orçamentária ficará à cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado visa a resolver um sério problema de estoque de sangue humano na rede hospitalar do Estado.

A iniciativa de implantar unidades de bancos para coleta de sangue nos quartéis da Polícia Militar é motivada por termos doadores em potencial, que na maioria das vezes não praticam esse ato nobre pelas dificuldades para deslocar-se até uma unidade ou mesmo por falta de orientação.

Esta iniciativa tem cunho técnico-social e tem como objetivo principal preservar e salvar vidas humanas.

Em face do exposto, conto com o apoio de meus pares à aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 398/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Projeto Social Ágape, com sede e foro no município de Paranaguá-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Social Ágape, através da Creche Regina Célia Domit, localizado no bairro Porto dos Padres, município de Paranaguá, foi fundada em maio de 1998 e atende em suas dependências 60 (sessenta) crianças em regime de creche e 100 (cem) crianças com educação pré-escolar.

Localizada em região de população de baixa renda, o Projeto atende os bairros Porto dos Padres, Jardim Araçá, Morro da Cocada e Beira Rio, que concentra cerca de 10.000 habitantes e onde cerca de 30% vivem em barracos construídos sobre o mangue às margens do Rio Emboguaçu.

A região, muito pobre, conta com infra-estrutura precária e os moradores sobrevivem de subempregos. Devido à grande dificuldade financeira, as famílias (onde ambos os pais trabalham para adquirir o sustento) não têm com quem deixar seus filhos, socorrendo-se da Creche Regina Célia Domit para tanto.

O atendimento fornecido na instituição não só propicia o necessário cuidado às crianças, com higiene, alimentação, etc., como também das primeiras letras e números, educação especial, temporal e geral, através de brincadeiras educativas, desenhos e pinturas e outras atividades que forneçam o desenvolvimento infantil como um todo.

Por ser instituição sem fins lucrativos, com natureza social e educacional, o Projeto Social Ágape sobrevive de doações e campanhas, com a colaboração de todos os que verificam o grande alcance do seu trabalho e a dificuldade com que desenvolvem suas atividades.

Pelo exposto, solicitamos que seja declarada de Utilidade Pública.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO S/Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica convocado plebiscito, na forma do artigo 3º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para que o eleitorado do Estado do Paraná opine sobre a privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, decidindo se o Estado pode ou não vender suas ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia.

Art. 2º - Os eleitores deverão escolher dentre as seguintes alternativas: "O Governo do Estado do Paraná deve vender a Companhia Paranaense de Energia - Copel? Sim ou não?"

Art. 3º - Poderão participar da consulta popular os eleitores inscritos na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 14 da Constituição Federal, que estejam quites com a Justiça Eleitoral.

Art. 4º - Será considerada vencedora a alternativa que for aprovada por maioria simples dos votos computados como válidos, excluídos os votos em branco, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 5º - Para representar as diferentes correntes de pensamento relativas às duas alternativas submetidas à consulta popular, serão organizadas duas frentes parlamentares às quais poderão se vincular as entidades representativas da sociedade civil.

§ 1º - As frentes devem registrar-se perante a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que baixará normas para tal fim no prazo de quarenta e oito horas a contar da promulgação da presente lei.

Art. 6º - O registro das frentes será encaminhado pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa à Justiça Eleitoral.

Art. 7º - O espaço destinado à propaganda do plebiscito somente poderá ser utilizado pelas frentes constituídas na forma desta lei.

Art. 8º - Aprovado o ato convocatório, o presidente da Assembléia Legislativa do Paraná dará ciência à Justiça Eleitoral a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I - fixar a data da consulta popular;

II - tornar pública a cédula respectiva;

III - expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público às frentes registradas perante a Assembléia Legislativa em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º - O Executivo somente poderá exercer a propaganda institucional a respeito do tema sob consulta nos meios de comunicação de massa no horário assegurado pela Justiça Eleitoral nos termos do artigo 8º, inciso IV desta Lei.

Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ALGACI TULIO, CEZAR SILVESTRI, MARCOS ISFER, AUGUSTINHO ZUCCHI, TIAGO AMORIM, NEIVO BERALDIN, RENATO GAÚCHO, SÉRGIO SPADA, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, CAÍTO QUINTANA, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, TONY GARCIA, ÂNGELO VANHONI, HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO, LUCIANA RAFAGNIN, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK E SERAFINA CARRILHO.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.709/98 regulamenta as modalidades de consulta popular previstas tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual, sendo o plebiscito modalidade de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

O Governo do Estado do Paraná iniciou o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a despeito da opinião pública, que vem se posicionando de forma contrária à posição estatal.

Desnecessário argumentar sobre a relevância da Companhia Paranaense de Energia para a economia estatal.

A empresa, desde sempre, tem sido um dos mais importantes instrumentos para desenvolvimento sustentado da nossa economia. Na verdade, em face do desempenho da Copel, que propicia energia em abundância em nosso território, foi possível, inclusive, a viabilização de um parque industrial de importância nacional.

A Copel, por seu desempenho em sua atividade fim, seus recursos humanos e sua lucratividade, ocupa uma posição destacada no cenário nacional, estando entre as maiores e melhores empresas do Brasil.

A venda do controle acionário da empresa com nível de excelência reconhecido, implica em perda irreparável para o Estado do Paraná, posto que restarão comprometidos a capacidade de desenvolvimento do parque industrial paranaense (situação experimentada em outros Estados em função do racionamento de energia) e o

desenvolvimento em setores de pesquisa, meteorologia, tecnologia sobre potenciais hidrelétricos já sob o conhecimento da companhia.

Desta forma, a venda da Copel significará tão só, a mera transferência a interesses privados de uma fonte de renda garantida para o Estado do Paraná.

Resta claro que a privatização da Copel somente está ocorrendo para se resolver um problema de caixa conjuntural, sem nenhuma conexão com os interesses elevados da gente do Paraná.

Argumentar que a Copel necessitará de novos investimentos para se manter no mercado é ilógico, pois a empresa é auto-sustentável, gerando lucro de elevada monta.

Assim, em vista da relevância da empresa para a vida da economia e dos interesses sociais dos paranaenses, uma decisão dessa envergadura merece ser tomada por todos os interessados: os paranaenses.

O plebiscito é instrumento adequado para tanto. A Assembléia Legislativa do Paraná não pode negar à nossa gente o direito de decidir sobre seu próprio patrimônio, construído ao longo de décadas pelo trabalho de nossos antepassados e de nossa geração.

Como explicar que o Poder Legislativo, que é o mais profundamente ligado à população, porque é o único a franquear seus corredores permanentemente ao povo, se recusaria a levar à consideração do eleitorado decisão dessa gravidade, como quer o Poder Executivo?

Por essas razões, por imperativo de consciência, independentemente da posição que se tenham a favor ou contra a privatização, é de bom senso que a decisão sobre a privatização da Copel seja legitimada pelos paranaenses. Mesmo porque a venda do controle acionário da empresa não foi tema da campanha eleitoral que elegeu o atual governo, circunstância que torna ilegítima sua posição.

Enfim, por se constituir numa das mais importantes privatizações do País e, certamente, a mais importante do Paraná, a privatização da Copel deve passar por um processo de consulta popular que a legitime ou fulmine, tudo nos termos da vontade soberana do eleitorado e do contribuinte paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

No dia da votação aqui nesta Casa, sobre a venda ou não da Copel, através do projeto popular, nos pronunciamos diversas vezes. Em uma delas falava, está nas notas taquigráficas, o Jaime Lerner anda de costas para o povo e anda de frente para o balcão de negócios que ele instalou no Paraná. Aliás a sua origem assim o diz.

O secretário Guelmann, que é um homem rasteiro, comunicou para alguns amigos nossos que têm origem

judaica, que nós tínhamos ofendido o governador e à sua origem.

Estou mandando, através de e.mail ao secretário Guelmann, e quero aproveitar o comitê de imprensa aqui desta Casa, uma nota que diz o seguinte (**Lê**):

“A mentira como arma política

Secretário Guelmann:

Venho por muitos anos pregando que política é coisa séria e assim tenho me posicionado por vários mandatos, os quais sempre fui agraciado com os votos do povo do Paraná.

A postura que tenho, não me impede de externar a minha profunda indignação diante dos “boatos difamatórios” profanados pelo Palácio Iguazu.

A interpretação de parte do meu pronunciamento na sessão realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 20.08, quando concentrei todas as minhas forças para a aprovação do projeto popular contra a venda da Copel e ao Governador Lerner, assim me manifestei: “O Jaime Lerner anda de costas para o povo, anda de frente para o balcão de negócios que ele instalou no Paraná. Aliás a sua origem assim o diz:”

Em momento algum, senhor secretário, mencionei palavras de cunho discriminatório, seja racial, de credo ou religião. No meu pronunciamento, e a prova está nas notas taquigráficas, conforme relato acima, referi-me à origem política do governador Lerner, oriundo do regime autoritário que entregou o País ao capitalismo internacional.

Gostaria de dizer-lhe que sinto-me identificado com todas as raças, todas as gentes, todos os credos e todas as origens. Quero crer, senhor secretário, que tudo isso é fruto de uma interpretação errônea, de um momento infeliz e não maldoso. Lastimo profundamente que, escudando-se com argumento vazios e desta natureza, auxiliares do governador queiram esconder sua origem política sob outras formas, recursos típico do esquema propagandístico de Goebbels.

Condeno toda a discriminação, seja ela de qualquer natureza que for. Cada cidadão senhor secretário, é um indivíduo com características próprias, projetos e sonhos exclusivos de cada um. Os meus sempre se pautaram pela igualdade social, um mundo com menos violência, com oportunidades para todos, independente de raça, credo, cor ou religião, e isso tenho lutado ao longo da minha vida pública, desde vereador e prefeito de Ponta Grossa, e deputado Estadual por quatro vezes. Portanto, tenho comigo o crédito ao longo de quase 30 anos de vida pública junto ao povo que me conhece.

É triste ver o final de um governo que se ancora na venda de um patrimônio construído por pessoas de todas as origens raciais, credos e cores, e que agora é usado como bengala de apoio para sair do poço que se encontra. Não assistirei inerte às agressões e tentativas de colocar palavras onde não existem e jamais existiram. Primo pela verdade, honestidade e a fé em Deus e o crédito das pessoas com bom coração, mas agirei com a veemência que

se fizer necessária e dentro dos limites da lei, para coibir qualquer ato da política de fofoca e de mexericos. Repito: contra a minha pessoa não vingará a ideologia de golpes. A mentira repetida mil vezes, torna-se verdade e não permitirei que a mentira flua impunemente; haverá sempre a difusão do seu contraditório, a verdade”.

Mandei essa nota por e.mail, àqueles amigos que questionavam sobre aquela posição nossa nesta Casa e reafirmo nesta hora e neste momento, o Jaime Lerner anda de costas para o povo, anda de frente para o balcão de negócios, que instalou no Paraná, aliás, a sua origem assim o diz.

E aqui está explicado a origem deste governador, que querem mascarar, como sendo realmente a história que todos nós conhecemos, vestido o lobo de cordeiro, e é aquele que realmente acaba com as ovelhas de um rebanho, como está acabando com o Paraná.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Nereu Moura, no Pequeno Expediente.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Desde quando nós, deputados, apreciamos aqui na Assembleia o projeto de lei de iniciativa popular, o Paraná, não é mais o mesmo, o governador Jaime Lerner assumiu a sua identidade: sanguinário, déspota, autoritário, com medo de apanhar. Anda pelo Paraná rodeado de policiais militares, agredindo o povo do nosso Estado, mandando espancar a população, porque ele sabe que o povo lhe odeia, porque ele sabe que o povo do Paraná não vê a hora que esse infeliz governo se acabe.

Mas, desde o primeiro dia, após aqueles lamentáveis episódios que ocorreram aqui na Assembleia Legislativa, quando a Polícia Militar tomou conta da Assembleia e dos arredores, o governador Jaime Lerner não tem sossego, não tem calma, não tem mais nenhuma condescendência por parte do nosso povo.

Em Arapongas, o deputado Waldyr Pugliesi, já relatou aqui os fatos lamentáveis, a polícia espancando, batendo, a mando do governador Jaime Lerner. Foi a Francisco Beltrão, neste final de semana, e lá também o povo teve que ficar bem longe, de onde ele estava, porque tem medo do povo do Estado.

Foi a Assis Chateaubriand, senhor presidente, e de lá saiu corrido, em fuga, segundo informações de quem estava presente. Teve que correr no meio de uma capoeira, escapando da população e nem conseguiu inaugurar a obra, à qual ele tinha se dirigido para inaugurar.

Em Marechal Cândido Rondon, informações que recebemos, o aparato policial também foi dantesco, nojento e reprovável. E aí continua a sina desse infeliz governante; detestado pelo povo, odiado pela população, tenta se fazer de herói e com uma expressão que cunhou nos últimos dias, em todos os lugares, ele vai e fala como se fosse um “papagaio”.

E diz aos policiais militares, porque ao povo ele não consegue falar; que já ganhou seis eleições e vai ganhar a sétima eleição, como se fosse um cigano, como se fosse o “Nostradamus”, ou homem que sabe prever o futuro.

O governador Jaime Lerner, que é um homem que não tem vergonha na cara, desqualificado, infelicitista o Estado do Paraná nas suas atitudes mesquinhas e covardes, batendo no nosso povo, arrebatando com a esperança da nossa população.

Esse mesmo governador que em 98 enganou a nossa população, quando estabeleceu uma fraude eleitoral, para ganhar a reeleição. Além dos convênios, mais de 12 mil convênios assinados, se transformando em um grande caloteiro.

Além das promessas, das negociatas, o governador Jaime Lerner reduziu o pedágio, e o povo do Paraná não esquece; os motoristas não esquecem; os agricultores, o povo do interior não esquece do estelionato eleitoral, quando reduziu o pedágio em 50% e após a eleição, aumentou em 116%, com juros e correção monetária, dando um verdadeiro bofetão na inteligência do povo do nosso Estado!

Esse governador que agora anda pelo interior do Paraná com um aparato policial que nos envergonha a todos. Escondido, porque o povo quer lhe bater, segundo informações. Quando ele chegou à cidade de Assis Chateaubriand, e voava de helicóptero, confidenciou com um amigo: “Aqui não gosto; tem muito avicultor”. “esta cidade tem muito avicultor”.

E é lógico que fazia essa alusão, porque os avicultores também têm o seu produto, que produz o ovo, e os ovos que são usados em demasia nas viagens que o governador tem feito pelo interior do Paraná, e é evidente que ele não tem simpatia com os avicultores.

Por isso, senhor presidente, não posso aceitar, e nenhum cidadão que vive no Estado do Paraná, pode aceitar um falastrão, mentiroso como é o Jaime Lerner, que vem com sua atitude predatória, destruindo o nosso Estado, acabando com o nosso patrimônio, destruindo a esperança do nosso povo; culminando, acabando com a auto-estima do povo do Paraná, e venha se vangloriar de que já surrou 6 vezes e que vai surrar a 7ª vez.

Quem será o candidato do governador?

Talvez o Rafael “Bingo” de Macedo.

Talvez o Alcení Greca, que todos conhecem. Talvez o Antonio Belinati possa ser também uma alternativa.

Enfim, quem será o candidato que o governador irá colocar para “surrar” o Paraná na 7ª eleição?

Senhor presidente, político tem que ter vergonha na cara, e é o que falta ao governador Jaime Lerner! Precisa ter óleo de peróba para passar naquela cara desavergonhada e andar pelo interior do Paraná, sem avisar a imprensa, para que a população não saiba que ele está visitando.

Assim ele chegou em Foz do Iguaçu, quando ele levou o ex-presidente Bill Clinton para lá com dinheiro

dos cofres públicos do Estado do Paraná. Fretou um avião para levar, o mesmo avião, segundo consta, que ele utiliza com recursos públicos do Estado do Paraná, para se locomover pelo interior do Estado. E lá em Foz do Iguaçu, escondido, foi surpreendido com uma manifestação de populares no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e aí, quando a população percebeu a sua presença, rapidamente se aglutinou no aeroporto e ele, com medo do povo, com medo de apanhar, com medo da indignação do povo do nosso Estado determinou que a política espantasse com violência, as pessoas que lá estavam.

Senhor presidente, este cidadão faz com que o Paraná inteiro hoje olhe com vergonha para nossas autoridades, principalmente, para o Poder Executivo.

Eu disse aqui na Sessão anterior e volto a falar hoje, nasci no interior do Paraná, em uma pequena cidade do Sudoeste do Paraná, e lembro-me desde criança, de que quando um governador ia para lá sempre era bem recebido com banda de música, com desfile de estudantes e os políticos de todos os Partidos sempre receberam os governadores com respeito, com consideração...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Consulto V. Exa. se fará uso do Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Por favor, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Está concedido.

O SR. NEREU MOURA

... independentemente se de direita ou de esquerda ou de centro, sempre tiveram respeito pela figura, pela autoridade do governador do Paraná. Imagine então o povo, o agricultor, o professor, o empresário, o trabalhador sempre teve respeito pela figura dos governadores do Estado, só que com o Jaime Lerner esta estima, esta consideração não existem, porque ele perdeu o respeito do povo do Paraná, as suas atitudes foram atitudes que destruíram com a esperança a nossa população, atitudes marcadas pela corrupção, pela patifaria, atitudes de governo indignas que desprezaram a Educação, desprezaram os professores, desprezaram os agricultores, desprezaram o interior do Estado. Enfim, um governo predatório, cruel e que marcou negativamente a sua passagem pelo Poder neste Estado. E é por isso que o povo do Paraná se levanta, é por isso que o povo do Paraná grita, é por isso que o povo do Paraná se municia para combater, quando este falastrão anda pelo interior do nosso Estado com suas mentiras, com as suas conversas fiadas procurando enganar o povo do nosso Estado.

E é assim, senhor presidente, que temos constatado que a figura do governador é mal-vinda em todos os municípios do nosso Estado. É recebida com pedra e com pau, com ovos e tomates, porque a população não vê a

hora que o seu infeliz ingoverno, com seu infeliz desgoverno, se encerre.

Então, eu quero dizer aqui, em nome do PMDB, que venha, governador Jaime Lerner, venha com a sua corriola, venha com o Alceni Guerra, com o Rafael Greca, com o Antônio Belinati, venha que nós vamos ter o prazer de combater o combate das idéias, da postura. Vamos combatê-lo com firmeza nas eleições do ano que vem. E vamos ver quem vai levar a surra, nós não, não o povo do Paraná, mas aqueles que não respeitam o povo do Paraná, aqueles que infelicitam o povo do nosso Estado; aqueles que não são dignos da confiança do povo do nosso Estado.

Esse que é, senhor presidente, o nosso manifesto, que é o manifesto do povo do nosso Estado.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Nereu, quero apartear-lo para fazer duas considerações.

Primeiro, entendo eu que a mola mestra, o sustentáculo maior de uma democracia é o respeito às instituições e, acima de tudo, àqueles que estão investidos do Poder. O respeito ao homem público, independente de cor partidária, acho que é fundamental para que mantenhamos as nossas instituições políticas, os poderes constituídos como molas propulsoras do sustentáculo maior da nossa democracia brasileira.

E com todo o respeito que tenho por V. Exa., eu não consigo conceber, deputado Nereu, a forma como V. Exa. coloca, aí na tribuna, algumas considerações ao governador Jaime Lerner.

Com todos os erros que possa ter, não quero aqui fazer a sua defesa explícita mas acho que devemos respeitar o governador, como governador. As palavras colocadas por V. Exa., lamento, não apenas nesse pronunciamento, mas no curso de outros pronunciamento, em nada ajudando a nossa democracia, que tanto nós lutamos.

Eu me lembro perfeitamente, V. Exa. deve lembrar, desde os tempo das Diretas-Já, do velho MDB, ao qual eu participei, mais tarde PMDB, a sociedade brasileira como um todo, mas de uma forma ordeira, sempre com o devido respeito àqueles que ostentavam cargos públicos.

Com relação à consideração feita por V. Exa. sobre a ida do governador Jaime Lerner a Francisco Beltrão, não é verdadeira a informação, até porque o deputado Traino estava junto, o deputado Duílio estava junto, fomos recebidos com aplausos no aeroporto de Francisco Beltrão. E de imediato fomos a uma comunidade chamada São Pio Décimo, interior de Francisco Beltrão, entregar uma obra importante: nove quilômetros de asfalto. A população recebeu de uma forma muito ordeira, com festa, com manifestação do grupo folclórico italiano daquela comunidade.

Enfim, posso lhe dizer que a cidade de Francisco Beltrão, como é, costumeiramente, e sempre fez, tem uma gente hospitaleira, deputado Nereu.

Lá não serão dois ou três com bandeirinhas amarelas, vermelhas, que queiram tumultuar o processo democrático que vão denegrir a imagem de uma cidade que tem o respeito dos paranaenses como um todo; de uma cidade que escreveu a história do Paraná através de atitude de agricultores quando se sentiram feridos nos seus brios, nos seus direitos, mas que souberam, com galhardia, defender os interesses da região.

Portanto, não são verdadeiras. O governador não foi achincalhado por ninguém, não foi agredido por ninguém. E olha, com o devido respeito que tenho por V. Exa., não posso permitir, até porque se assim eu estive agindo, eu estaria virando as costas à nossa querida Francisco Beltrão, a cidade onde eu tenho o meu domicílio eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Nereu Moura, V. Exa., tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Ademar Traino, respeito se dá a quem merece. O governo Jaime Lerner não merece o nosso respeito. Não merece, porque é um governo irresponsável, desmoralizado, e que tem feito uma tragédia no nosso Estado!

Se ele fosse benquistado pelo povo, não precisaria andar com aparato policial como ele anda. Centenas de policiais militares espancando, batendo, agredindo. Se ele fosse um governador popular ele poderia andar pela rua tranqüilo, o que não acontece.

É lógico que ninguém bate no governador, é lógico que ninguém consegue atingir o governador, porque para atingi-lo é preciso passar por cima de 500, 600 policiais que é exatamente o aparato que o segue pelo interior do Paraná, o que demonstra que é um governo isolado, abandonado, odiado pelo povo do nosso Estado.

Ele não merece o nosso respeito e não terá o nosso respeito!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscrito no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSB, PSC: (**Declinam**) PST, com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. presidente, eu tenho que me afastar da Sessão e faria uso do horário da Liderança do PTB. Mas só queria deixar um registro aqui ao deputado Nereu Moura que está querendo escolher os adversários para candidato a governador, que ele não exclua deste quadro o PTB, porque certamente nós vamos dar uma demonstração de

muita competência nas eleições de governador e senador este ano.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres pares, senhoras e senhores.

Hoje usamos o horário da liderança do PST para falarmos em resumo da viagem técnica que fizemos à Itália, Alemanha e França, sob o patrocínio e promoção da FAEP, Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Nós não pudemos participar desde o início; estávamos aqui votando na Assembléia, mas pegamos a caravana no dia 23/08 em Paris e lá começamos a fazer as visitas nas regiões agrícolas naqueles países do Velho Mundo. Conosco, mais dois deputados representando a Assembléia Legislativa, deputados Nelson Garcia e Moysés Leônidas e também o nosso vice-prefeito da Capital do Estado, Beto Richa.

Foi uma viagem proveitosa e que nós queremos agradecer e também parabenizar o presidente da FAEP, Sr. Ágide Meneguetti, os coordenadores dessa viagem, dessa caravana, o Nivaldo e também o Volnei e demais membros da imprensa, Formighieri, da Gazeta do Paraná, Canal Rural, enfim, foi uma viagem produtiva onde tivemos oportunidade de ver, acompanhar o trabalho daqueles agricultores que no Velho Mundo fazem uma agricultura moderna, competitiva e de muito marketing, que em resumo pudemos sentir que a presença do Estado como membro financiador dos agricultores com subsídios, se de um lado traz tranqüilidade para o agricultor, também lhe tira a liberdade. Lá, cada produtor de leite ou de vinho ou de queijo, precisa apresentar para o governo qual é a quantidade que ele tem que produzir durante o ano em toneladas ou em litros, e esta quantidade tem que ser atendida e não pode ser extrapolada sob pena de pagar pesadas multas. Mas, o agricultor na Europa, nesses três países onde fomos, na Itália, Alemanha e França, estão de um modo geral ancorados neste apoio tecnológico e financeiro dado pelo governo. Por outro lado, esses países que pertencem à comunidade econômica européia têm seus preços dos produtos determinados em Bruxelas, a cada ano, e são obrigados a obedecer. A única alternativa de aumento de ganho é através da produtividade e hoje estão dando destaque para os produtos orgânicos, produtos animais conseguidos através de tecnologias, de rações, de origem orgânica - o melhor, é o natural.

Nessa viagem pudemos ver também, nobres pares - muitos aqui foram convidados e não puderam ir, que a agricultura européia está também apoiada na tecnologia, no planejamento e, acima de tudo, no corporativismo. É difícil, quase impossível - os companheiros vão fazer apartes aqui e vão dizer: você ter um agricultor que não esteja ligado a uma cooperativa, a um grupo que trata do mesmo problema e, ali, eles dividem as dificuldades, somam os esforços e trabalham, com produções altíssimas, com ganhos de produtividade altíssimo e com margens de lucros reduzidas. Esta é a grande realidade:

apesar de a agricultura na Europa representar menos de 02%, ela é olhada pelo governo do estado com muita proteção.

Quero conceder um aparte ao deputado Moysés, que pode enriquecer a nossa fala.

O Sr. Moysés Leônidas

Agradeço, deputado.

Quero deixar consignado aqui, até ao presidente Hermas Brandão, que foi uma atitude muito importante da FAEP, não no convite à Assembléia Legislativa, especificamente aos deputados, mas dos 36 participantes que foram convidados pela FAEP, agricultores e produtores rurais aqui, do Paraná, que não tiveram ou até então não tinham a oportunidade de conhecer o que é que se faz em países, considerados de primeiro mundo, em se falando de agricultura. Achei esse aspecto da FAEP extremamente interessante, porque é uma forma de mostrar àquelas que produzem, às pessoas que às vezes têm um patrimônio - muitos alqueires de terra -, mas que não têm enriquecidos nos seus currículos a forma com que outros países desenvolvem a agricultura.

V. Exa. está colocando de uma forma técnica, mas queria aqui publicamente cumprimentar a FAEP - Federação de Agricultura do Paraná, porque longe de ser um programa para descanso, como alguns setores podem interpretar, foi extremamente exaustivo, corrido e de uma produtividade muito grande, principalmente para quem participou, para quem está diretamente ligado à terra. Aquelas pessoas com quem convivi lá nesses dias, inclusive da minha região, produtores rurais, senti a satisfação de poder notar, que vivemos em um país, principalmente, na região Norte do Paraná, de terras abençoadas por Deus e que aqui se plantando tudo dá, que precisamos, sim, ter uma política definida da agricultura, para o Brasil inteiro. Precisamos aqui, já que somos um Estado com vocação eminentemente agrícola, que tenhamos por parte dos governos uma atenção para a agricultura.

Quero cumprimentar aqui a FAEP, que subsidiou tudo. Para que a Casa tenha conhecimento, a FAEP não deixou sequer a gente pagar uma garrafa d'água, tal a atenção dispensada com todos os participantes. Isso demonstra o interesse, sobretudo, de ela fortalecer aquilo que prega, que é a solidificação da agricultura, aqui do País.

É só para cumprimentá-lo e deixar consignada essa colocação à postura da FAEP, que achei muito interessante.

O SR. DIVANIR BAZ PALMA

Uma lembrança a essa intervenção, nobre deputado Moysés, isso me lembra também - depois vou dar um aparte ao Nelson Garcia - do posicionamento que fizemos lá, parabenizo a FAEP pela preocupação que ela tem em levar à área política, ou seja, à nossa Assembléia Legislativa, a preocupação e as dificuldades pelos quais passam os nossos agricultores, porque sabe a FAEP e isso

é um exemplo que a Federação está dando às demais entidades, senhor presidente, para que haja essa comunhão de esforços. É preciso que os deputados, os políticos estejam conscientes das dificuldades.

Citei, na época, que a Assembléia tem feito a sua parte, quando chamada a colaborar, a desenvolver e a apoiar a agricultura. Citei o caso da lei que criou o arenito caiua - de nossa autoria, a Lei Hermas Brandão, que acabou com o ICMS, que fez a compensação de ICMS, na agricultura, na suinocultura e na pecuária, e temos mais batalhas pela frente.

Então, é importante, senhor presidente, o que a FAEP está fazendo, porque ela está trazendo o político para conviver com seus problemas, com as suas dificuldades.

Se o senhor me permitir, senhor presidente, mais um minuto, eu queria conceder um aparte ao nobre deputado Nelson Garcia.

O Sr. Nelson Garcia

Senhor presidente, só quero me somar ao deputado Divanir, junto com o deputado Moysés, ao vice, Beto Richa, de Curitiba, foi muito importante.

Eu conheço a Europa, já visitei 12 países da Europa em turismo, esse não foi um turismo, foi um turismo rural: você chega à meia noite no hotel e sai às 6 da manhã visitando quatro propriedades, e é muito importante porque estão a 1000, 2000 anos à nossa frente, em termos de País, em termos de mundo, em tudo, mas só que a agricultura, em algumas nossas, os superamos, só que eles são organizados, são cooperativistas e são preparados para aquilo; são propriedades que vêm de família, de 200, 300, 500 anos, aonde a família toca a propriedade, e nós precisamos mudar a nossa mentalidade aqui também.

Então, eu quero parabenizar o Divanir e somar essa atitude da FAEP junto com o Senar, que estamos juntos, que é muito importante levar as pessoas do nosso País, do nosso Estado, ver o 1º Mundo. Eu saí de lá satisfeito; não fiz turismo, acabei não comprando nada, não deu tempo porque realmente, dedicamos os 10 dias nossos perante a agricultura do 1º Mundo, mas eles usam marketing e são organizados, tudo deles é melhor do que outros países, então, na verdade, nós devemos somar à FAEP, e parabenizar o Aécio que tem feito esse trabalho, tanto aqui no Paraná como em Brasília, para melhorar a qualidade dos nossos agricultores. O nosso agricultor, principalmente o grande, se preocupa com a grandeza de sua propriedade mas não aplica nela.

O pequeno, lá, faz a plantação, e a cada palmo de terra, e principalmente dentro da cidade, e todas as cidades da Alemanha, da Itália, da França, têm agricultura no seu quintal, tem agricultura em todas as partes da cidade.

Por isso, eu somos com você, Divanir.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Muito obrigado pelo aparte, deputado Nelson.

Para encerrar, senhor presidente, quero agradecer mais uma vez à FAEP e dizer que é importante esse intercâmbio, nós somos da área ruralista, tivemos a oportunidade de comparar a vida do homem do campo da Europa, do nosso homem daqui.

E, finalizando, vamos depois apresentar um relatório, vamos para o debate junto com a FAEP, o Senar, Ocepar, porque é um processo em que nós temos muito a avançar e a cada momento sabemos que todo homem do campo, homem da terra, tanto no Brasil, como na Europa é um batalhador, é um trabalhador, é um patriota.

Muito obrigado, senhor presidente, nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

PFL, PPS, PDT.

PT, deputada Luciana Rafagnin.

O SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Gostaria de, nesta tribuna, destacar alguns requerimentos que estamos entrando nesta Casa, com relação à questão da Segurança do nosso Estado.

Quero reforçar aqui que a Segurança do nosso Estado anda de mau a pior. Infelizmente não estamos vendo nenhuma medida sendo tomada para que possa esclarecer alguns fatos que vêm ocorrendo com as questões dos municípios de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, São João do Ivaí, pessoas estão mandando correspondência para nosso gabinete e pedindo providência, que são muitos os casos de violência, de roubos, de assaltos, e principalmente, de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, aonde já morreram 22 mulheres, 11 casos até agora não foram esclarecidos, e no entanto, não estamos vendo nenhuma medida sendo tomada. Vimos, sim, alguns deputados preocupados com municípios aonde está tendo segurança, como é o município de Dois Vizinhos, aonde todo o povo de lá aprova o delegado que lá está, e aí, segundo informações, porque deputado quer a transferência do delegado, está sendo mudado o delegado daquele município, não atendendo às reivindicações do povo de Dois Vizinhos que está contente com o trabalho que o delegado Edson da Rosa lá vem fazendo.

É muito importante, senhores deputados, que ao votar o requerimento que demos entrada nesta Casa, que pede a permanência do delegado de Dois Vizinhos, é importante o apoio de todos vocês, porque com certeza, vocês não vão estar apoiando o requerimento da deputada Luciana Rafagnin, mas vão estar apoiando uma reivindicação de grande parte do povo de Dois Vizinhos.

Gostaria de dizer, senhor presidente e senhores deputados, que talvez a segurança do nosso Estado vai muito mal porque, o Governador precisa andar por aí com muitos policiais, como é o caso de Francisco Beltrão, como disse o deputado Traiano. Ele foi recebido lá na comunidade Km 20 muito bem recebido. Nós sabemos que muitas prefeituras levaram gente para lá, muitas prefeituras da Região Sudoeste foram comunicadas e

convocadas para levar público no Km 20, para quem sabe, animar o governador, porque ele vem sofrendo muita pressão no Estado.

Então, era preciso que os prefeitos o auxiliassem nessa hora, tentassem levantar o moral do Governo do Paraná, e por isso é que foi convocado público, pelas prefeituras, estarem presentes lá no Km 20.

Agora, disse-me uma pessoa da comunidade do Km 20: - “é lamentável que na comunidade tinha mais policiais do que povo, para prestigiar o governador”.

Dessa mesma forma, pelo que me consta a informação na imprensa, o povo não pôde chegar perto do governador no aeroporto, porque centenas de policiais estavam impedindo a entrada das lideranças, impedindo a entrada dos representantes das entidades que compõem o fórum popular contra a venda da Copel, que se aproximassem do Governador.

Agora, quero sugerir aqui, talvez o deputado Traiano - que tem defendido bastante o Governo do Estado do Paraná, que contrate um contabilista para levar junto com o governador, porque em Arapongas esses dias atrás, o governador disse que tinha apenas 16 pessoas se manifestando contra ele.

Agora, em Beltrão, e pelo que eu li, na imprensa, mais de 500 estudantes estavam lá se manifestando no aeroporto contra ele, principalmente porque já faliu o Estado do Paraná e agora quer falir um pouco mais, vendendo a Copel. Lá estavam os estudantes e segundo informações do deputado Traiano, tinha 7 ou 8 bandeirinhas.

É importante, acho muito importante, que realmente se contrate um contabilista para poder, sim, dizer quantas pessoas que estão recepcionando o governador do Estado do Paraná.

Agora digo, senhor presidente e senhores deputados, o governador que nada deve, nada teme. No entanto quando precisa sair fugido dos municípios aonde vai inaugurar obras, é sinal que esse governo deve muito ao Estado do Paraná.

Reforço, sim, o povo de Francisco Beltrão é um povo ordeiro, é um povo que sabe respeitar quem o respeita. Com certeza respeitou o governador, como a nota que eu vi do fórum popular contra a venda da Copel, que vi no jornal de Beltrão, que dizia - “Em respeito ao Km 20, porque há muitos anos pleitearam um asfalto naquela comunidade, não iriam se manifestar como não o fizeram.

O SR. TRAIANO (**Pela Ordem**)

O seu esposo estava agitando lá, deputada Luciana, nós vimos a presença dele, sim.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Talvez foi desrespeitado também, quando assinou o projeto de iniciativa popular, que foi desrespeitado pelo governo e pelos deputados que votaram pelo governo.

Agradeço, senhor presidente, pela oportunidade.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria que V. Exa. a Mesa Executiva, adotasse também o rigor para garantir o uso da palavra de quem está no microfone. Não é justo que o deputado Traiano use dessas expressões e interrompa a fala de uma deputada aqui na Assembléia Legislativa.

Se o deputado quer fazer algum pronunciamento político a respeito de Francisco Beltrão, que o faça, respeitando as pessoas e os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos assegurar a palavra do orador que estiver na tribuna.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria apenas comunicar ao Plenário da Casa que encaminhamos hoje à Mesa o projeto de decreto legislativo, que altera o Regimento Interno da nossa Casa.

Já distribuimos dias atrás para as lideranças, tanto de Oposição quanto do Governo, uma cópia.

Agora, me parece que o rito seria a Mesa encaminhar para o serviço gráfico, para que fosse publicado em avulsos. Estes avulsos serão entregues a todos os senhores deputados. Haverá o prazo de emenda que os deputados poderão emendar, para depois então votarmos, finalmente, o nosso Regimento Interno atualizado. Houve muitas alterações, inclusive constitucionais, que refletem diretamente no Regimento Interno.

Gostaria que os Parlamentares, tão logo receberem os avulsos, apresentem as emendas que julgarem oportunas e necessárias, para que possamos ter um Regimento Interno bom e que efetivamente resolva os nossos problemas de andamento processual aqui dentro, porque nas discussões mais polêmicas nesta Casa, chegamos a perceber que existem falhas no Regimento que dificultam o próprio andamento das discussões.

Da mesma forma, encaminhamos à Mesa emendas de revisão Constitucional, as primeiras emendas que também deveremos votar. Essas emendas, da mesma forma, também serão publicadas em avulsos para serem discutidas, em Sessões Extraordinárias e a sua votação, para alteração de textos da nossa Constituição, na sua atualização.

Era isso, senhor presidente.

Faço, em questão de ordem, este encaminhamento para dar conhecimento à Casa e dizer que são dois projetos que não têm nada a ver com Situação ou Oposição; são necessários à nossa Assembléia Legislativa e ao nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de ordem levantada por V. Exa. informamos que esta Mesa já recebeu e já determinou que seja publicado em avulso pelo nosso Departamento Legislativo.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, a minha questão de ordem é a respeito do requerimento aprovado em 19 de junho, encaminhado ao governo do Estado.

Gostaria de saber de V. Exa. o encaminhamento, em que pé está esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Neivo, estou recebendo a informação de nossa assessoria de que o secretário de Estado, quando aprovado um requerimento aqui na nossa Casa de Leis, ele tem 30 dias para responder.

Infelizmente, a nossa Constituição não fala nada, é omissa em relação ao governador, mas assumo o compromisso com V. Exa. de reiterar o pedido na tarde de hoje.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, acho que quando um secretário tem 30 dias, subentende-se que todo administrador público tem os mesmos 30 dias.

Por isso faço um apelo a V. Exa. para que o governador do Estado se submeta a responder o requerimento. Em questão de contrário, faríamos direto ao secretário da Fazenda, e ele estaria respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos reiterar, nobre deputado.

Foi encaminhado aqui um projeto de decreto legislativo, que convoca plebiscito entre os paranaenses para decidir sobre a venda pelo Governo do Paraná do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Copel, formulado por 24 deputados.

Esta presidência está encaminhando ao Departamento Legislativo, para informar se existe projeto arquivado ou rejeitado, análogo ao apresentado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, V. Exa. está encaminhando esse projeto de decreto legislativo ao Departamento Legislativo;

Eu gostaria que V. Exa. fixasse, de maneira bem clara, as questões atinentes ao tempo, porque V. Exa. pode encaminhar o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. terá a resposta até a próxima quarta-feira.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Eu agradeço porque não queremos que ele dormite, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente, comunicando que estará reassumindo a Secretaria de Estado dos Transportes, atendendo convite formulado pelo senhor governador do Estado e, para tanto, solicitando licença do seu mandato de deputado estadual. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Ofício nº 013/01-GVG, subscrito pela senhora vice-governadora do Estado, constante do expediente, comunicando sua viagem à França, pelo período compreendido entre 29 de agosto a 6 de setembro do corrente ano, para participar de exposição organizada pelo Governo do Estado em conjunto com a UNESCO, sobre as Vilas Rurais do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando informações referentes aos prazos estabelecidos para que sejam analisadas em Plenário as emendas votadas pelo Chefe do Poder Executivo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 13.235 de 26 de julho de 2001. **Ao Poder Legislativo, para informar.**

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, subscrito pelo senhor presidente Hermas Brandão, e pelo revisor senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, objetivando a inserção de um novo artigo ao Capítulo V da Constituição do Estado, que trata do Meio Ambiente. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, objetivando dar nova redação ao artigo 43 e suprimir o artigo 44, da Constituição Estadual. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, tendo por escopo dar nova redação ao *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, objetivando acrescentar ao *caput* do artigo 27 da Carta Estadual, o princípio da economicidade. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposição nº 11/99, de autoria do senhor deputado Péricles Mello, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, objetivando acrescentar ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, parágrafos que dispõem sobre a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica do Estado do Paraná. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, objetivando criar mecanismos constitucionais que obriguem o Estado a indenizar terceiros de boa-fé, que tenham sofrido prejuízos materiais decorrentes de atos de exceção, durante o período revolucionário, na forma que especifica. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo por relator o senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, visando incluir um parágrafo único ao artigo 92 da Constituição Estadual, no sentido de determinar que secretários de Estado, para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, necessitem de licença da Assembléia Legislativa. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo por relator o senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, tendo por objetivo a autonomia da Polícia Científica - Criminalística e Instituto Médico Legal, atualmente subordinada à Polícia Civil. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com parecer da Comissão de Revisão Constitucional, tendo como relator o deputado Caíto Quintana, constante do expediente, tendo por escopo dar nova redação ao artigo 61 e seu parágrafo 3º da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais. **Recebido. Publi-**

que-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.

Questão de Ordem de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, encaminhando, para resolução definitiva a mesma que segue. **Decisão dada na presente Sessão.**

Projeto de resolução de autoria do senhor presidente Hermas Brandão e do senhor deputado Caíto Quintana, como relator, constante do expediente. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria dos senhores deputados Caíto Quintana, Irineu Colombo, Cezar Silvestri, Ângelo Vanhoni, Serafina Carrilho e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria legislativa, para informar se existe projeto, arquivado ou rejeitado, análogo.**

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para verificar se existe projeto análogo.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, pelo que eu entendi, o deputado Ricardo Maia está pretendendo alterar o *caput* do artigo da lei que implementou a alteração societária...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Altera o *caput* do artigo 7, da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 98, que autorizou o Poder Executivo implementar a reestruturação societária da Copel.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não seria o caso de também mandá-lo ao Departamento Legislativo, já que trata de uma lei que já foi aprovada por esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou atender à sua solicitação e encaminhar ao Departamento Legislativo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para que até 4ª feira tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para que até quarta-feira tenha, também.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para verificar se existe projeto análogo.**

Como também é referente à Lei da Copel, encaminha-se ao Departamento Legislativo, para, no prazo também, até quarta-feira, fornecer as informações.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Face ao cancelamento da realização da Sessão do dia 29.08.2001, esta Presidência esclarece que a matéria constante da Ordem do Dia está em fase de discussão e não de votação.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, cria o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 032/2000, de 10/04/2000).**

Pela ordem, com a palavra o deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, gostaria que a Mesa esclarecesse qual a matéria deste projeto, porque isto que veio

publicado na Ordem do Dia traz matéria diferente no texto do Projeto nº 391/2000. O item 2.

(**Lê súmula do projeto, constante da Ordem do Dia**).

Tem alguma coisa errada aí.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É que foi aprovada em Plenário a Emenda apresentada.

O SR. HERMES FONSECA

Sim, mas da mesma forma, o texto está ininteligível, confuso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi rejeitada a Emenda, deputado. Ficou o texto do projeto, segundo informação da nossa assessoria.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Para Encaminhar**)

O que se presume, aqui, senhor presidente, é que houve apenas uma... o projeto de redação final, de nossa autoria, o de nº 123, um pedaço foi publicado erroneamente no final do item 02, o que não invalida.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faço uma consulta a V. Exa. como autor do projeto, que retirássemos da pauta da Ordem do Dia de hoje e remetêssemos novamente à Comissão de Redação para fazer a Redação Final do projeto?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se a Comissão de Redação puder se reunir, faremos, uma solicitação, ou então seria para quarta-feira.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu acredito.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 391/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água cobrada pela Sanepar as Vilas Rurais já existentes; autoriza a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de Recursos Hídricos Naturais quando da implantação de saneamento básico em Vilas Rurais Novas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 391/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento da taxa de água, cobrada pela Sanepar,

as Vilas Rurais já existentes, desde que as mesmas tenham atividades direcionadas à agricultura.

Art. 2º - Autoriza ainda, a perfuração de poço artesiano e implantação de sistema de captação dos recursos hídricos naturais, destinados à irrigação, quando da instalação de saneamento básico em Vilas Rurais novas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.08.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acredito que não se trata de problema de Redação Final, trata-se da redação da Ordem do Dia.

Já está em redação a súmula que deve, na hora de imprimir a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No artigo 2, nós estamos aqui, com o parecer da Comissão de Redação, vou fazer a leitura, até para conhecimento de todos os parlamentares.

(Lê):

“Comissão de Redação - Parecer final do Projeto de Lei nº 391/2000, artigo 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento da taxa de água, cobrada pela Sanepar, as Vilas Rurais já existentes, desde que as mesmas tenham atividades destinadas à agricultura.

Art. 2º - Autoriza ainda, a perfuração de poços artesanais e a implantação de sistema de captação dos recursos hídricos naturais destinados à irrigação, quando da instalação de saneamento básico em vilas rurais novas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Portanto, a redação está correta. O projeto está correto na sua redação final, o que está errada é a Ordem do Dia. Eu quero só salvaguardar a minha equipe da Comissão de Redação, da qual sou presidente, tenho certeza que a redação minha aí, está conforme o projeto de autoria do deputado Divanir. Apenas a súmula que acrescentou, de um outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma. Foi um erro.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Foi um erro gráfico, só, senhor presidente, eu tenho certeza que a Assembléia vai votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, nós vamos colocar em votação o projeto; a redação final da forma que nós acabamos de ver aqui.

Aprovado.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 88/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera a relação do Artigo 2º da Lei nº 11.182 de 23.10.95. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2001, de 28.03.2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, conforme específica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10.04.2001).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão da disciplina de educação tributária nas escolas da Rede Pública Estadual de 1º e 2º graus. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda. **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 239/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo instituir a inclusão da disciplina de educação tributária nas escolas da rede pública estadual de 1º e 2º graus.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em plenário pelo autor do projeto em tela, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Serafina Carrilho, Ademar Traiano, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Marcos Isfer e Plauto Miró Guimarães.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores do município de São José dos Pinhais, com sede e foro no município do mesmo nome. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra, com sede e foro no município do mesmo nome. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirama, com sede no município de Guamirama e foro em Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guaramirim, com sede no município de Guaramiranga e foro em Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar - Ação Social de Missal, com sede e foro no município de Missal - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2463, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2589, 2590, 2636 e 2637, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2556, 2634, 2669, 2701 a 2703 de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2668, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2557 a 2566 e 2679 a 2684, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2568, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2631, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 2571 e 2690 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2584, 2635, 2663 a 2667, 2685 e 2733, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2587, 2670 a 2673, 2686 a 2688 e 2707 a 2711, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2592 a 2595 e 2644, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2596, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2602 e 2603, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2610 a 2620, 2622 e 2623, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2641, 2648 e 2678, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2645 e 2646, de autoria do senhor deputado Nereu Moura com apoio dos senhores deputados Tiago Amorim Novaes, Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Algaci Tulio e demais deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2649, 2650, 2721 e 2723, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2652 a 2655, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2656 e 2657, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2658, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2660 a 2662, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2691, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2692, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2695 e 2696, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2698, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2699, 2706 e 2722, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2705, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2714, de autoria dos senhores deputados Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Hermes Fonseca e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2659, 2719 e 2720, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos registrar com muita satisfação, a presença do deputado federal Dilceu Sperafico, em nosso plenário.

Requerimento nº 2555, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, com apoio dos senhores deputados Eli Ghellere, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Edson Strapasson, Nereu Moura e demais deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para esclarecer. Esse requerimento foi formulado no dia 22, tendo em vista a data anunciada do dia 24 de agosto, para ser divulgado o valor da avaliação, bem como os termos do Edital de Concorrência da Copel. Como a Aneel, que não tinha sido consultada, passou a ser consultada e até agora não deu o parecer, essa data o Governo anuncia para 6 de setembro.

Então, estamos convocando para o dia 11 de setembro, o Dr. Ingo Hübert, como presidente da Copel, bem como os “advises”, para prestarem a esta Casa os esclarecimentos necessários, uma vez que isto está sendo feito amplamente, em outros setores. As empresas que participam, as empresas multinacionais que pagam 35 mil dólares, têm algum conhecimento, e nós não temos!

E me parece ser este, como já disse em outras vezes, o local propício para que isto ocorra.

Sem esse tipo de discussão, me parece fica eivado de erros o processo licitatório, uma vez que esta Assembleia inclusive não votou em momento algum a sub-divisão da empresa em 5 empresas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então há alteração.

O SR. MARCOS ISFER

É só com a data 11 de setembro, conforme já foi alterada à mão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Comunicação do presidente da Copel, Ingo Hübert, bem como os representantes das empresas.

Já está encerrada a discussão, foi encerrada dia 27 de agosto, está em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

22 aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

26 rejeitam. Está **rejeitado o requerimento.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, no dia da audiência pública que foi realizada para a venda da Copel, no conglomerado Banestado, solicitei que me fosse informado, aonde, para quem foi vendida e por quanto, as 111 bilhões de ações da Copel.

De lá até aqui, tenho usado a tribuna constantemente, tentando ter esta informação que não vem. Sobre tudo, é preciso constatar mais uma vez que quando o Governo Lerner assumiu, ele possuía cento e noventa e seis bilhões de ações da Copel, e hoje possui oitenta e cinco bilhões de ações. Como na prestação de contas de 1998, de 1999 não veio esta informação ela está pendente e, ao mesmo tempo, também...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. dirigiu este requerimento à secretária?

O SR. NEIVO BERALDIN

Foi dirigido no dia da audiência pública realizada no Conglomerado Banestado e a secretária, que hoje foi nomeada Procuradora do Governo, disse que tinha dez dias para responder e não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só quero deixar bem claro. Não foi requerimento aprovado aqui nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não, foi um requerimento na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer uma solicitação, mesmo não tendo...

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas, senhor presidente, ainda em tempo. Acho que o Governo teve tanto tempo de explicar isso. Por que ele não vem a público e traz alguma explicação? Acho que não é tão difícil assim ele chegar e dizer assim: olha, eu prestei conta que vendi cento e noventa e sete milhões de reais. Agora, vendi cento e onze bilhões de ações da Copel. Vendi para esse, para aquele, recebi o dinheiro e fiz isso e aquilo. Isto é o mínimo.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER

Para justificar o voto, senhor presidente. Antes de mais nada, só lembrar ao 1º secretário que o presidente não vota; então, são vinte e cinco votos.

Mas registrar o voto a favor do requerimento, para que aqui viesse o Sr. Ingo Hübert, para prestar informações que são de interesse de toda a população do Paraná, dos deputados Waldyr Pugliesi, Zuk, Ademir Bier, Strapasson, Nereu Moura, Vanhoni, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Anibelli, Hermes Fonseca, Cezar Silvestri, Neivo Beraldin, Tony Garcia, pastor Edson, Serafina Carriho, Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Chico Noroeste e eu Marcos Isfer, que votaram pelo requerimento, para que aqui viesse prestar explicações públicas daquilo que é público, daquilo que a Constituição manda ser público a esta Assembléia.

Sinto muita pena que não nos empenhemos, enquanto Poder Legislativo, para exigir que outros segmentos da sociedade tenham conhecimento, seja debatido e discutido em outros locais e esta Assembléia, como lugar do povo, não tem acesso a essas informações. Eu lamento que cada vez mais vejo abrimos mão de algumas prerrogativas deste Legislativo que é, antes de mais nada, a fiscalização.

Então, lamento profundamente que haja esse tipo de comportamento, porque eu diria aos senhores que em nada isso pode ser prejudicial, apenas pode ser benéfico, à medida que a população do Paraná tome conhecimento de como, por quê e de que forma está sendo feita esta alienação da Copel e de que forma e que valores são estes que estão sendo atribuídos. Espero que amanhã ou depois, algum dos senhores do governo ou o líder atual, o ex-líder, enfim, alguém do Governo possa me responder.

Exatamente, deputado Rossoni, o senhor sorri para mim! Não é rir de mim, acho que o senhor sorri para mim, porque se o senhor estivesse rindo de mim, eu ficaria ofendido, porque em momento algum, quando V. Exa. se pronuncia, eu rio para o senhor ou rio do senhor.

Então, da mesma forma, eu gostaria que alguém amanhã possa nesta Casa responder aos questionamentos que a sociedade tem feito, porque tenho certeza que a avaliação que será feita da Copel, será muito abaixo daquela que a população acha que vale.

Tenho certeza que uma série de itens não serão avaliados e ficaremos sem saber responder, porque nós

nos furtamos ao papel para o qual o povo nos designou, que é o de fiscalizar e fazer Leis.

Então desculpem-me, fico, sinceramente, bastante preocupado em ver a omissão desta Assembléia Legislativa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Ou o 1º secretário errou na contagem ou o deputado Marcos Isfer nominou errado os deputados, porque na sua relação deu 23 deputados que votaram favoravelmente ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu confesso a V. Exa. que também fiz a conferência e foram 22 senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Não, é que o deputado, se me permitir, Sr. Presidente, o deputado Chico Noroeste foi nominado como favorável ao requerimento e ele votou contrário. Pelo menos é o que eu observei aqui de cima. Se eu cometi esse equívoco, o deputado pode confirmar ou não.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Vista a dúvida pública, que então se pronuncie o deputado Chico Noroeste, se votou a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já é questão vencida, nobre deputado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria que fosse lido o teor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)
(Lê requerimento)**

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, que proceda à chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede à chamada nominal dos senhores parlamentares)

Cinquenta e um senhores deputados responderam à chamada, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu queria pedir ao nobre líder do governo, deputado Durval Amaral, que oriente sua Bancada a votar a favor do requerimento, porque, deputado Durval Amaral, as perguntas que são formuladas no requerimento são simples e não têm nenhum problema. O que quer saber a deputada Luciana Rafagnin: - quantos e quais municípios foram atingidos pelo programa de vilas rurais? Quantas famílias foram diretamente beneficiadas? Qual o valor investido pelo Governo do Estado? Qual o valor da contrapartida dos municípios? Qual a relação entre o valor investido pelo Estado e a contrapartida dada pelo município? Quais os projetos de geração de renda implantados nas vilas rurais?

Deputado Durval Amaral, não nada que possa impedir a aprovação desse projeto. É público, é simples, não tem nenhuma armadilha escondida neste requerimento.

Por isso eu solicito a V. Exa. que oriente a aprovação desse requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Nereu, se a deputada Luciana Rafagnin retirar o requerimento, as informações estarão disponibilizadas a ela nas próximas 48 horas.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, faço um apelo ao líder do Governo para que não se oponha à aprovação desse requerimento, ainda mais que a vice-governadora esteve na França para prestar estas informações. Se ela se desloca do Paraná para prestar informações lá na França, o que é que impede que estas respostas sejam dadas pelo governo, aqui?

É uma questão de bom senso, senhor líder!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu gostaria de pedir ao líder do Governo, deputado Durval Amaral, justamente pelos motivos aqui já colocados, que não tem nada a esconder sobre isto. A gente gostaria de obter estas informações.

Portanto, eu permaneço com o meu requerimento e gostaria de pedir aos nobres deputados que votassem favorável para que possamos ter mais esclarecimentos sobre as vilas rurais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três senhores deputados aprovam o requerimento.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e cinco senhores deputados rejeitam o requerimento.

Rejeitado o requerimento.

O SR. EDNO GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar a presença do vereador Sérgio Rodrigo Guimarães, que é meu filho, e também da equipe da Televisão Vale Verde, de Cianorte.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero fazer um apelo ao deputado Durval Amaral, embora a gente percebesse do entendimento que ele tinha, se houvesse a retirada do requerimento da deputada Luciana Rafagnin, prestaria as informações.

Deputado Durval Amaral quero fazer um apelo a V. Exa., acho que isso é interessante para nós, eu, especialmente, como engenheiro agrônomo, se for possível que V. Exa., enquanto líder do Governo, que encaminhe essas informações extra-oficialmente. Gostaríamos de recebê-las, pois pautaram o requerimento da deputada Luciana Rafagnin.

Peço a compreensão do deputado Durval Amaral, se for possível, nos repassar essas informações...

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu, na condição de médico-veterinário e do Bloco Parlamentar Agropecuário, na mesma linha do deputado Augustinho Zucchi, diria a V. Exa. que me daria por satisfeito, se pudéssemos ter trazido ao conhecimento desta Casa, o relatório, o discurso que certamente fez a vice-governadora, acerca das Vilas Rurais, nessa viagem à França.

Certamente que se trouxerem ao conhecimento deste Plenário o seu pronunciamento, acredito que os esclarecimentos solicitados pela deputada Luciana serão atendidos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 2716, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, e da senhora deputada Serafina Carilho, constante do expediente. **Rejeitado.**

A pedido do deputado Durval Amaral, vai ser feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Edson Praczyk, queiram levantar-se.

Vinte e três senhores parlamentares aprovam o requerimento.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e cinco senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pela enésima vez, volto a falar do mesmo assunto, com relação às CPI's. Gostaríamos de desencilhar esta questão, para que pudéssemos dar trabalho normal às CPI's.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado Nereu, realmente, eu dei prazo até o dia de hoje, para que todos os partidos façam a indicação do nome de seus representantes. Vou postergar até amanhã, às 14h30min, senão, na sessão de amanhã eu farei a indicação.

Vou ainda informar a V. Exa.: CPI da América Latina Logística, somente o PMDB e os partidos que teriam a vaga decidida, por sorteio e indicado os seus nomes; a CPI do Fórum de Curitiba, somente o PMDB e o PPB, que indicaram os seus membros; a CPI do MST e da Poluição do Rio Iguaçu, somente o PMDB indicou os nomes.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Essas CPI's são constituídas por quantos membros?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

11 membros.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Todos os partidos teriam direito à indicação? O PPS vai para sorteio, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A indicação seria a seguinte nobre deputado Cezar Silvestri: PTB, 2 membros; PFL, 2 membros; PMDB, 2 membros; PSDB, PTB, PT e PSL, 1 membro; o PDT, PL, PSB, PST, PPS seria por sorteio e o PSC não teria representante, porque nem existe mais a liderança, como também não tem mais representantes do PPS e do PSC aqui na nossa Casa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Há necessidade de ser feito o sorteio, senhor presidente, para saber se nós indicamos e na qual delas que será feita...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos determinar ao nosso 1º vice-presidente que faça sorteio entre os partidos que têm direito a concorrer até amanhã às 14h30min.

Requerimento nº 2717, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputado que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três senhores deputados apóiam o requerimento.

Os deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e cinco senhores deputados. Com o 1º secretário, vinte e seis senhores deputados.

Está rejeitado.

Requerimento nº 2597, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Edson Strapasson, Pastor Edson Praczyk e demais deputados, constantes do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e três aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e seis deputados.

Está rejeitado.

Requerimento nº 2606, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2643, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2647, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2651, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Rejeitado.**

Desculpe o equívoco da Presidência.

Para encaminhar a votação, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Esse projeto de lei é de autoria do deputado Caíto Quintana.

Não sei o requerimento que está em pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requer regime de urgência ao Projeto de Lei nº 374/2001, que altera o artigo 3º, da Lei nº 12.375, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação das ações da Copel, toma outras providências.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, este projeto de lei, na verdade, visa apenas corrigir um erro que tem na lei anterior que coloca “primordialmente”. Nós queremos por “obrigatoriamente.”

Então, o governador Jaime Lerner, naturalmente, não que a gente queira desconfiar da sua posição, mas apenas para corrigir, para que a lei fique clara, cristalina.

Por isso, que nós estamos pedindo regime de urgência para que este projeto de lei do deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e três (23), senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e seis (26), senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis, senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, justificando o meu voto.

Acho profundamente lamentável e nada impede que peça novos regimes de urgência; o regimento não proíbe.

Mas, gostaria de chamar a atenção aqui de um procedimento que inicia-se nesse momento.

Não quero me antecipar aos fatos, mas quero chamar a atenção para eles.

Todos os pronunciamentos feitos aqui, as declarações que eu ouvi do Governo do Estado, na imprensa, na televisão, as justificativas apresentadas para a venda da Copel, são de que aplicasse 70% na composição do Fundo da Previdência.

Notem bem, senhor presidente e senhores parlamentares, que começa aqui a derrubada do castelo de cartas de pura e completa enganação, a aplicação desses recursos, porque o projeto de lei que tramitou nessa Casa, aprovado nesta Casa, fala exclusivamente que preferencialmente aplica-se no Fundo.

Preferencialmente pode ser 1%, “primordialmente” não fixa valor nenhum.

Esse regime de urgência para que se pudesse votar o projeto de lei que diz que 70% aplica-se no Fundo.

Se o caso é resolver o problema dos aposentados do Estado do Paraná, então nós temos que capitalizar o Fundo, senão, não vamos capitalizá-lo e vamos vender um patrimônio público sem necessidade de complementação.

Só quero, nesse encaminhamento de votação, chamar a atenção, porque na sequência outros requerimento voltarão, esse projetos acabarão voltando e nós vamos ver o comportamento, mais uma vez claro e definitivo, na posição desta Casa.

Quem está mentindo para quem?

O SR. DURVAL AMARAL (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, nobres deputados, é público que a Bancada que dá sustentação política ao Governo do Estado do Paraná tem defendido a privatização da Copel, e tem dito a todo momento: “70% dos recursos serão destinados ao Fundo de Previdência do Estado.

Com galhardia, a Oposição tem defendido o projeto de iniciativa popular e outros projetos, contra a privatização da Copel. É natural que aqui existe um contraponto. Nós defendemos a privatização, defendemos 70% do Fundo de Previdência. Esse é o nosso discurso.

Fica até feliz com vários deputados da Oposição, que apresentam um projeto tornando obrigatório; na nossa Bancada, que tem defendido a privatização da Copel, tem vários deputados que também, apresentaram um projeto dessa natureza.

Então, senhor presidente, oportunamente a Bancada de Situação vai rogar o apoio aos deputados de Situação. Nós poderemos, sim, tramitar até em regime de urgência e até aprovar. Mas, até por uma questão de bom senso, essa bandeira de salvar a Previdência do Estado tem sido defendida a unhas e dentes pela Bancada de Situação desta Casa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, na verdade não entendi, e agora o deputado Durval Amaral me clareia a situação. São vários os projetos nesse sentido, que dizem a mesma coisa.

Faço uma questão de ordem a V. Exa., para que determine a juntada de todos eles. Eu realmente, não entendi, recebi hoje, em nome da Liderança do Bloco Independente, projetos com o mesmo teor, de deputados que votaram contra, aqui nesse momento, do mesmo teor.

Olha o que diz o projeto: “Altera o *caput* do artigo 7º da Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 98, que autorizou, etc... a implementar a...” Aí diz o seguinte: “Os recursos decorrentes do disposto no artigo 3º da lei serão utilizados após a dedução das despesas inerentes ao processo de... obrigatoriamente em consonância com as seguintes diretrizes, 70% na área previdenciária, sob responsabilidade do Estado do Paraná”. E não é de nenhum deputado de Oposição e nem do Bloco Independente, é de um deputado da Situação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só respondendo à questão de ordem de V. Exa., encaminhei esse projeto que foi lido aqui, hoje ao Departamento Legislativo para informar em 48 horas. Depois, os projetos que são idênticos, vou anexá-los, todos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então o deputado Durval Amaral, e nós, politicamente, podemos entender desta forma. Acho que da nossa parte, estaremos à inteira disposição para a juntada dos projetos. Para nós o que interessa que se vote, é uma coisa só: é aquilo que foi debatido durante a discussão, que, seja efetuada a venda da Copel, obrigatoriamente 70% dos recursos sejam destinados ao Fundo de Previdência. Nós também temos um projeto com o mesmo teor, e eu que sou autor de um dos projetos, posso até inclusive me abster de ter a autoria dele, para que a essên-

cia desse projeto seja aqui votada da forma que está estabelecida, independente de quem seja o seu autor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento de autoria do senhor deputado Nereu Moura.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 2604, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós fizemos um requerimento, tendo em vista de que esse projeto foi retirado por 10 Sessões.

Então não cabe a aprovação do Plenário se vai colocar na Ordem do Dia ou não, apenas e tão somente fizemos este requerimento para lembrar da decisão de quanto foi retirado, porque havia sido retirado por 10 Sessões.

Então, peço que V. Exa. desconsidere o requerimento e inclua o projeto na Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 2437, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral. 23 deputados aprovam; 26 rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2591, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2467, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na hora da votação daquele projeto que determina 70% de aprovação no Fundo, eu julguei que o deputado Nereu Moura fosse fazer uma questão de ordem e não fiz.

Quero só chamar atenção numa coisa. Houve um tempo que se tinha um pouco de ética nos projetos, aqui

nesta Casa. Nós não podemos deixar a coisa funcionar da forma que está, porque senão, daqui a pouco, cada projeto apresentado, o outro parlamentar vai pegar e vai fazer outro igual, alegando que isso é da Oposição e isso é da Situação. Não é possível conviver com esse tipo de afirmação, não: nós somos do Governo, então o projeto tem que ser apresentado por nós. Acho isso uma falta de ética muito grande com os colegas, senão vai começar todo mundo a copiar projeto de todo mundo aqui, nos mesmos termos, e disputar a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Acho o momento oportuno, deputado Caíto Quintana. Vai ser distribuído um Regimento Interno e nós poderíamos, inclusive a Mesa Executiva, ou qualquer parlamentar, com assento nesta Casa, fazer uma emenda neste sentido, para resolvermos definitivamente a questão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, na semana passada diversos parlamentares protocolaram, junto à Mesa, e foi recebido pelo presidente em exercício, deputado Elio Rusch, um requerimento propondo a transformação do Plenário em Comissão Geral para analisar, se não me falha a memória, quatro projetos de lei....

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi solicitado para o dia 29 e 30, porque já passaram os dias 29 e 30; é matéria vencida.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pois é, mas nós entendemos que esse requerimento pode ser levado à Plenário e a sugestão que nós fazemos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu gostaria que V. Exa. formulasse um novo requerimento e nós colocaremos em votação amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A questão de ordem que levantamos é porque o requerimento foi apresentado. Como não aconteceu a Sessão dos dias 28 e 30 o requerimento não pôde ser apreciado.

Veja, senhor presidente, como não aconteceu, em nenhum dos dois momentos, a Sessão Plenária, portanto entendemos que todos os requerimentos protocolados teriam que ser trazidos ao conhecimento do Plenário, com decisão de V. Exa. que o mesmo teria perdido o objeto ou não, porque nós estávamos aguardando que ele fosse colocado e íamos sugerir a V. Exa. que ao invés de 29 e 30, fosse nos dias 11 e 12 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicitaria que fosse feita a alteração e amanhã nós votaríamos, no Plenário.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Na Sessão anterior, senhor presidente, eu apresentei um requerimento como Presidente da Comissão de Orçamento, solicitando providências por parte da Mesa Executiva e informações também, sobre o veto do senhor governador sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa. eu encaminhei, já, ao Departamento Legislativo para prestar as informações e amanhã penso que terei condições de trazer informações a V. Exas.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Faço um alerta a V. Exa. de que, não só o que prevê a Constituição Federal e Estadual, mas também a Lei de Responsabilidade Fiscal dá prazos.

De repente nós não votamos no prazo, alguém pode entrar na Justiça, questionando, e nos vamos ficar sem orçamento para o ano que vem. E o Governo está ansioso para ter um bom orçamento o ano que vem, até porque pensa que vai entrar bastante dinheiro com a venda da Copel.

De repente, pode isto impossibilitar o Governo de ter um orçamento para o ano que vem.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, queria ressaltar que faz parte da Lei de Responsabilidade Fiscal que a cada quadrimestre nós tenhamos aqui nesta Casa uma audiência pública de prestação de contas por parte do Executivo.

Eu gostaria de saber qual a data que será designada para a prestação de contas por parte do Executivo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 002, 031/2000 e dos Projetos de Lei nºs 191, 403/2000; 169, 263, 284, 297 e 298/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 3251, 218, 264, 270, 281 e 282/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2001.

Derrota para o Paraná

Folha do Paraná

A aprovação da venda da Copel é uma derrota para o Paraná e, na esteira, uma derrota também para o governador Jaime Lerner e para os deputados que se deixaram seduzir pelo irresistível poder emanado do Palácio Iguaçu.

O chefe do governo deve sentir-se um vencedor, neste momento, mas sua desastrada decisão de desfazer-se desse patrimônio público dos paranaenses foi uma perda e não um ganho.

Os parlamentares da base governamental, de sua vez, cumpriram sua parte no acerto com o governo, mas ficam marcados pela população e é certo que serão lembrados no momento em que voltarão a buscar votos, porque a transação que autorizaram não foi um ato simples, que possa ser esquecido tão facilmente por esta e pelas gerações futuras. Eis que a triste decisão de ontem da Assembléia Legislativa contrariou a vontade da maioria esmagadora dos cidadãos.

Os deputados privacionistas pisotearam sobre a vontade popular, na mais acintosa afronta da história paranaense de que se tem notícia. Porque nunca o povo se envolveu tanto pela defesa de um patrimônio público -

que afinal lhe pertence - como no presente episódio. O brado de 400 entidades representativas dos mais diversos segmentos profissionais do Paraná, e a posição de 77% da população do Estado, contrários à venda da empresa, não foram suficientes para sensibilizar os 27 deputados que votaram pela “liquidação” da Copel, e, muito menos, o governador.

Os Poderes Executivo e Legislativo, este pela maioria de seus membros, acabam de decretar a falência da representatividade popular. A democracia está de luto. Não pode, portanto ser uma vitória esta que o governador proclama. É apenas um “round” ganho de adversários políticos do momento, pois terá ele de enfrentar, ao longo de seus dias, dentro ou fora do governo, o estigma de haver sido aquele que dilapidou o maior patrimônio que o Estado detinha - a sua companhia de eletricidade - empreendimento de governos anteriores e orgulho dos cidadãos paranaenses.

Jaime Lerner será sempre lembrado como o governador que vendeu a Copel, enfim, que jogou fora o mais rico patrimônio empresarial público do Estado. Com a desastrada decisão tomada ontem sob o teto da Assembléia Legislativa e debaixo da ordem emanada do Palácio do Governo, os 27 deputados governistas eleitos pelo povo mas subservientes a outro comando, fizeram o Paraná mais pobre.

Este mesmo Paraná tão duramente tangido, nestes sete anos do atual governo, por atos arbitrários, negligência e insensatez e cujo golpe fulminante foi desferido ontem, sob o olhar perplexo de 9 milhões de paranaenses contrariados. Este é um triste momento da história do Paraná.